

ANAIS

DA SEMANA
DA PESQUISA
CIENTÍFICA

Teresina, 2011 – N° 9

IX SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA
VIII Encontro de Iniciação à Docência
IV Encontro de Extensão

Exemplares dessa publicação podem ser solicitados a:
 Faculdade Santo Agostinho - FSA
 Núcleo de Comunicação - NUCOM • Fone: (86) 3215-8721
 Av. Válder Alencar nº 665, Bairro São Pedro, CEP 64019-625 • Teresina-PI

EQUIPE DE PRODUÇÃO GRÁFICA:

Supervisão Editorial: Prof^ª. Dra. Marlene Araújo de Carvalho
Realização: Núcleo de Comunicação - NUCOM/FSA
Projeto Gráfico e Diagramação: Ana Kelma Gallas (DRT/PI-173)
 Juaceli Júnior (DRT/PI-1369) / Lucas Lins.
Capa: Fábio Andrade
Assistente: Rayara Kelly Campos da Silva Arnaldo.

TIRAGEM: 1.000 exemplares

Anais da Semana da Pesquisa Científica

Coordenação de Pós-Graduação, Faculdade Santo Agostinho.
 IX SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA
 VIII Encontro de Iniciação à Docência
 IV Encontro de Extensão

Nº 09 (2011) - Teresina, PI: FSA. ANUAL
 Revista da Faculdade Santo Agostinho
 ISSN: 1807-3166

1. Iniciação Científica I. Faculdade Santo Agostinho.

ANAI
DA SEMANA
DA PESQUISA
CIENTÍFICA

Teresina, 2011 – N° 9

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INSTITUCIONAL**Diretora Geral**

Yara Maria Lira Paiva e Silva

Diretor Administrativo

Ms. Átila de Melo Lira

Diretora de Ensino

Ms. Antonieta Lira e Silva

Coordenadora Administrativa

Jandira Freitas Lira Evaristo Cardoso

Secretária Acadêmica

Esp. Rosália Loiola Silva

Coordenadora de Avaliação Institucional

Esp. Maria das Graças Soares Lopes Martins

Coordenadora Financeira

Francisca Maria de Sousa

Recursos Humanos

Sônia Maria Pedrosa de Oliveira

Núcleo de Comunicação – NUCOM

Prof. Esp. Ana Kelma Gallas

Pós-Graduação, Pesquisa e ExtensãoProf. Dr^a Marlene Araújo de Carvalho**Núcleo de Apoio Pedagógico - NUAPE**

Prof. Esp. Maria Monteiro da Silva Ramos

Prof. Esp. Geraldo Gomes

Prof. Ms. Mário Lúcio da Costa Ferreira

Prof. Esp. Regina Maria Bonfim Soares

Prof. Ms. Joara Delane Sousa Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Semana da Pesquisa

Científica da FSA

2011

Os Anais da Semana da Pesquisa Científica reúnem os resumos dos trabalhos de iniciação científica de alunos dos diferentes cursos da instituição e de pesquisadores de outras instituições, apresentados durante a IX Semana da Pesquisa Científica, realizada pela Faculdade Santo Agostinho no período de 3 a 8 de outubro de 2011.

Os trabalhos refletem pesquisas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento, produzidos por alunos de graduação e pós-graduação, e também de pesquisadores independentes. Todos os trabalhos, entretanto, têm em comum, a contínua busca de respostas para as questões que afetam a sociedade, contribuindo, assim, para o amadurecimento do pensamento científico e acadêmico em nosso estado.

Em seu nono ano, a Semana da Pesquisa Científica já alcançou posição de destaque no campo da divulgação científica e acadêmica, especialmente, por sua seriedade e compromisso em promover o acesso de todos a uma educação de qualidade.

Tal compromisso é materializado no acesso de todos ao conhecimento, mas também nas ações que visam reconhecer, valorizar e respeitar as iniciativas relacionadas à pesquisa.

Teresina (PI), outubro de 2011

Yara Maria Lira Paiva e Silva

COORDENAÇÕES DE CURSOS

Administração

Prof. Ms. Antônio Rodrigues de Carvalho Neto

Ciências Contábeis

Prof. Ms. Josimar Alcântara de Oliveira

Comunicação Social

Prof. Ms. Cristiane Sekeff Budaruiche da Silva

Direito

Prof. Ms. Andréa Cristina de Sousa Fialho

Enfermagem

Profa. Dra. Silvana Santiago da Rocha

Educação Física

Profa. Ms. Francilene Batista Madeira

Engenharia de Produção

Prof. Msc. Reinaldo de Araújo Lopes

Engenharia Civil

Prof. Msc. Ismeraldo Pereira de Oliveira

Farmácia

Prof. Ms. Carla Solange de Melo Escórcio

Fisioterapia

Prof. Ms. Manoel de Jesus Moura Júnior

Nutrição

Profa. Dra. Regina da Silva Santos

EnfermagemProf. Dr^a. Silvana Santiago da Rocha**Pedagogia**Prof^a. Ms. Joara Delane Sousa Ribeiro**Psicologia**

Profa. Ms. Lêda Maria de Carvalho Ribeiro

Serviço Social

Prof. Ms. Luciene Ferreira Mendes de Carvalho

S U M Á R I O

ADMINISTRAÇÃO

Análise da controladoria através da Teoria Institucional	21
A produção limpa e sua contribuição no desenvolvimento industrial: estudo de caso na Socimol Indústria de Colchões e Móveis Ltda.	22
Gestão de recursos e práticas ecológicas como forma de maximizar o lucro – um relato de experiência da empresa teresinense Gelo Polar	23
Análise da qualidade dos serviços de segurança privada em agências bancárias de Floriano – PI	24
O papel da avaliação de desempenho na Administração Pública: o caso da Secretaria da Administração do Piauí	25
Marketing de Relacionamento: uma leitura corporativa de O Pequeno Príncipe, de Antonie Saint-Exupéry	26
O papel da educação na iniciativa empreendedora e no desenvolvimento local: uma experiência a partir da sala de aula	27



ANAIIS DA SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA 2011 - ISSN: 1807-31

Coordenação de Pós-Graduação, Faculdade Santo Agostinho.

IX SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA

VIII Encontro de Iniciação à Docência

IV Encontro de Extensão

Nº 09 (2011) - Teresina, PI: FSA. ANUAL

CORRESPONDÊNCIA: Faculdade Santo Agostinho - FSA

Av. Valter Alencar, 665/Sul • São Pedro • CEP 64019-625

Fone (86) 3218-8700 • Teresina-PI

www.fsanet.com.br • Email: spc@fsanet.com.br

As Organizações como um Alvo-Móvel: um Estudo de Caso Sobre o Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FESO do Município de Teresópolis (RJ) _____ 28

Análise da sazonalidade do índice de preços ao consumidor da Fundação Educacional Serra Dos Órgãos – IPC-FESO _____ 29

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Marketing e Marketing Digital: um estudo de caso sobre o perfil da Coca-Cola no Facebook _____ 31

A construção do Jornalismo Comunitário no ambiente da comunidade _____ 32

'Voz da Comunidade' e a cobertura do conflito no Complexo do Alemão pelo Twitter: uma reflexão sobre a educomunicação comunitária na cultura participativa _____ 33

O uso das TICs nas redações dos jornais impressos de Teresina (PI) _____ 34

O ciberespaço como transformador da prática jornalística e da rotina produtiva do Jornal O Dia (Teresina-PI) _____ 35

Investigando as origens do gênero Cartoon: uma pesquisa sobre a manifestação do riso no campo social _____ 36

Histórias Funcionais: um olhar sobre o papel do Super-Herói nos quadrinhos Norte-Americanos nas décadas de 1980 e 1990 _____ 37

Padrões de manipulação na abordagem da homossexualidade em Veja _____ 38

Humor no Twitter: um estudo da variação _____ 39

DIREITO

Adoção Internacional: um instrumento de inclusão social e familiar _____ 41

A captação ilícita de sufrágio como causa de inelegibilidade sob à luz da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) _____ 42

O princípio da presunção de Inocência e o Ônus da Prova no Processo Penal _____ 43

A mudança proposta pelo Projeto de Lei Nº168/2007 do Senado Federal do Artigo 55 da Lei 11.101/05 _____ 44

Aplicação da Lei Penal como consequência da falta de fiscalização pelo Poder Público nos crimes cometidos contra o Consumidor _____ 45

Concessão dos Direitos Sucessórios ao companheiro homoafetivo _____ 46

Da igualdade à igual consideração de interesses à luz do pensamento de Peter Singer _____ 47

Assédio Moral no ambiente de trabalho _____ 48

O Estado como fornecedor do Serviço Público de Energia Elétrica e o Consumidor _____ 49

Os benefícios da virtualização de processos nos Juizados Especiais Cíveis _____ 50

Código civil de 2002 frente às principais mudanças propostas pelo Estatuto das Famílias (Projeto Lei nº 2285/2007) _____ 51

Os moldes da "Garantia da Ordem Pública" como decretação da Prisão Preventiva _____ 52

Os aspectos positivos da Súmula Vinculante no ordenamento brasileiro _____ 53

As atribuições do Ministério Público na Defesa Animal _____ 54

Ilegalidade da venda casada associada à Propaganda Enganosa: o Direito de reembolso da Licença "Eula" _____ 55

Possibilidade de dano moral coletivo na ação popular _____ 56

Captação Ilícita de Sufrágio: potencialidade lesiva de um Único Voto _____ 57

Protesto por um novo Júri _____ 58

Prisão Preventiva decretada com Base no Fundamento "Garantia da Ordem Pública" _____ 59

A indicação dos Membros do Supremo Tribunal Federal (STF): uma ameaça à imparcialidade e ao Estado Democrático de Direito _____ 60

Divergência entre o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça sobre arma desmuniçada _____ 61

A Possibilidade da Aplicação do Instituto da Arbitragem na Resolução dos Dissídios Individuais Trabalhistas _____ 62

O Tratamento dado ao companheiro no Direito Sucessório frente o Código Civil de 2002 _____ 63

Prequestionamento: a não admissibilidade do prequestionamento implícito nos recursos excepcionais _____ 64

O Direito de Propriedade a luz dos Princípios Constitucionais Ambientais _____ 65

Cartas Psicografadas como meio de prova no Processo Penal _____ 66

Alienação Parental _____	67
Regulamentação da Prostituição: Direito Trabalhista das Prostitutas _____	68
A efetividade da prestação jurisdicional oferecida pelo Juizado Móvel de Trânsito no Estado do Piauí _____	69
Prisão preventiva à luz dos princípios da proporcionalidade e presunção de inocência _____	70
A necessidade do juízo exauriente na Concessão de Medidas Cautelares Criminais em face da Alienação Judicial e o Julgamento Social _____	71
Alimentos gravídicos: tutela do direito dos nascituros e seus reflexos _____	72
A abstrativização do controle difuso de Constitucionalidade: origem, ponibilidade erga omnes e sua força vinculante _____	73
O pregão como instrumento de celeridade e eficácia nas contratações públicas _____	74
Análise da percepção de detentas e agentes penitenciários quanto à ação ressocializadora do sistema prisional _____	75
Assédio Moral equiparado a acidente de Trabalho _____	76
A possibilidade Jurídica da cumulação do benefício de prestação continuada ao deficiente _____	77
Análise da relação Estado-obrigação no que diz respeito ao provimento de meios necessários ao cumprimento de suas normas atinentes ao deficiente visual _____	78
Das perícias irrepetíveis realizadas no curso no Inquérito Policial _____	79
Prisão preventiva e a duração razoável do processo _____	80
A (Ir) relevância do princípio da culpa conjugal no ordenamento Jurídico Pátrio _____	81
Ficha Limpa (Brasil. Lei Nº135/2010): análise da decisão proferida pelo STF sobre o recurso extraordinário Nº 633703 _____	82
Direito Penal do "Inimigo" _____	83
O Instituto das Coligações Partidárias no Sistema Proporcional em Confronto Com a Soberania Popular no Regime Democrático Brasileiro _____	84
A Capacitação Profissional do Preso como Forma de Ressocialização: Um estudo sobre a penitenciária Irmão Guido de Teresina-PI _____	85
A culpa do "de cujus" na separação de fato e os reflexos sucessórios para o cônjuge sobrevivente _____	86

Legislação Ambiental Aplicada Na Reforma Agrária _____	87
Uma Análise Crítica do Atual Modelo de Distribuição do FPM no Piauí _____	88
O Direito A Recusa A Tratamento Transfuncional Realizado Pelas Testemunhas Cristã De Jeová _____	89
A Insegurança Jurídica na Ação Civil Pública em Defesa do Cerrado Piauiense _____	90
Possibilidade Jurídica da Sucessão Hereditária Legítima para Filhos Concebidos por Inseminação Artificial Homóloga Após a Morte do Genitor _____	91
Violência da Criança e Adolescente no Âmbito Familiar _____	92
A Verdade Genética de Filhos Gerados por Inseminação Artificial Heteróloga e os seus Efeitos Sucessórios _____	93
A Reprodução Humana Assistida Post Mortem e o Direito Sucessório do Concebido _____	94
Paternidade Socioafetiva e a dúvida acerca de sua possível desconstituição posterior _____	95
Análise Jurídica da Vulnerabilidade Contida no Artigo 217-A do Código Penal e da Possibilidade de sua Relativização _____	96
A Validade da Utilização da Inversão do Ônus da Prova e a Prescrição Vintenária concomitantemente na Mesma Lide Processual - Análise de um Caso Prático à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes _____	97
A Custódia de Presos da Justiça em Delegacias: um Estudo da Realidade e das Condições da Delegacia do 1º Distrito Policial de Teresina – Piauí _____	98
Direito fundamental à comunicação e as Rádios Comunitárias – Pontos controvertidos _____	99
Terceirização Na Administração Pública: Conflitos na esfera conceitual-legal _____	100
Evolução Histórica do Controle de Constitucionalidade _____	101
Proteção contratual do consumidor no comércio eletrônico via internet: uma análise a partir do Código de Defesa do Consumidor _____	102
O caráter assistencial da aposentadoria rural _____	103
Controle Judicial de Políticas Públicas no Brasil em face da Constituição Federal de 1988: análise da legitimação e dos limites da atuação do poder Judiciário na garantia dos Direitos Fundamentais Sociais em face dos princípios democráticos e da separação de poderes e da cláusula da reserva do possível _____	104

Extensão Universitária no curso de Direito: Projeto Rondon, um relato de experiência	105
Alienação Fiduciária de Bens móveis	106
Quando a Justiça cala é hora de gritar: o combate ao Assédio Moral não pode ser silencioso	107
O Comércio Eletrônico no Código de Defesa do Consumidor	108
O infanticídio realizado por tribos indígenas: respeito à cultura ou ao Direito à Vida?	109
Sistema de cotas e o princípio da Isonomia: uma questão racial ou correlata à condição econômica?	110
A validade do contrato eletrônico no ordenamento Jurídico Brasileiro	111
Alienação Parental e o Direito a Convivência Familiar segundo a Lei 12.318/10	112
Constituição, Redemocratização, e a liberdade de imprensa no Brasil: um estudo teórico-reflexivo sobre as garantias constitucionais de Liberdade de Imprensa e de Expressão e os verdadeiros impactos materiais destas conquistas nos Meios de Comunicação do Brasil	113
Direitos Sociais Individuais na Constituição: um estudo reflexivo	114
Inexigibilidade de Licitação: Hipótese do Art. 25, II, da Lei Nº 8.666/93, Singularidade dos Serviços Técnicos	115
Desvirtuação da Lei do Estágio: novos Direitos, Velhos Problemas	116
Relação dos Prostíbulos com o Princípio da Adequação Social	117
Da fixação pelo Juiz Penal na sentença condenatória de valor mínimo para reparação dos danos causados ao ofendido pelo infrator	118
A Propaganda Partidária e o Ato de promoção pessoal empregados como propaganda eleitoral extemporânea	119
A Propaganda Partidária e o Ato de Promoção Pessoal Empregados como Propaganda Eleitoral Extemporânea	120
Crimes Contra a Honra Praticados por Meio da Internet	121
A Insegurança Jurídica no Caso Bunge tendo como Enfoque o Sistema Recursal Processual Civil	122
Aplicação do Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Relação a Violência no Âmbito Familiar	123

Atenuação da Pena em Razão da Duração Razoável do Processo	124
Aplicabilidade do CDC e da CLT Na Relação Advogado/Cliente, Decorrente da Prestação de Serviço Prestada Pelo Advogado ao seu Cliente	125
Dano Moral no Adultério: Até Que Ponto é Cabível o Pedido de Reparação Civil no Caso de Inobservância ao Dever de Fidelidade Recíproca?	126
O Uso da Tornozeira Eletrônica em Confronto com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	127
Cláusulas Abusivas nos Contratos de Financiamentos Bancários (CDC e Leasing)	128
A Efetividade da lei no que tange as barreiras enfrentadas pelos cadeirantes na zona urbana	129
Penas Alternativas Sob a Visão do Direito e a Efetividade das Medidas	130
Prisão Cautelar em Face do Princípio da Razoabilidade e o Princípio da Presunção de Inocência	131
Sistema de cotas e o princípio da isonomia: uma questão racial ou correlata à condição econômica?	132
EDUCAÇÃO	
O Papel da Educação na Iniciativa Empreendedora e no Desenvolvimento Local: uma Experiência a Partir da Sala de Aula	134
Educação Superior: reflexão sobre a postura docente no processo ensino-aprendizagem	135
Leitura e Escrita nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Realidade da Escola Municipal Professora Zoraide Almeida	136
Academia Onírica: Poesia É Sonho Mastigado?	137
Educação à Distância: os Prós da sua Evolução	138
Alfabetização e aquisição da Linguagem: um estudo sobre a concepção de professores alfabetizadores da cidade de Teresina-Piauí acerca do processo de aquisição da Linguagem	139
A inclusão no Ensino Superior	140
Uma abordagem sobre as diferentes concepções na Educação do Surdo	141

As práticas docentes no Centro Educacional Masculino e a aprendizagem significativa: um novo olhar sobre a Associação Juventude e Violência	142
Os professores e sua formação: retratos da reflexividade na Prática Docente	143
A cultura de paz como objeto da Sociologia da Educação	144
Ensaio sobre Cultura de Paz e Diversidade: um desafio para a Educação	145
A influência das Práticas Pedagógicas na Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	146
Ludicidade: o jogo como motivação para estimular o desenvolvimento infantil	147
EDUCAÇÃO FÍSICA	
Composição corporal de estudantes de 10 a 14 anos de uma escola particular de Teresina-PI	149
Prevalência de sobrepeso e obesidade entre escolares das redes Pública e Privada do bairro Vermelha, Teresina – PI	150
Nível de atividade física e sua associação com a Obesidade Abdominal em servidores Técnicos da Uespi	151
ENFERMAGEM	
Situações estressoras vivenciadas por Mulheres que trabalham na Enfermagem da estratégia Saúde da Família de Teresina-PI	153
Risco de desnutrição em pacientes hospitalizados em uma Unidade de Terapia Intensiva	154
Educação sexual para Adolescentes: ações do Enfermeiro da estratégia de Saúde da Família de Teresina	155
Reflexos da Esquizofrenia na Vida do Cuidador	156
Visão do Enfermeiro da estratégia Saúde da Família sobre a assistência ao Homem	157
Câncer de Colo do Útero: uma Revisão da Abordagem Terapêutica com uso da Quimioterapia	158
Abordagem da assistência de Enfermagem em pacientes hospitalizados com DPOC: uma revisão bibliográfica	159
Evidências Científicas sobre os fatores de risco para o sobrepeso e a Obesidade em Pré-Escolares no Brasil	160

Enteroparasitoses em gestantes atendidas em uma Maternidade Pública de Teresina - PI	161
Sexualidade na Terceira Idade: um Estudo Bibliográfico	162
Índice de Hipertensos no município de Piripiri e prevalência por gênero e medicamentos prescritos no tratamento da Hipertensão Arterial, ano de 2010	163
As principais ações realizadas no combate a incidência de infecção hospitalar	164
Os riscos ocupacionais a que estão expostos os trabalhadores de Enfermagem: revisão bibliográfica	165
Alterações biopsicossociais na Mulher Climática: uma revisão bibliográfica	166
Caso clínico de uma adolescente usuária do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II de Piripiri-Pi, com diagnóstico de Transtorno Bipolar de Humor – TBH	167
A assistência de Enfermagem à Puérpera Portadora de Mastite e as repercussões da Doença	168
A importância do controle rigoroso dos recursos materiais numa Instituição de Saúde no contexto da Enfermagem	169
As principais ações realizadas no combate a incidência de Infecção Hospitalar	170
Perspectivas acerca das Estratégias não Farmacológicas aplicadas no parto normal humanizado	171
FARMÁCIA	
Controle de qualidade de chás comercializados em João Pessoa-PB	173
Miastenia Gravis: tratamentos atuais	174
Interação Fármaco-Nutriente na Terceira Idade	175
Monitoração dos Antibióticos prescritos pela Clínica Médica de um Hospital Municipal de Teresina, Piauí	176
Câncer de Colo do Útero: Uma Revisão da Abordagem Terapêutica com Uso da Quimioterapia	177
Ácidos graxos poliinsaturados em mulheres com síndrome da tensão pré-menstrual: uma revisão de literatura	178
Revisão bibliográfica - doenças dispépticas (gastrite e úlcera): principais aspectos das doenças e da abordagem farmacoterapêutica	179

FISIOTERAPIA

Potencialização da Força Muscular Associada ao Uso de creatina	181
Ventilação Oscilatória de Alta Frequência em Recém-nascidos Pré-termos: uma Revisão da Literatura	182

NUTRIÇÃO

Perfil Nutricional de Adolescentes da Rede Pública Estadual em Teresina – Pi	184
Influência do Leite Materno nas Defesas do Recém-Nascido Contra Infecções	185
O Aleitamento Materno de Primigestas no Primeiro Dia após o Parto	186
Desenvolvimento da farinha da semente de abóbora (Curcubita moschata, L.) em diferentes processamentos	187
Estado Nutricional de Pacientes com Doença de Crohn, 2011	188
Interação entre Nutrição Enteral e Fármacos Administrados por Sondas: Repercussões Nutricionais	189
Estado Nutricional Relativo ao Ferro em Mães de Recém-Nascidos de Médio Risco Assistidos em Maternidade Pública	190
Aceitabilidade da Alimentação Escolar de Adolescentes da Rede Estadual em Teresina, Pi	191
Intercorrências Mamárias Relacionadas à Lactação em Puérperas de uma Maternidade Pública de Teresina, PI	192
Avaliação Bucal e Risco de Desnutrição em Idosos na Zona Rural da Cidade de Teresina-Piauí	193
Análise Microbiológica de Maionese Utilizada em Lanchonetes do Campus Universitário Ministro Petrônio Portela do Município de Teresina-PI	194
Educação Nutricional em uma Creche Municipal de Teresina-Pi	195
Benefícios da Linhaça (Linum Usitatissimum L.) na Alimentação - Uma Breve Revisão	196
Avaliação Sensorial de Margarina com Quitosana	197
Avaliação do Ganho de Peso Relacionado com Tipo de Amamentação em Prematuros Submetidos ao Método Canguru em uma Maternidade de Referência	198

PSICOLOGIA

Corpo, Instinto. Um Entusiasmo	200
K. D. minha saúde mental?: Sobre a clínica da intervenção precoce	201
Sobre o Diagnóstico Clínico: Diagnóstico Médico e Psicanalítico	202
Projeto “Em rumo à qualidade na vida”	203
O processo de ensino-aprendizagem e as interações sociais em sala da aula: relato de campo em Psicologia da Aprendizagem	204
Humanização no contexto da educação e o papel do psicólogo escolar e educacional: considerações gerais	205
Fatores de Riscos para Reincidência de Atos Infracionais Cometidos por Crianças/Adolescentes Internados no Centro Educativo de Internação Provisória (CEIP)	206
Assistência à Saúde Mental no Brasil: da Reforma Psiquiátrica à Construção dos Mecanismos de Atenção Psicossocial	207
A introdução da Internet como mediadora no contexto educacional	208
Violência Doméstica Contra a Mulher: Perfil do Agressor	209
Psicologia em Razão da Cidadania: a Psicologia Aplicada em um Núcleo Jurídico	210
Experiência em Psicologia Escolar Educacional: trabalhando a Resolução de Problemas, com o enfoque na ansiedade	211
Reflexões Sobre a Avaliação na Escola Inclusiva	212
Transtorno Bipolar, Episódio Atual Maníaco com Sintomas Psicóticos: Estudo de Caso	213
Qualidade na vida e o adolescente	214
Redução de Danos: Saberes e Práticas	215
Principais conseqüências psicológicas entre crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	216
Como as Emoções Influenciam no Percurso do Ensino-Aprendizagem	217

SERVIÇO SOCIAL

A Trajetória e o Protagonismo do Movimento de Saúde no Piauí: o Caso da Comissão PRÓ-SUS (1988-1996) _____	219
A Proteção Social e a Família na Realidade Brasileira _____	220
Prática de Devoção Popular: A Dança de São Gonçalo _____	221
A Atuação do Assistente Social na Reincidência da Gravidez na Adolescência: Uma Experiência no HRANP - Hospital Regional Alarico Nunes Pacheco na Localidade de Timon/Ma _____	222

A Revista Anais da Semana da Pesquisa Científica é uma publicação técnico-científica anual, que apresenta trabalhos originais avaliados por revisores ad-hoc.

resumo dos trabalhos de ADMINISTRAÇÃO



TERESINA-PI

Análise da Controladoria através da teoria Institucional

Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro¹
Almirallice de Sousa²
Ana Cláudia Duarte de Almeida³
Ana Karulina Alves Ferreira⁴
Ana Carolina Nunes Carvalho⁵
Adriana Alvina de Sousa Oliveira⁶
Antônio Vinícius Oliveira Ferreira⁷
Suzanne Morbach Aragão⁸

As controladorias configuram instâncias de controle que subsidiam o processo decisório da gestão governamental. Nesse papel, suas funções são reconhecidas a partir da ótica da Teoria Institucional, compreendida com alicerce conceitual da atuação de instituições para garantir o cumprimento do planejamento e da finalidade pública na provisão de bens e serviços. É fixado com questão central do estudo: como as controladorias são legitimadas pela teoria institucional? Para compreender a temática empreende-se através de uma pesquisa bibliográfica a análise comparativa e interpretativa sobre as funções das destas unidades administrativas através da teoria institucional que integra sua atuação. Assim, o presente trabalho aborda o alicerce teórico institucional para fundamentar as atribuições da controladoria no setor público e seu papel gerencial sobre as organizações. Objetiva-se com isso visualizar o através da teoria institucional o enquadramento conceitual das competências, atuações e desafios sobre o planejamento e o resultado da sua execução. Assim, como a teoria citada pode legitimar a atuação das Controladorias Gerais dos Municípios, Distrito Federal, Estados e da União (CGM, CGDF, CGEs e CGU) no controle e qualificação da gestão pública? Constatam-se elementos que apoiam a existência, suas atribuições e dimensões contempladas para exercer o controle sobre organizações e indivíduos, sendo este controle condicionado pela ambiência e formas de implementação sobre os atores envolvidos.

Palavras-chave: Controladoria. Legitimação. Teoria Institucional.

1 Administrador de empresas, graduado na UESPI e Mestrando em Administração no NPGA-UFBA, Esp. em Gestão e Auditoria Governamental pela UESPI.

2 Administradora de empresas, esp. em Gestão e Auditoria Governamental e Gerente Administrativa da APCEF.

3 Administradora, graduada pela UESPI, Pós-graduanda em Consultoria e Diagnóstico Organizacional pela Faculdade Grande Fortaleza (FGF).

4 Administradora, graduada pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

5 Administradora, graduada em Administração com Habilitação em Marketing pelo ICF, Pós-graduanda em Finanças de Empresas e Contabilidade Tributária pelo IEMP.

6 Administradora, graduada pela UESPI, Pós-graduanda em Controladoria e Finanças Empresariais pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE).

7 Administrador e esp. em Gestão e Auditoria Governamental.

8 Administradora, graduada pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

A Produção Limpa e sua contribuição no desenvolvimento industrial: estudo de caso na Socimol Indústria de Colchões e Móveis Ltda.

Suzanne Morbach Aragão¹
 Adriana Alvina de Sousa Oliveira²
 Ana Carolina Nunes Carvalho³
 Ana Karulina Alves Ferreira⁴
 Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro⁵
 Ana Cláudia Duarte de Almeida⁶
 Antônio Vinícius Oliveira Ferreira⁷

Ao longo dos últimos anos, os métodos produtivos adotados pelas empresas vêm provocando danos ao meio ambiente, tendo em vista sua incapacidade de transformar toda a matéria-prima em produto acabado, o que leva à geração de resíduos. O conceito de Produção Limpa surge com o objetivo de trazer uma nova realidade às empresas, tomando seus processos ambientalmente ajustados, o que corrobora a estratégia de reduzir ou eliminar os resíduos decorrentes da atividade fabril. Assim, é possível atuar de forma preventiva e integrada para o enraizamento dessas práticas na organização. O contexto teórico do presente trabalho explana sobre os conceitos de Produção Limpa na perspectiva de vários autores, evidenciando sua evolução histórica, implantação e benefícios proporcionados, o que contribui para uma melhor compreensão da temática abordada. Em seguida, é apresentado um estudo de caso na Socimol Indústria de Colchões e Móveis Ltda., buscando uma maior compreensão sobre o assunto mediante a constatação das práticas de Produção Limpa adotadas. Os aspectos metodológicos apresentados na pesquisa têm caráter exploratório, abrangendo dados qualitativos, que explicitam quais são as rotinas implementadas e como elas auxiliam no cumprimento de ações ambientalmente corretas, e dados quantitativos, cuja exposição utilizou gráficos para ilustrar com maior clareza os resultados encontrados durante a investigação. O instrumento de coleta de dados compreende uma entrevista estruturada, bem como a observação indireta que leva à compreensão das contribuições/benefícios da Produção Limpa na Socimol.

Palavras-chave: Geração de resíduos. Práticas de Produção Limpa. Impactos organizacionais e no meio ambiente.

¹ Administradora, graduada pela Universidade Estadual do Piauí; ² Administradora, graduada pela UESPI, pós-graduanda em Controladoria e Finanças Empresariais pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE); ³ Administradora, graduada em Administração com Habilitação em Marketing pelo ICF, pós-graduanda em Finanças de Empresas e Contabilidade Tributária pelo IEMP; ⁴ Administradora, graduada pela Universidade Estadual do Piauí; ⁵ Administrador de empresas, graduado na UESPI e mestrando em Administração no NPGA-UFBA, esp. em Gestão e Auditoria Governamental pela UESPI; ⁶ Administradora, Graduada pela UESPI, Pós-graduanda em Consultoria e Diagnóstico Organizacional pela Faculdade Grande Fortaleza (FGF); ⁷ Administrador e Esp. em Gestão e Auditoria Governamental.

Gestão de recursos e práticas ecológicas como forma de maximizar o lucro – um relato de experiência da empresa teresinense Gelo Polar

Ana Claudia Duarte de Almeida¹
 Bruno Marques Pires Soares²
 Adriana Alvina de Sousa Oliveira³
 Ana Carolina Nunes Carvalho⁴
 Ana Karulina Alves Ferreira⁵
 Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro⁶

O presente trabalho teve como objetivo discutir a estratégia de gestão sustentabilidade e responsabilidade ambiental da empresa teresinense Gelo Polar. As medidas adotadas se tornaram uma cultura voltada para a preservação do meio ambiente arraigada dentro da empresa e se tornando medida básica para o funcionamento do processo de produção. Dentre estas ações, cita-se o uso racional da água, bem finito e insumo de entrada para a produção de gelo; a adoção de máquinas de precisão para terem controle da quantidade de água que estão utilizando, além do controle direto de vazamento evitando desperdício de matéria prima e de capital; a manutenção e o correto funcionamento das máquinas de produção de gelo, dos condicionadores de ar das câmaras e dos transportes utilizados a fim de não liberarem gases poluentes na atmosfera. Parte do sistema de gestão ambiental da empresa foi sendo gerado por consequência do pensamento de maximização do lucro, todavia as medidas de responsabilidade com o meio ambiente foram surgindo aos poucos e hoje fazem parte da cultura organizacional. Com isso, afirma-se que uma empresa com responsabilidade ambiental tem como produto final a satisfação em colaborar com a qualidade de vida dos seus colaboradores e clientes, ou melhor, com todos os indivíduos que direta ou indiretamente interagem com essa empresa.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Práticas Ecológicas. Responsabilidade Social.

¹ Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Pós-graduanda em Consultoria e Diagnóstico Organizacional pela Faculdade Grande Fortaleza – FGF. ² Graduado em Administração e pós-graduado em Gestão Ambiental pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT. ³ Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Pós-graduanda em Controladoria e Finanças Empresariais pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE. ⁴ Graduada em Administração com Habilitação em Marketing pelo Instituto Camilo Filho – ICF e Pós-graduanda em Finanças de Empresas e Contabilidade Tributária pelo IEMP. ⁵ Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. ⁶ Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Mestrando em Administração no NPGA-UFBA.

Análise da qualidade dos serviços de segurança privada em agências bancárias de Floriano-Pi

Claudio Moura de Lima ¹
Ismeraldo Pereira de Oliveira ²
Dário Moreira Pinto Junior ³

Este trabalho teve como objetivos diagnosticar o grau de satisfação dos colaboradores das instituições financeiras do município de Floriano-PI, quanto à qualidade dos serviços prestados pelas empresas de segurança privada, descrever os tipos de serviços de segurança privada nas instituições financeiras, identificar a demanda e a qualidade deste serviço, através da pesquisa de campo, utilizando-se do método indutivo, aplicada na cidade de Floriano-PI. Trata-se de um estudo que buscou apresentar, de forma simples, os resultados alcançados. A qualidade nos serviços de segurança privada é de extrema relevância para o desenvolvimento da atividade e para satisfação de seus colaboradores. Com o apoio dos dados coletados em questionário utilizando perguntas fechadas, foram feitas as análises dos dados apresentados que identificaram a visão dos colaboradores das instituições financeiras de Floriano-PI, quanto à qualidade dos serviços prestados pelas empresas de segurança privada. A segurança privada no Brasil está em forte expansão, fato provocado pelo aquecimento da economia brasileira criando, assim, necessidade de segurança nas instituições financeiras e de seus usuários. O estudo mostra um sério problema na fase de recrutamento das empresas de segurança privada. A pesquisa torna-se importante para a criação de planos estratégicos de qualidade para as empresas de segurança e, principalmente, para as instituições financeiras envolvidas no estudo.

Palavras-chave: Qualidade. Segurança Privada. Instituições Financeiras.

¹ Administrador de Empresas, aluno da Pós-Engenharia de Produção – FSA

² MSc Engenharia Civil, Prof. Graduação e Pós em Eng. de Produção e Eng. Civil – FSA

³ Professor Doutor do Centro Universitário de Barra Mansa - RJ

O papel da avaliação de desempenho na administração pública: o caso da secretaria da administração do Piauí

Layane Bastos dos Santos
Maria do Perpétuo Socorro Leite
Sheilla Mendes de Sousa

Apesar de a Constituição Federal dispor sobre a avaliação de desempenho, os critérios utilizados na avaliação dos funcionários públicos e na concessão das promoções são sempre criticados e vistos como fundamentados em interesses políticos que excluem qualquer mensuração de desempenho, eficiência e produtividade. Nesse contexto, o presente artigo teve o objetivo principal de analisar o papel da avaliação de desempenho de servidores estaduais da Secretaria da Administração do Estado do Piauí. Trata-se de um estudo de caso, que buscou investigar os mecanismos de implantação de um sistema formal de avaliação de desempenho. A metodologia utilizada foi composta de aplicação de entrevistas estruturadas com os gestores de Recursos Humanos e análise documental de leis, decretos e outros documentos, que ajudaram a elucidar as especificidades daquele contexto organizacional. Os resultados mostraram que o processo de implantação do sistema de avaliação de desempenho encontra-se em fase bastante avançada e com boas perspectivas de continuidade, tendo em vista comprometimento da administração, sobretudo no que concerne às mudanças de governo. A superação desse estágio de desenvolvimento vai depender da reação dos membros da comissão de avaliação de desempenho aos processos de mudança de gestão.

Palavras-chave: Avaliação de Desempenho. Administração Pública. Modelo Gerencial.

Marketing de relacionamento: uma Leitura corporativa de *O Pequeno Príncipe*, de Antonie Saint-Exupéry

Libni Milhomem Sousa¹
Ricardo Vernieri de Alencar²

Este artigo tem como proposta discutir a obra *O Pequeno Príncipe* de Antonie Saint-Exupéry, através de um contexto voltado ao marketing contemporâneo e a ação de criar laços com o consumidor. Identificamos passagens no livro que podem exemplificar temas como: fidelização de clientes e a busca pelo encantamento de seu consumidor como ferramenta para alcançar níveis estratégicos de consciência positiva nas relações de consumo entre empresa/ cliente. Para tanto foi realizada pesquisa de caráter bibliográfico, a partir da leitura da obra e de outras fontes ligadas à proposta da pesquisa de estudo. Tendo em vista que o papel das empresas, enquanto gestoras de relacionamento com seus clientes representam a base para o sucesso produtivo, o efeito do conceito e prática da palavra “cativar” norteiam o ponto - síntese deste artigo. A partir da obra *O Pequeno Príncipe* (1943) de Saint – Exupéry, este artigo pretende analisar os vários ensinamentos propostos pelo autor que podem ser relacionados com o ambiente de marketing de relacionamento, uma vez que a obra sintetiza alguns conceitos do marketing de relacionamento moderno. Afora essas possibilidades de construção do tema, o artigo visou, ainda, refletir sobre a função da identidade do cliente no posicionamento da empresa para construção de relacionamento.

Palavras-chave: Marketing de Relacionamento. Fidelização de clientes. Consumidor. Encantamento. Cativeiro.

¹ Pós-graduando em Gestão de Marketing na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), formado em Administração de Empresas com Habilitação em Negócios – FSA.

² Mestre em Administração, professor orientador, coordenador do curso de pós-graduação em Gestão de Marketing (UESPI).

O papel da educação na iniciativa empreendedora e no desenvolvimento local: uma experiência a partir da sala de aula

Maria Alice Leite de Brito¹

Este artigo vem contribuir para os estudos sobre práticas pedagógicas que podem ser inseridas nos planos políticos dos cursos de graduação, em especial, o para o curso de Administração ao analisar os efeitos objetivos e subjetivos de uma prática de sala de aula e sua relação com o empreendedorismo. O estudo cujo objetivo foi analisar os efeitos de uma prática de sala de aula em um caso isolado do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e sua relação com o empreendedorismo possibilitou compreender a percepção dos alunos sobre o empreendedorismo e o desenvolvimento local. A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso, exploratório e descritivo, tendo sido um questionário semiestruturado e a observação os instrumentos de coleta de dados. A análise quantitativa e qualitativa contou com a ferramenta do Epi Info (versão 2008) após processamento dos dados. Os resultados apontam para os aspectos positivos da atividade pedagógica como favorável ao estímulo dos alunos para a prática empreendedora e sua maior valorização local bem como da boa receptividade dos mesmos. Em conclusão, foi possível constatar os benefícios da atividade acadêmica não só para a vida pessoal dos alunos como também para uma nova concepção de sala de aula voltada para a promoção de profissionais comprometidos com a repercussão social e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento Local. Curso de Administração. UFPI.

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

As Organizações como um Alvo-Móvel: um Estudo de Caso Sobre o Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FESO do Município de Teresópolis (RJ)

Richard Selva Sohn¹
Centro Universitário Serra dos Órgãos
Carlos Alberto Santos Barbosa²

A mudança se tornou parte do cotidiano das empresas, isso porque, a cada dia acontecem transformações significativas nos ambientes interno e externo das organizações. Entende-se por mudança organizacional, a necessidade de revisar todas as práticas da empresa a todo o instante. A mudança é de fundamental importância, pois permite que as organizações acompanhem as novas tendências e perpetuem no mercado. A partir de um estudo de caso sobre o IPC-FESO, podemos perceber que as organizações atuantes no comércio varejista de alimentos e outros do município de Teresópolis, devem estar sempre atentas à sua demanda, mercado consumidor. Isso porque conforme a última pesquisa de atualização do painel realizada, a cesta do IPC-FESO, que expressa o consumo das famílias teresopolitanas, sofreu modificações, implicando assim em um novo padrão de consumo.

Palavras-chave: IPC-FESO. índice de preços. Mudança organizacional.

¹ Graduado em Administração pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos, pós-graduando (especialização) em Estratégia e Gestão Empresarial pela Universidade Gama Filho e em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Veiga de Almeida.

² Mestre em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Superior de Estudos Pedagógicos do Rio de Janeiro.

Análise da sazonalidade do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Educacional Serra dos Órgãos – IPC-FESO

Richard Selva Sohn¹
Roberta Montello Amaral²

A sazonalidade está associada a determinados meses/períodos do ano, os quais abrigam datas importantes, além de estações do ano como Verão e Inverno. Tais datas comemorativas, bem como o clima, contribuem para a mutação/modificação da demanda. O objetivo deste trabalho é o de verificar a presença ou não, do fenômeno da sazonalidade no Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Educacional Serra dos Órgãos - IPC-FESO. Após o processo de análise, constatou-se a presença de cargas sazonais positivas para os meses de maio e junho, sendo 1,05 e 1,04 respectivamente. Além disso, constatou-se a importância do IPC-FESO para o município de Teresópolis, uma vez que o mesmo reflete a realidade local, tornando-se assim o índice mais adequado para a cidade de Teresópolis (RJ). Por fim foi possível tomar conhecimento de diversos outros índices, que possuem a mesma característica do IPC-FESO.

Palavras-chave: Inflação. Números-Índices. IPC-FESO e Sazonalidade.

¹ Graduado em Administração pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos, pós-graduando (especialização) em Estratégia e Gestão Empresarial pela Universidade Gama Filho e em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Veiga de Almeida.

² Doutora em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

resumo dos
trabalhos de
COMUNICAÇÃO SOCIAL



TERESINA-PI

Marketing e marketing digital: um estudo de caso sobre o perfil da Coca-Cola no Facebook

José Alisson de Oliveira Brito¹
Jeferson Soares da Silva Filho²
Jennyffer Pereira de Mesquita³

As redes sociais na internet se apresentam como novo dispositivo de comunicação das empresas com os seus consumidores, bem como instrumento possibilitador de promoção empresarial. Este trabalho é uma análise exploratória da natureza do marketing digital aplicado em redes sociais, a partir do estudo de caso do perfil da Coca-Cola no Facebook, fundamentando-o nas bases teóricas de pesquisadores do marketing e do marketing digital como Kotler, Lupetti, De Paula, entre outros pesquisadores. Pretende-se expor como é construído o discurso publicitário, na esfera das redes sociais, especificamente no Facebook, do grupo Coca-Cola a fim de promover a marca e estreitar o relacionamento com seus consumidores.

Palavras-chave: Marketing. Marketing digital. Redes sociais virtuais. Facebook.

¹ Graduando do 7º período em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM).

² Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

³ Orientadora deste trabalho. Especialista em Comunicação e Marketing, bacharel em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é professora do Departamento de Comunicação Social e Mestranda em Comunicação na UFPI.

A construção do jornalismo comunitário no ambiente da comunidade

Marcelle Soares Felix
Jocyelma Santana

O presente artigo tem como função ser uma fonte de referência sobre o que há de debate dentro do jornalismo comunitário. Com indicações dos autores que abordam e retratam sobre o tema, o trabalho vem por forma de tópicos fazer um cronograma para profissionais e estudantes que desejam pôr em prática a comunicação comunitária. Tópicos que vão desde a apresentação do jornalismo comunitário para a comunidade até os principais desafios enfrentados, passando pelo passo-a-passo importante da construção e também a função social deixada na comunidade. Aqui marcam presença citações de autores como Felipe Pena e Cecília Peruzzo, especialistas, respectivamente, em teorias do jornalismo e comunicação comunitária.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário. Comunidade. Social.

1 Acadêmica graduanda em Comunicação Social, habilitação Jornalismo pelo CEULP/ULBRA

2 Jornalista, advogada, mestre em Educação Brasileira, professora do curso de Comunicação Social do CEULP/ULBRA

‘Voz da Comunidade’ e a cobertura do conflito no Complexo do Alemão pelo twitter: Uma reflexão sobre a educomunicação comunitária na cultura participativa

Samanta Daisy Pinheiro Nascimento¹

Este artigo descreve a experiência de aprendizagem informal, a partir da utilização do Twitter pelos membros da comunidade que surgiu em torno dos tweets no perfil do Voz da Comunidade, inseridos nesta cultura da participação, durante a cobertura dos dias decisivos no conflito que aconteceu no Complexo do Alemão no final de novembro de 2010. Estes usuários, ao mesmo tempo em que são emissores, são consumidores de informação, participando na produção e circulação de conteúdo no Twitter. Dessa forma, eles adquirem habilidades e competências em um processo de aprendizagem informal. O microblogging é, então, um espaço que pode ser utilizado para a comunicação comunitária promovendo, inclusive, a educação para a cidadania. Através da produção e disseminação de conteúdos, estes usuários puderam desenvolver, também, aspectos cognitivos, psicomotores e afetivos, como também uma compreensão da realidade nas favelas, a capacidade de expressão verbal como também uma visão mais crítica da mídia. Trata-se de uma pesquisa social cuja metodologia foi o estudo de caso avaliativo que envolve tanto a descrição quanto a interpretação. Para suporte teórico, o texto aborda o tema da Educomunicação Comunitária e conceitos relacionados à cultura participativa. Este trabalho também é uma forma de incentivar os estudos na área da Educomunicação e seu ensino nas universidades.

Palavras-chave: Educomunicação. Twitter. Comunidade. Cultura. Participação.

1 Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Pós-Graduada Lato Sensu em Gestão de Comunicação e Marketing Institucionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

O uso das TICs nas redações dos jornais impressos de Teresina (PI)

Francisco Wilk Santos Leal Marques¹
 Franceane Maria Silva Sousa²
 Anne Carolinne Brandão Riedel³
 Ana Kelma Cunha Gallas⁴

A exigência de maior agilidade na produção de notícias e a competição do mercado de mídia estimula, no meio jornalístico, o uso de Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs). Os artefatos tecnológicos como: computadores, máquinas fotográficas, celulares, ipad, iphones etc, que exigem usuários habilitados, embora as empresas jornalísticas não invistam em cursos de capacitação. A investigação sobre a ambiguidade que acompanha o uso desses aparelhos complexos na rotina produtiva dos jornalistas dos meios impressos tomou como base 45 profissionais de meios impressos que atuam em três jornais de Teresina (PI), considerados os maiores do estado: jornal Meio Norte, O Dia e Diário do Povo. O objetivo da pesquisa foi averiguar como estes profissionais utilizam as TICs nas suas rotinas produtivas, pressupondo que o uso incessante de artefatos tecnológicos podem assegurar a eficácia dos diversos campos de saber, mas também provocar acomodação, desestimular a criatividade e o desprezo à propriedade intelectual.

Palavras-chave: TICs. Técnica. Jornalismo.

1 Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

2 Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

3 Estudante do 5º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

4 Professora Orientadora do trabalho. É mestranda do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Desde 2001 é professora titular do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

O Ciberespaço como transformador da prática jornalística e da rotina produtiva do jornal O Dia (Teresina-PI)

Francisco Wilk Santos Leal Marques¹
 Franceane Maria Silva Sousa²
 Anne Carolinne Brandão Riedel³
 Ana Kelma Cunha Gallas⁴

O ciberespaço apresenta mecanismos não-lineares que são utilizados pelo homem para comunicar-se com outros sem as barreiras do espaço e do tempo. Nas redações de jornais impressos, aparece como ferramenta de implementação da prática profissional e como modificador das formas de produção e acesso a conteúdos. As rotinas produtivas dos jornalistas e a lógica de empresas de comunicação e do mercado ganham assim novas formas de distribuição da informação e da relação entre sujeitos e realidade. Dessa forma, possibilita a ampliação das possibilidades produtivas, ao mesmo tempo em que estabelece o desafio de superar formas tradicionais de produção e consumo de conteúdos. Este estudo toma como base uma pesquisa de caráter exploratório realizada com profissionais que atuam no Jornal O Dia, um dos principais meios impressos de Teresina (PI), em que se investiga como os jornalistas desse veículo operacionalizam os recursos disponibilizados pela internet na sua rotina produtiva.

Palavras-chave: Internet; Ciberespaço; Jornalismo; Rotina Produtiva.

1 Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

2 Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

3 Estudante do 5º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

4 Professora Orientadora do trabalho. É mestranda do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Desde 2001 é professora titular do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

Investigando as origens do gênero Cartoon: uma pesquisa sobre a manifestação do riso no campo social

Ana Kelma Cunha Gallas¹

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o cartoon, modalidade própria de comunicação que conjuga signos gráficos, visuais e linguísticos. Resgata-se o percurso deste tipo de humor visual, por meio de exemplos elegidos, a fim de demonstrar que essa prática tinha uma função significativa no contexto social. Devido à natureza desafiadora desta proposta, recorreu-se a uma abordagem interdisciplinar, combinando teorias e métodos de diversos campos do conhecimento, a fim de responder questões fundamentais sobre a origem do cartoon enquanto gênero. Sobre gênero, consideram-se, neste estudo, as pesquisas produzidas a respeito do gênero textual (BAKHTIN, 2000; BEZERMAN, 2005; MARCUSCHI, 2008, 2010, e MILLER, 2009). Por meio destes e de outros autores, busca-se evidenciar as suas características do cartoon, bem como seus critérios de diferenciação meio a uma variedade de gêneros relacionados aos quadrinhos. Assim, procura-se responder o que torna o cartoon um gênero singular? Neste estudo, parte-se das reflexões de Bakhtin de que o gênero é um enunciado de natureza histórica, sócio-interacional, ideológica e linguística relativamente estável. Mas, a propósito dos estudos de Marcuschi, não se considerará, neste estudo, o gênero como modelo estanque nem portador de estruturas rígidas, mas como forma cultural e cognitiva de ação social.

Palavras-chave: Gênero; Cartoon; Função Social.

¹ Mestranda do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Desde 2001 é professora titular do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

Histórias funcionais: um olhar sobre o papel do super-herói nos quadrinhos norte-americanos nas décadas de 1980 e 1990

Ana Kelma Cunha Gallas¹

Este trabalho analisa os super-heróis dos quadrinhos norte-americanos sob uma perspectiva funcional, observando que a criação e desenvolvimento desses personagens, nas primeiras décadas do Século XX, relaciona-se, por um lado, a um amplo painel de referências históricas, sociais, políticas, psicológicas e literárias, próprios da sociedade norte-americana, e, de outro, a um processo de revivescência mitológica, em que os super-heróis atualizam arquétipos milenarmente desenvolvidos em diversas culturas. O objetivo da pesquisa é demonstrar que o super-herói não é apenas um personagem fictício, criado apenas para divertir; ao revivificar o arquétipo do homem auto-superado, esses personagens atuam no sentido de resolver problemas que se apresentam nos diferentes planos da realidade, impactando o universo dos leitores. Por outro lado, como produto da indústria cultural, as histórias de super-heróis em quadrinhos vinculam-se às regras de mercado, submetendo-se a processos como produção e distribuição, o que altera profundamente seu status original. O corpus deste trabalho é constituído de quadrinhos norte-americanos, produzidos nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, mas, principalmente, as revistas publicadas pelas editoras Marvel e Detective Comics (DC) nas décadas de 1980 e 1990. Nesse trabalho, além dos referenciais teóricos relacionados às Histórias em Quadrinhos, cujos principais autores são Cirne (1971, 1977), Moya (1977), Eisner (1985) e Eco (1987), usamos autores que pesquisam mitos e heróis, como Eliade (1986), Kothe (1987), Campbell (1988), Levi-Strauss (1989), e sociólogos que estudam os mecanismos da vida em sociedade, como Aron (1982) e Durkheim (1991, 2002).

Palavras-chave: Quadrinhos; Herói; Mito; Função Social.

¹ Mestranda do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Desde 2001 é professora titular do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

Padrões de manipulação na abordagem da homossexualidade em Veja

Yakowenko Guerra de Oliveira ¹

Ana Kelma Cunha Gallas ²

Este trabalho analisa os padrões de manipulação da grande imprensa, a partir da perspectiva defendida por Perseu Abramo na obra homônima. O objeto de estudo são as estratégias usadas pela revista Veja na apresentação do tema "Homossexualidade". O corpus é constituído de quatro reportagens com abordagens relacionadas aos homossexuais, publicadas em quatro capas (1993, 2000, 2003 e 2010). O objetivo deste trabalho é observar quando Veja oculta, fragmenta ou distorce os fatos que investiga, ou, ainda, quando a publicação omite ou silencia diante de determinados fatos da realidade, considerando o processo preliminar de busca da informação e o de redação das reportagens, quando determina quais fatos são importantes ou não para serem levados a público. Nesse sentido, além da obra de Perseu, utilizam-se, ainda, como referencial, estudos sobre a homossexualidade e sobre o estilo usado no jornalismo em revista. Observa-se, preliminarmente, como resultados deste trabalho, que Veja, ao longo de sua trajetória, e especificamente nas reportagens analisadas, generalizou, de forma equivocada, a realidade vivenciada pelos homossexuais, ocultando fatos, fragmentando e descontextualizando acontecimentos, invertendo a importância de aspectos e induzindo o público a crer numa realidade construída.

Palavras-chave: Revista Veja. Homossexualidade. Padrões de Manipulação.

¹ Estudante do 8º Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

² Professora Orientadora do trabalho. É mestranda do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Desde 2001 é professora titular do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Santo Agostinho.

Humor no twitter: um estudo da variação

Vânia Carvalho de Castro

Este artigo apresenta resultados de uma análise da variação linguística em textos de homens e mulheres na categoria humor na rede social Twitter. Sabendo que no mundo virtual, vive-se uma grande variação e expansão linguística nas interações sociais, o presente trabalho buscará enfatizar as possíveis diferenças na linguagem praticada pelos comediantes. Para melhor qualificar essa pesquisa, foram coletados 60 "tweets", que são os textos, que têm a função de permitir aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, entre os gêneros / sexos, sendo 30 de comediantes de "stand up" do sexo feminino e 30 do sexo masculino observando as possíveis variações nas publicações utilizadas pelos usuários.

Palavras-chave: variação, rede social, homens e mulheres.

resumo dos trabalhos de DIREITO



TERESINA-PI

Adoção Internacional: um instrumento de inclusão social e familiar

Adenildes Barbosa de Sousa ¹
Luciana Pessoa ²

O presente trabalho terá como intuito analisar o instituto da Adoção Internacional como sendo um instrumento garantido por lei de inclusão social e familiar de crianças e adolescentes brasileiros. A Adoção Internacional no Brasil é regulada pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Convenção de Haia. No palco dos debates, o instituto da adoção internacional tem sido defendido por uns e combatido por outros. Pois há quem o considere de grande valia para amenizar os aflitivos problemas sociais. Outros, no entanto, temem que se transforme em tráfico internacional ou, que objetive a comercialização de órgãos. O que se almeja com esse trabalho é demonstrar a importância, a viabilidade, os requisitos e a necessidade da adoção internacional frente ao grande número de crianças e adolescentes abandonadas, uma vez que o abandono de menores, vivendo nas ruas ou em instituições, é uma realidade gritante na sociedade brasileira hodierna. Sendo assim, esse instituto pode representar um meio alternativo, para que muitos menores que se encontram abandonados, sem qualquer esperança de um futuro promissor pertençam a um lar e integrem uma família. Portanto o instituto em questão pode apresentar-se como recurso necessário para a inserção de crianças e adolescentes que já foram duplamente excluídos, primeiro pela família natural e segundo pela família substituta nacional. Para abordar o tema em estudo, será lançado mão de pesquisas em fontes bibliográficas, jurisprudências adotadas nos tribunais e artigos retirados de periódicos e sítios da internet.

Palavras-chave: Adoção Internacional, Crianças, Adolescentes.

¹ Acadêmica do 9º Período do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina - Piauí.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA.

A Captação Ilícita de Sufrágio como causa de inelegibilidade sob à luz da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010)

Alan Damasceno Moura¹
João Santos²

Este trabalho tem por finalidade compreender a captação ilícita de sufrágio como causa de inelegibilidade sob a luz da Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) e analisar as relações de poder existentes na captação ilícita de sufrágio entre eleitor e candidato no aspecto político, econômico, social e cultural. Pretendemos discutir por que a captação ilícita de sufrágio transformou-se em causa de inelegibilidade sob a luz da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010), a relação entre a inelegibilidade, Lei da Ficha Limpa e captação ilícita de sufrágio buscando observar as suas semelhanças e diferenças, as razões dessa captação não ser hipótese de inelegibilidade já com a Lei Complementar nº 64/90 antes de 2010. O que nos chamou mais a atenção na nova lei e que se transformou em nosso objeto de estudo foram dois pontos: a alteração da Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades) pela lei da Ficha Limpa e o ponto principal disposto no artigo 1º, inciso I, alínea j, da Lei Complementar 135/2010 que versa sobre a condenação de uma pessoa por captação ilícita de sufrágio feita por órgão colegiado da Justiça Eleitoral ou em decisão transitada em julgado que leva à cassação do registro ou do diploma tornando-a inelegível por 8 anos a contar da eleição. Nossa pesquisa está assentada na Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades), na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), no Código Eleitoral (1965) e na Lei 9504/97 (Lei das Eleições). Utilizaremos como fontes de pesquisa: periódicos, livros de doutrina de assuntos que dizem respeito ao tema a ser abordado e jurisprudências dos Tribunais Superiores e Inferiores, além de várias leis que servirão de base para a monografia científico-jurídica.

Palavras-chave: Lei da Ficha Limpa, Inelegibilidade, Sufrágio.

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O princípio da Presunção de Inocência e o ônus da prova no Processo Penal

Alexandra Bezerra de Sousa¹
Juliano de Oliveira Leonel²

O presente estudo propõe-se a analisar o princípio constitucional da Presunção de Inocência no que tange às implicações deste sobre a seara do ônus probatório em Processo Penal. Nos termos do artigo 156 do Código de Processo Penal, “a prova da alegação incumbe a quem a fizer”, contudo tal regra comporta imprecisão e, por ser de interpretação equívoca, necessita de complementação. A complementação, neste caso, decorre incisivamente da própria Carta Magna. Com efeito, a Constituição Federal de 1988 consagra o célebre Princípio da Presunção de Inocência do indivíduo, ao preceituar em seu artigo 5º, inciso LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Ante o sistema constitucional vigente, importa perquirir o acerto ou desacerto de decisões judiciais que admitem a inversão do ônus da prova perante eventual alegação de exclusão da antijuridicidade do fato típico ou excludentes de culpabilidade, ao atribuir à defesa o ônus de provar a existência de tais excludentes. Em outras palavras, resta saber se o mencionado dispositivo do CPP resiste à uma filtragem constitucional. Espera-se que o presente estudo, realizado essencialmente com base em pesquisa bibliográfica, suscite a reflexão acerca da importância do acatamento do mencionado princípio quanto à distribuição do ônus da prova na seara processual penal, demonstrando o conflito existente entre CPP e Constituição Federal neste aspecto, de modo a despertar para a necessidade de interpretação do aludido artigo 156 do CPP à luz do princípio constitucional que versa sobre a Presunção de Inocência do indivíduo.

Palavras-chave: Prova. Princípio. Presunção de Inocência. Ônus Probatório. Processo Penal.

¹ Acadêmica do 9º Período do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina – Piauí.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A mudança proposta pelo Projeto de Lei Nº168/ 2007 do Senado Federal do artigo 55 da Lei 11.101/05

Alexsandro Lima da Silva ¹
Fábio Miranda ²

O presente trabalho científico visa analisar a modificação pretendida pelo projeto de lei de nº 168/2007, de iniciativa do Senado Federal brasileiro, do artigo 55 da Lei 11.101/05, nova lei de falências, pois da forma como consta do texto da Lei poderá ocasionar a suspensão da recuperação judicial da empresa que se encontra neste processo. Para tanto se faz necessário um estudo verticalizado do instituto da Recuperação Judicial contido na lei 11.101/05, sua natureza jurídica e seus fundamentos; da empresa, seus princípios, função social e demais nuances de tais institutos. Pretende-se analisar a eficácia da modificação pretendida, se da maneira que se encontra o artigo 55 da nova lei de falências, esta torna inócuo outro dispositivo da própria Lei de Falências, qual seja o artigo 39. Para alcançar os objetivos pretendidos, utilizaremos pesquisa bibliográfica, pesquisa de julgados acerca da suspensão da recuperação judicial, da legislação pertinente sobre o tema e internet.

Palavras chave: empresa, função social, eficácia, recuperação judicial, Lei.

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Aplicação da Lei Penal como consequência da falta de fiscalização pelo Poder Público nos cri- mes cometidos contra o consumidor

Allysson Leonardo Carlos Fontinele ¹
Alexandre Cristian de Jesus Nôleto ²

A presença dos crimes econômicos em nossa sociedade, com a participação cada vez maior das empresas para sua efetivação, o crescimento econômico, a globalização, que acarreta uma verdadeira desnacionalização, e, principalmente, a despersonalização dos fenômenos relativos às pessoas jurídicas provocam a discussão mundial sobre a necessidade de sua responsabilidade. Embora as legislações de outros países tenham optado, em sua grande maioria, por considerar o aspecto administrativo das infrações de consumo em detrimento das sanções de natureza penal, no Brasil o Código de Defesa do Consumidor reservou um capítulo especial às infrações administrativas, sem abrir mão, todavia, do concurso de normas de caráter repressivo. Nesse contexto, a problemática do tema em apreço fundamenta-se na ineficácia da tutela penal para a punição dos crimes cometidos contra o consumidor, haja vista que evitar o dano, em se tratando de relações de consumo, é muito mais importante do que punir o infrator e o Direito Penal tradicional não atende eficazmente a demanda da relação consumerista. Objetiva-se, pois, com o presente estudo analisar as tutelas jurídicas do direito do consumidor, em especial a penal, a fim de demonstrar a ineficácia penal para a contenção do crime contra a relação de consumo. Por meio do método hipotético-dedutivo e da pesquisa bibliográfica qualitativa a temática é analisada a partir da Doutrina mais relevante, a fim de demonstrar a ineficácia penal da tutela consumerista. Desse modo, o presente trabalho justifica-se pela sua relevância jurídica e social, haja vista que as relações de consumo, pertencente ao âmbito dos direitos difusos e coletivos merece respaldo jurídico apto a garantir o perfeito equilíbrio nas relações entre os fornecedores de bens e serviços e os consumidores deste. É essa a visão panorâmica da presente monografia.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Sanções Penais. Poder Público. Ineficácia.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina – Piauí.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Concessão dos direitos sucessórios ao companheiro homoafetivo

Amanda Nascimento Silva¹
João Santos²

O Direito como integrante do rol das ciências aplicadas, tem como foco desvendar e amparar as necessidades humanas, bem como os impactos que tais necessidades podem causar na vida em sociedade. Tal ciência surge a partir da necessidade que há em se regular fatos sociais que ocorrem dentro de cada uma das relações estabelecidas entre dois ou mais indivíduos da sociedade. O Direito deve adaptar-se às mudanças sociais, em especial na esfera das relações afetivas, para que continue perseguindo seu objetivo base que é: manter a sociedade em paz, ordem e segurança. Não se mostra justo que, pessoas do mesmo sexo que mantenham uma vida em comum não tenham direito sucessórios em relação ao companheiro, mesmo após terem contribuído para a formação do patrimônio, pelo simples fato de que o Direito não reconhece, expressamente em lei, tais concessões. A falta de tratamento específico às uniões homoafetivas opera-se de forma desagradável aos companheiros, ao que parece, em tais relações ninguém se separa e ninguém morre, mas como sabemos que a realidade não é esta, é preciso tratar dessas questões de forma consciente. A ordem jurídica brasileira em recente decisão do STF têm se posicionado a favor do reconhecimento de tal união estável, o que revela importante avanço jurídico, e principalmente, uma vitória social. O fato é que a não concessão dos direitos sucessórios ao companheiro homoafetivo é um problema social que deve ser observado e amparado pelo Direito, visando assim, uma vida em sociedade de forma pacífica, sem discriminações ou preconceitos.

Palavras-chave: Concessão. Direitos Sucessórios. Companheiro Homoafetivo

¹ Acadêmico(a) do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Da igualdade à igual consideração de interesses à luz do pensamento de Peter Singer

Virna de Barros Nunes Figueiredo¹
Ana Claudia Duarte de Almeida²

O presente artigo tem como objetivo principal de analisar a questão da igualdade abordada conforme o pensamento de Peter Singer, um dos principais representantes da corrente utilitarista, fundada no século passado por Bentham e Stuarth Mill, e cujo pensamento encontra-se respaldado na premissa base de que as ações moralmente boas maximizam a felicidade ou o bem-estar, de modo que ao agir bem se alcança melhores conseqüências para o maior número de sujeitos afetados por tal ação. E também abordar as várias faces do princípio da igualdade. Indicando as falhas do conceito formulado por Rawls, bem como a fundamentação do princípio da igual consideração de interesses, segundo o qual se deve atribuir o mesmo peso, nas nossas deliberações morais, aos interesses semelhantes de todos os afetados pelas nossas ações alcançando não apenas seres humanos, mas também animais não humanos, como uma nova e efetiva proposta de igualdade. Pretende-se ainda apresentar o princípio da igual consideração de interesses defendido por Singer, como meio para uma nova interpretação da idéia de igualdade, extensiva inclusive aos animais não-humanos. Concluindo-se que filosofia moral tradicional não tem conseguido oferecer uma melhor solução para a questão da igualdade do que o princípio da igual consideração de interesses proposto por Singer, que modificou o estudo Ética Prática e através de sua proposta, propôs uma série de desafios para as novas gerações de filósofos da ética e da política.

Palavras-chave: Igualdade, Igual Consideração de Interesses, Ética Prática.

¹ Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT e Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera – Uniderp.

² Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT.

Assédio moral no ambiente de trabalho

Ana Cláudia Morais de Sousa¹
Vicente Resende²

O presente estudo monográfico tem por objeto ressaltar a importância de um melhor amparo jurídico ao trabalhador no que tange ao fenômeno conhecido como Assédio Moral, que pode ser definido como toda conduta abusiva e repetitiva, manifestada através de comportamentos, palavras, gestos e alusões, que possam causar danos à personalidade, à dignidade e à integridade física ou psíquica do trabalhador. O contrato de trabalho deve ser cumprido com absoluta primazia à obrigação de respeito à dignidade da pessoa humana, uma vez que o trabalhador antes é humano e cidadão. Assim sendo, o empregador tem a obrigação de respeitar a personalidade moral do empregado na sua dignidade absoluta de pessoa humana. No entanto, o que observamos com o grande desenvolvimento do mercado de trabalho, é o aumento nas relações hierárquicas assimétricas, desumanas e sem ética, marcadas pelo abuso do poder e manipulações perversas, acontecimentos estes ocasionados pela falta de um ordenamento jurídico adequado. As conseqüências desse tipo de assédio geram graves danos à saúde física e mental, que vão desde a incapacidade laborativa, desemprego, até mesmo a morte, ferindo assim o direito a vida, preconizado em nossa Carta Magna em seu artigo 5°. É um risco invisível, porém concreto, e que necessita urgentemente de uma tipificação legal, para que assim os trabalhadores tenham todos os seus direitos devidamente amparados.

Palavras-chave: Assédio moral, Direito do Trabalhador.

¹ Acadêmico(a) do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Estado como fornecedor do serviço público de energia elétrica e o consumidor

Anielly Maili Bezerra Borges¹

O presente trabalho visa dar ênfase ao fornecimento de energia elétrica, que é um serviço de utilidade pública. Inicia-se destacando o conceito de serviço público em sentido amplo, suas características (permanência: traduzida pela continuidade no serviço, pela generalidade: igualdade na prestação para todos os usuários, pela eficiência: busca da constante atualização) e a classificação; posteriormente enquadrando-a em uma relação que ocorre dentro do mercado de consumo (incidência do Código de Defesa do Consumidor), procedendo-se assim com os conceitos de consumidor, fornecedor, relação de consumo. Será dado destaque ao Artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor que traz em sua redação a obrigatoriedade do fornecimento de serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos; finalizando com a possibilidade do corte de tal serviço por inadimplência, sendo a defesa aqui demonstrada contrária a tal, bem como relacionando decisões jurisprudenciais que mostrem a fundamentação da defesa aqui pretendida, associando-a a princípios do Direito, com destaque no princípio da dignidade da pessoa humana, e no princípio da vulnerabilidade (ser o consumidor a parte mais fraca na relação de consumo). Posto isso, destaca-se que o fornecimento de energia elétrica cumpre a sua função social ao satisfazer as necessidades essenciais de toda a população, tendo em vista que sempre devem ser encontrados métodos satisfatórios para que este serviço esteja em constante aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Serviço público, energia elétrica, consumidor.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina – Piauí.

Os benefícios da virtualização de processos nos Juizados Especiais Cíveis

Antoniél Soares da Silva¹
Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva²

O principal motivo dessa discussão é o fato de o Direito sofrer constantes evoluções, buscando a satisfação dos interesses da sociedade. Esta evolução é demonstrada em todos os ramos do Direito, não se eximindo desta mudança o ramo do Direito Processual Civil, e sendo este a base de todo procedimento das fases processuais, reflete diretamente no trâmite processual. Essa evolução tem sido demonstrada, especialmente nos Juizados Especiais Cíveis, com a virtualização de processos. Na atualidade muito se discute sobre a crise do judiciário, e em função disso foram idealizadas alterações nas estruturas e formas procedimentais e editadas leis com o objetivo primordial de imprimir celeridade a processos, visando uma maior efetividade e satisfação da sociedade, mediante a célere prestação jurisdicional. O objetivo desse novo sistema jurídico processual é ampliar o acesso a justiça e garantir o direito básico do cidadão. Os benefícios trazidos pelo processo virtual, principalmente a celeridade e a economia processual, por maiores que sejam não podem solapar garantias constitucionais dos cidadãos. O grande beneficiado é o meio ambiente, pela grande economia de papel, da mão-de-obra dos serviços burocráticos da justiça, tais como elaboração de cartas e mandados, carga de autos a advogados e outros, trabalho que desaparece com o processo eletrônico. Na mesma proporção que a burocracia do processo se reduz para a Justiça, reflete-se a redução de trabalho nos escritórios de advocacia, que podem controlar com mais precisão os prazos processuais, reduzir gastos, bem como diminuir despesas de pessoal.

Palavras-chave: Virtualização. Benefícios. Juizados Especiais

Código civil de 2002 frente às principais mudanças propostas pelo Estatuto das Famílias (Projeto Lei nº 2285/2007)

Cariane Gomes Assunção¹
Veronica Acioly de Vasconcelos²

O presente trabalho tem como objetivo suscitar as principais mudanças propostas pelo Projeto Lei nº 2285/2007 (Estatuto das Famílias) frente ao Código Civil de 2002. O estudo visa proporcionar um direito comparado com a finalidade de analisar as mudanças mais importantes e suas benesses à sociedade brasileira. E como o Código Civil de 2002 teve seu projeto baseado em uma sociedade de outro século, já não traduz um direito que proteja em sua totalidade as famílias brasileiras, sendo de suma importância, por ser mais adequado às necessidades e à realidade da sociedade contemporânea. Com enfoque na seara jurídica, a análise procura expor as principais mudanças propostas pelo Projeto Lei nº 2285/2007, colocando ao final o porquê da importância da sua aprovação para o desenvolvimento da sociedade brasileira, colocada num prisma racional, à luz da interpretação de preceitos fundamentais constitucionais e do Direito Civil brasileiro vigente. Para atender aos objetivos propostos têm-se como aporte teórico os estudos realizados por doutrinadores e pesquisadores desta temática. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica com abordagem sociológica e jurídica relevantes sobre o tema. Considera-se diante, dos fatos abordados, ser vantajoso para o ordenamento jurídico brasileiro a aprovação do Projeto Lei nº 2285/2007 intitulado Estatuto das Famílias.

Palavras-chave: Projeto Lei nº 2285/2007. Direito Civil. Sociedade brasileira.

¹ Acadêmico de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA.

² Professor orientador Especialista em Direito Civil (UFPI). Bacharel em Direito (UNICAP/PE).

¹ Acadêmico(a) do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina - Piauí.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA.

Os Moldes da “Garantia da Ordem Pública” como Decretação da Prisão Preventiva

Antonio Jose dos Santos Nunes¹
Alexandre Noleto²

Sergio Marcos Morais Pitombo, ao tratar da garantia da ordem pública como fundamento para decretação da prisão preventiva, utiliza-se da seguinte expressão “porosa” como adjetivo da tal fundamentação no que tange ao seu entendimento uma vez que tal fundamento termina por absorver diversos sentidos. Assim os conceitos existentes da garantia da ordem pública derivam único e exclusivamente de trabalhos doutrinários, a exemplo de Morais Pitombo sem correspondências legais. Portanto os conceitos de ordem pública são genéricos e podem variar de doutrinador a doutrinador, sem balizas legais. Assim tal expressão termina por absorver qualquer situação alargando-lhe, sem medida, a interpretação a qual, por sua natureza, precisa emergir estrita. Este doutrinador conseguiu compreender e sintetizar bem a problemática da questão terminando por concluir que não há definição precisa de ordem pública no ordenamento jurídico-penal brasileiro, sendo, portanto, tal expressão aberta, alvo constante de interpretação jurisprudencial e doutrinária. Ocorre que esta atividade hermenêutica é perigosa, tendo em vista que fica a cargo do magistrado, e não do legislador, a tarefa de apontar o conceito e amplitude de ordem pública. Já que, na maioria das vezes, o magistrado deve-se manter adstrito ao disposto na norma para garantir uma maior segurança ao sistema normativo. Procuraremos então responder a essas e outras importantes indagações no futuro trabalho de conclusão de curso.

Palavras-chave: prisão preventiva, garantia da ordem pública.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina – Piauí.

² Professor Orientador da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Os aspectos positivos da Súmula Vinculante no ordenamento brasileiro

Arenildo Lima de Oliveira¹
Marcus Vinicius²

A morosidade da Justiça Brasileira sempre foi um fato muito conhecido pela sociedade. Além de conhecida, criticada também. É muito comum ver as pessoas comentando que processos não são julgados logo nem causas antigas sem nem ter sido marcada uma audiência para o andamento do processo. Vê-se ainda, litígios tão infundados e sem relevância que se perdem nas pautas de audiência ou de julgamento, como brigas de vizinho, que fazem que processos importantes sejam esquecidos ou retardados. É principalmente pelo fato de acontecer reiteradamente esta última hipótese que a Emenda Constitucional nº 45, que introduziu em 2004 a Reforma do Judiciário, trazendo um instituto de importante relevância que é a Súmula Vinculante. O uso da Súmula Vinculante enseja debates calorosos. Isso ocorre pelo fato de afetar o ordenamento jurídico, no sentido de que os juízes de instâncias inferiores, ao utilizar tal atributo, estariam “obrigados” a seguir o entendimento do Tribunal sobre determinado tema, ainda que discordando da decisão superior. Com isso, percebe-se que o interfere, mesmo sem querer, dentro do direito processual civil, especialmente no princípio do livre convencimento do juiz. Sabendo que o juiz, de acordo com o princípio supracitado, deve apreciar as provas livremente, não tendo vinculação com nenhuma das partes e, ainda, julgar de acordo com o seu convencimento, justificando-o. Neste diapasão, questiona-se a utilização da Súmula Vinculante, confortando-se o princípio com o critério de vinculação da súmula, surge ou não uma inconstitucionalidade. Ressalva-se ainda que a Súmula Vinculante não produz efeitos de vinculação somente pelos órgãos do Judiciário, mas também tais efeitos vigoram dentro da Administração Pública no âmbito federal, estadual e municipal. Percebe-se a influência dentro do processo administrativo, crédito tributário e a mais recente Súmula Vinculante fala do nepotismo, fato muito comum hoje em dia dentro dos tribunais e em cargos público em comissão, que não necessitam de concurso público.

Palavras-chave: Súmula, Vinculante, Ordenamento Jurídico.

¹ Acadêmico de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor orientador Especialista em Direito Civil (UFPI), Bacharel em Direito (UNICAP/PE).

As Atribuições do Ministério Público na Defesa Animal

Cleane Guimarães Soares¹

Esta pesquisa é resultante da preocupação sobre o fato de que os animais de modo geral, estão sendo submetidos a diversos tipos de maus tratos como: vivissecção, critério e seleção de animais eliminados pelos centros de zoonoses, tráfico, bem como ressaltar a atuação do Ministério Público como órgão legitimado constitucionalmente à defesa dos animais. Tem como objetivo central analisar a atuação do Ministério Público junto às queixas de maus tratos e a consequente denúncia do crime existente. Busca-se verificar nesta pesquisa as ações do Ministério Público no tangente à tutela jurídica na defesa dos animais. Enfim, o estudo visa contribuir para um debate reflexivo sobre a atuação do parquet nas suas funções institucionais que lhe foram definidas pela Constituição Federal em relação às legislações que coíbem a prática de abuso e maus tratos aos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos a que se refere a lei 9.605/98 em seu artigo 32 e ao Decreto 24.645/34. Tal pesquisa servirá para elevar o discurso acima citado, objetivando a efetivação da tutela destinada aos animais como seres sencientes, e que não merecem ser tratados com descaso por aqueles que detêm o dever de promover a justiça.

Palavras-chave: Ministério Público. Defesa dos Animais. Lei 9.605/98.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Ilegalidade da Venda Casada Associada à Propaganda Enganosa: o Direito de Reembolso da Licença “Eula”.

Danilo Aguiar Parente Mota¹

É comum o consumidor brasileiro se questionar o porquê dos preços tão elevados de materiais relacionados à informática destinados ao consumidor final. Um dos maiores culpados são os impostos e as taxas embutidos nestes equipamentos. Neste trabalho abordaremos especificadamente acerca da chamada Licença “EULA”, a qual trata de um contrato entre a fabricante de software Microsoft e as várias empresas fabricantes de aparelhos eletrônicos. Ao comprar um computador de uso doméstico, muitas vezes o consumidor leva não só a máquina que é o objeto da negociação como também uma cópia do sistema operacional “Microsoft Windows”, o qual o valor deste vem agregado ao produto final, fato que é omitido na hora da compra. Uma vez que ele não é parte essencial para o funcionamento da máquina configurando o que denominamos venda casada que juntamente com a propaganda enganosa são práticas expressamente proibidas no Brasil, pelo Código de Defesa do Consumidor há crime quando é caracterizado que o fornecedor de produtos ou serviços recusa cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade: Também é considerada enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário inteira ou parcialmente falso, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. Neste entendimento, o consumidor tem o direito de ser reembolsado deste valor adicional de um produto o qual não solicitou.

Palavras-chave: Licença “EULA”. Microsoft Windows. Consumidor final.

¹ Acadêmico(a) do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina – Piauí.

Possibilidade de dano moral coletivo na ação popular

Daniilo Alexandrino Freitas¹
Raul Lopes de Araújo Neto²

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a possibilidade de uma ação popular, regulamentada pela Lei nº 4.717/65, de não somente obter a invalidação de atos lesivos ao patrimônio público; a moralidade administrativa; ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural; e ao consumidor, mas como também propor uma reparação por dano moral coletivo, onde a mesma tem por finalidade a compensação que serve para reparar o dano sofrido e para confortar a dor resultante da ofensa àqueles que se sentiram prejudicados com o ato ilícito e impetraram a ação coletiva. Existem autores que defendem que o dano moral coletivo não deve restringir-se ao sofrimento ou à dor pessoal, mas ser compreendido como toda modificação que não tem valor de espírito coletivo e, portanto, aplicável a qualquer violação aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade. Essa problematização surge da necessidade de tentar explicar o porquê do não recebimento de indenização por dano moral aos sujeitos lesados, pois a jurisprudência ainda não se posicionou, com um enfoque atualizado e apropriado para tutelar os direitos difusos. Contudo, para a fundamentação teórica do estudo, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial com a finalidade de ampliar os conhecimentos acerca do conteúdo apresentado, assim como auxiliar na interpretação do problema.

Palavras-chave: Ação popular. Reparação. Dano moral coletivo.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Captação Ilícita de Sufrágio: Potencialidade Lesiva de um Único Voto

Danylo Rafael Barbosa Arrais¹
João Santos da Costa²

O tema ao qual me propus falar trata-se de um tema de cunho político, não deixando de ser sócio-político, onde envolve toda sociedade, visto que , trata-se de interesses de toda sociedade. O artigo 41-A, que foi introduzido na Lei 9.504/97 por iniciativa popular de que resultou a Lei nº 9.840/99 foi fruto da primeira lei de cunho popular da história deste país, tendo como foco a captação ilícita de sufrágio, ao qual introduziu na Lei das Eleições a vedação de qualquer que seja o ato que se possa constar tais indícios da mera compra de votos. Teremos como base art. 41-A da Lei nº 9.504/97, em que diz “ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública etc. Com advento da Lei nº 9.504/97, tomou-se possível a cassação de candidatos em virtude da simples oferta de algum bem ou vantagem, ainda que dirigida a um único eleitor isolado. Contudo, explicaremos que a aplicabilidade da lei a conduta vedada não será necessário que tenha tido um quantum necessário no que se refere a própria amplitude da totalidade dos votos em relação ao outro candidato, ou seja, não se vincula necessariamente apenas à diferença numérica entre os votos ou a efetiva mudança do resultado das urnas, e sim, o próprio ato de doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor quaisquer vantagens , por mais que seja a um único e exclusivo eleitor.

Palavras-chave: Captação ilícita de sufrágio. Potencialidade lesiva. Único voto.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Protesto por um novo Júri

David Loiola de Siqueira¹
Juliano Leonel²

O protesto por novo Júri era um recurso privativo da defesa, onde se a pessoa no Julgamento pelo Tribunal do Júri tivesse uma sentença penal condenatória igual ou superior a 20 anos ele tinha direito a ter um novo julgamento, mas com o advento da Lei 11689/08 que aboliu, acabou com o protesto por novo Júri nasceu uma grande polêmica entre os doutrinadores, entre os operadores do direito. A dúvida seria com relação aos crimes praticados contra a vida antes da vigência da Lei 11689/08, ou seja, e essa lei valeria para crimes que foram praticados anteriores a Lei que extingui o protesto por novo Júri. Como podemos perceber, o tema é complexo, onde não se tem ainda um entendimento solidificado na doutrina e nem na Jurisprudência acerca do tema. No nosso modesto entendimento os crimes praticados antes da vigência da Lei 11689/08 ainda irão admitir o protesto por novo Júri, pois é algo que irá beneficiar o réu, pois a Carta Magna diz expressamente que a Lei só irá retroagir para beneficiar o réu, e isso é o que acontece nos casos onde o crime foi praticado antes do dia 08/08/2008, que foi justamente quando a Lei entrou em vigor. O não acatamento do protesto por novo Júri estaria ferindo sem dúvida alguns dos princípios constitucionais de toda e qualquer pessoa, que seria o direito a ampla defesa e o princípio do duplo grau de jurisdição. Diante do exposto acima entendemos que o protesto por novo Júri foi extinto de forma relativa, pois ele ainda é e será admitido para os crimes praticados antes da entrada em vigor da Lei 11689/08.

Palavras-chave: Protesto. Julgamento Tribunal do Júri. Princípios Constitucionais.

Prisão Preventiva Decretada com Base no Fundamento “Garantia da Ordem Pública”

Clebert dos Santos Moura¹
Faculdade Santo Agostinho (FSA)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 consagrou-se a dignidade da pessoa humana como seu princípio basilar, garantindo aos indivíduos direitos fundamentais e, insculpindo em seu texto, também como garantia fundamental, o princípio da presunção de inocência, dando como regra a liberdade. Como a Carta Magna dispõe que a privação da liberdade é a exceção, então deve ser decretada apenas quando for decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado, ou de forma cautelar que comprove a necessidade de sua decretação antes da mesma. Desde a criação do Código de Processo Penal que encontramos insculpido em seu texto a figura da ordem pública como requisito para a decretação da prisão preventiva. No entanto, tal fundamento encontra dissonância quanto à sua aceitação, devido à infinidade de sentidos que lhes podem ser atribuídos, já que estes ficam ao sabor do subjetivismo de quem o interpreta, vindo a punir antecipadamente o acusado, ferindo o princípio da presunção de inocência conclamado pela Carta Magna. Deste modo, utilizando-se de estudos bibliográficos e pesquisas eletrônicas, far-se-á uma análise das prisões preventivas decretadas com fulcro na garantia da ordem pública, para demonstrar que o referido fundamento pode ser invocado sobre vários sentidos ou falsos pretextos, além, de a prisão decretada tendo por base tal requisito pode ser uma forma de execução sumária, bem como inconstitucional.

Palavras-chave: Prisão. Preventiva. Processo. Penal. Ordem. Pública. Constitucionalidade. Antecipação.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A indicação dos Membros do Supremo Tribunal Federal (STF): uma ameaça à imparcialidade e ao Estado Democrático de Direito.

Diego LeiteAlbuquerque¹
Veronica Acioly de Vasconcelos²

O Supremo Tribunal Federal (STF) é considerado o órgão Máximo da Justiça brasileira, por este motivo e pela importância que o mesmo tem na garantia dos direitos individuais dos cidadãos, como guardião de nossa Constituição Federal foi o que nos levou a escolha deste tema. Este trabalho irá desenvolver vários questionamentos tanto do ponto de vista da composição e como na forma de indicação dos mesmos no ingresso nesta Corte. É importante também lembrar que o alvo desta monografia está basicamente delineado em fazer um paralelo entre estas formas de composição e indicação dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), com a possível parcialidade de seus julgamentos, confrontando assim os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito. Para realizarmos um estudo aprofundado deste tema, utilizaremos como fonte a sapiência dos nossos nobres doutrinadores, aliada com um estudo minucioso e crítico de algumas decisões e jurisprudências desta Suprema Corte, para ao final podermos concluir que a escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal deverá ser abraçado primeiramente, pelo princípio da legalidade, imparcialidade, impessoalidade; respeitando os direitos e garantias individuais dos indivíduos na sociedade, estando assim, coerente com o Estado Democrático de Direito, para clamar a existência de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual prevalecerá a Justiça acima de tudo.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Indicação. Estado Democrático de Direito.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Divergência entre o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça sobre arma desmuniada

Edigar Rodrigues da Silva¹

Há uma discussão se o porte de arma de fogo sem munição tem o potencial de configurar ou não um crime. Por várias décadas o porte de armas de fogo era apenas uma contravenção penal e por conta do crescente aumento da criminalidade, foi editada a lei 9.437/97, revogada pela Lei 10.826/03. Discute-se há alguns anos, se o porte de uma arma desmuniada configura ou não o delito de porte de arma de fogo. O STF tinha posição pacificada no sentido de ser fato atípico, por ausência de potencialidade lesiva. Porém, recentemente, a questão está sendo outra vez discutida no STF e no STJ. Não há, atualmente, uma posição consolidada nos Tribunais Superiores. Ora há crime, ora não há crime, havendo divergência, inclusive, entre as duas Turmas Julgadoras do STF. Com a confusão jurisprudencial existente, pode-se traçar o seguinte quadro atual de divergência entre o STF e o STJ. A primeira turma do STF entende que há crime, com tais declarações contidas nos informativos 539 e 550, a segunda turma declara que não há crime, constando nos informativos 550 e 557. Já para a sexta turma do STJ, entende que não há crime, informativos 403 e 407. Portanto, a lei deverá ser interpretada literalmente, pois é crime tanto o porte de arma desmuniada quanto o porte de munição fora da arma, sendo a discordância legítima, que não altera o fato.

Palavras-chave: porte de arma. Desmuniada. Divergências

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Possibilidade da Aplicação do Instituto da Arbitragem na Resolução dos Dissídios Individuais Trabalhistas

Elden Soares Lima ¹

Estamos cientes que as vias judiciais são extremamente morosas e estão superlotadas de processos e ainda mais que na realidade justiça do trabalho está parecendo mais um balcão de negócios. A constituição federal de 1988 garante a todos a procurar os meios alternativos de resolução de conflitos, e a arbitragem vem nesse sentido de garantir o princípio fundamental da liberdade, muitos questionam que no processo arbitral o trabalhador ficaria em desvantagem, isso não é bem verdade porque se a parte verificar algum vício tanto de legalidade como de consentimento e se sentença arbitral não preencher os requisitos necessários para ser considerada válida, ele pode recorrer as vias judiciais, pleiteando sua anulação. Em verdade, as partes ao elegerem a jurisdição arbitral não estariam praticando lesão ou ameaça a direito seu ou de outrem, mas sim atuando dentro da sua autonomia privada, privilegiando seus interesses, autonomia está que está garantida na CF/88. Concomitantemente o STF e o TST vêm consolidando em sentido favorável na aplicação desse instituto na resolução dos dissídios trabalhistas individuais baseando-se no princípio da liberdade. Indubitavelmente a aplicação desse instituto iria garantir um direito fundamental, desafogaria as vias judiciais e garantindo assim a autonomia da vontade das partes.

Palavras-chave: Autonomia. Princípio fundamental da liberdade. Arbitragem.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

O Tratamento dado ao Companheiro no Direito Sucessório Frente o Código Civil de 2002

Eliza Andréia Monteiro de Azevedo ¹
João Santos da Costa ²

O presente estudo busca analisar a forma como as pessoas que vivem sob o regime da união estável são tratadas pela legislação brasileira no que se refere à sucessão. Esta abordagem ocorre através de um estudo bibliográfico sobre o tema, onde é possível se verificar por meio de uma linha evolutiva, o tratamento dado aos companheiros, desde o surgimento deste tipo de união até os dias atuais, em especial o Código Civil de 2002. Para que se consiga entender as raízes dessa desigualdade com os companheiros quando se fala em sucessão, é mister que se faça um histórico dessa forma de convivência, seus avanços e retrocessos. Para isso é indispensável o estudo da Constituição Federal de 1988, em especial do art. 226, §3º, que reconhece a união estável como entidade familiar, e para tanto portadora de direitos e deveres inerentes a esta condição. Além das leis 8.971/94 e 9.278/96, que foram as primeiras a tratarem do assunto de forma específica. No entanto, a grande discussão gira em torno do art. 1790 do Código Civil de 2002, que representou um grande retrocesso nos direitos dos companheiros, que até então se encontrava em ascensão.

Palavras-chave: União estável. Direito sucessório. Código civil.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Prequestionamento: a não admissibilidade do Prequestionamento Implícito nos Recursos Excepcionais

Elton Nunes da Silva ¹
Inaldo Pereira Guerra Neto ²

A problemática que se desdenha neste trabalho é a não-admissibilidade do Prequestionamento Implícito pelo Supremo Tribunal Federal, bem como de parte da doutrina processualista, nos Recursos Excepcionais. Desta forma, o presente artigo visa apresentar o Prequestionamento como requisito específico dos Recursos Especial e Extraordinário, as suas espécies e apresentar a posição do Superior Tribunal de Justiça que vem admitindo o Prequestionamento Implícito na interposição dos Recursos supracitados e se posicionar acerca da não-admissibilidade do mesmo perante tais recursos, seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal. A realização de estudo para com o tema foi feita utilizando o método de análise da leitura através de pesquisa eletrônica de artigos capturados em sítios na internet que são correlacionados à temática abordada bem como pesquisas em livros de doutrina processualista, dentre eles os dos doutrinadores: Humberto Theodoro Júnior, Fredie Didier Júnior, dentre outros. De acordo com o estudo amplo realizado sobre o tema, conclui-se que a tendência é de que o entendimento do Supremo Tribunal Federal continue prevalecendo, ou seja, da necessidade da manifestação de maneira clara da matéria federal ou constitucional, que é objeto dos recursos especial e extraordinário.

Palavras-chave: Prequestionamento. Prequestionamento Implícito. Não-admissibilidade.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Direito de Propriedade a Luz dos Princípios Constitucionais Ambientais

Eusébio Gomes Ferreira Neto¹

O presente trabalho por ser um assunto que, a nosso ver, mostra-se de grande relevância para sociedade, já que a Constituição Federal o trata em vários de seus dispositivos. Como se sabe, a propriedade é o direito real por excelência que dá ao proprietário a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa. Assim, a propriedade, estabelecida como direito fundamental na Constituição Federal de 1988, é instituição pertencente ao Direito Público, eis que é, ainda, princípio constitucional da ordem econômica. Enquanto direito humano constitucionalmente reconhecido e garantido, o direito de propriedade dentro de uma evolução socioeconômica contemporânea estendeu o conceito constitucional de propriedade privada, bem como alargou funcionalmente tal instituto. Com isso, a proteção da liberdade individual e do direito de subsistência já não dependem, unicamente, da propriedade de bens materiais, mas abarcam outros bens de valor patrimonial para o homem. É nesta seara que a doutrina da função social da propriedade não tem outro fim senão o de dar sentido mais amplo ao conceito econômico de propriedade encarando-o como uma riqueza que se destina à produção de bens que satisfaçam as necessidades sociais. Nessa esteira, a questão central em torno da qual se constitui este estudo reside na forma de resolução dos conflitos entre os direitos humanos fundamentais da propriedade e da preservação ao meio ambiente. Sem qualquer propósito de esgotar o tema, até porque se trata de breve ensaio, buscar-se-á, ao final, demonstrar que embora o direito de propriedade seja um direito fundamental previsto pela Constituição Federal de 1988, este só é reconhecido pela ordem jurídica do Estado se for cumprida sua função social paralelamente ao proveito pessoal do proprietário. Em suma, a propriedade só irá existir enquanto direito se respeitada a função social a que deve destinar-se, de modo que, uma vez desatendida esta, não existirá direito a ser amparado.

Palavra-chave: meio ambiente. Direito a propriedade. Responsabilidade Social

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Cartas Psicografadas Como Meio de Prova no Processo Penal

Fábio de Moraes Sousa¹

Este projeto dedica-se a esclarecer, o embasado assunto, da utilização das cartas psicografadas como prova no sistema processual penal brasileiro. A necessidade do momento e as mudanças de conceitos sociais, entre outras, contribuem para que o Direito não seja uma ciência estática, porém dinâmica. Assim, o sistema probatório, indistintamente, deve seguir o aperfeiçoamento das ciências jurídicas, bem como boa parte das inovações que acontecem na seara processual, principalmente em torno das provas. Inexiste no ordenamento jurídico qualquer regra que proíba a exibição de documento psicografado para ser utilizado como prova no Processo Penal. De acordo com o art. 5º, VI, da Constituição Federal, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei (...)”. Desta feita, assimila-se que o Estado brasileiro é laico, ou seja, não privilegia uma religião oficial, respeitando a todas. Nesse contexto, partindo da premissa de que as provas configuram instrumentos de valor imensurável para o convencimento do processo e tem como fim corroborar para a origem da convicção do juiz acerca dos elementos inconfundíveis para o andamento da ação, fica evidente que a mensagem psicografada pode ser aceita como prova documental, desde que esteja harmonizada junto às demais provas no processo, já que inexiste, no ordenamento jurídico pátrio, hierarquia de provas ou qualquer norma que desvirtue, ou torne sem efeito, a exibição e análise da carta psicografada na esfera processual.

Palavras-chave: Carta psicografada. Prova. Direito. Processo Penal. Constituição Federal.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Alienação Parental

Fabrcio Aguiar Bezerra¹

A estrutura familiar sofreu, no decorrer dos tempos, transformações relevantes dando, atualmente ensejo à igualdade de condições entre os casais no que concerne o poder familiar. Abarcado pelo ordenamento jurídico brasileiro, o instituto do poder familiar nos remete a implicações inerentes aos direitos e deveres dos genitores em função dos filhos comuns. Referindo-se ao aludido instituto, Silvio Rodrigues tem o seguinte parecer: “O pátrio poder (hoje poder familiar) é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, em relação à pessoa e aos bens dos filhos não emancipados, tendo em vista a proteção destes”. Atualmente o Código Civil de 2002 e o Estatuto da Criança e do Adolescente prevêem a prerrogativa da suspensão e destituição do poder familiar aos pais que não cumprem seus deveres inerentes ao referido instituto. Em função das freqüentes rupturas dos vínculos conjugais dos casais que, muitas vezes usam a criança e o adolescente como instrumento de agressividade. Quando o casal não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, um dos cônjuges desmoraliza e da descrédito ao ex-cônjuge, que, por sua vez, possui o pleno direito de preservar sua convivência familiar com o filho. Tal situação da ensejo ao fenômeno da alienação parental. O tema proposto vem ganhando destaque no ambiente jurídico através do direito de família, que por sua vez, vem mudando seus paradigmas de forma a fazer com que os juristas nacionais se defrontem com novos desafios. Jurisprudências, em função da proteção integral e prioridade absoluta inerente às crianças e aos adolescentes, plenamente previstos na nossa atual legislação, vêm despontando trazendo em seu corpo, o alerta sobre este fenômeno que se perfaz como mais uma forma de violência impregnada no ambiente familiar. Nesse contexto, faz necessário pesquisar e identificar a alienação parental acerca da entidade familiar e suas relações, analisarem suas conseqüências psicológicas nos entes envolvidos e, sobretudo, investigar a possibilidade da perda do poder familiar em decorrência da alienação parental.

Palavras-chave: Alienação. Criança e adolescente. Poder familiar.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Regulamentação da Prostituição: Direito Trabalhista das Prostitutas

Fernanda Sousa Brulino¹
George Jales²

O foco deste trabalho é mostrar que a prostituição é um trabalho como qualquer outro, que deve ser regulamentada, onde o profissional terá seus direitos trabalhistas garantidos, assim como, as outras áreas de trabalho taxadas pela sociedade como 'normal' tem. Deve-se extinguir esse preconceito que muitos ainda têm contra os profissionais do sexo que, como o próprio nome já diz, são profissionais dignas de receberem seus direitos, bem como capazes de assumir deveres para com a sociedade. No nosso ordenamento jurídico, um dos principais princípios, é o da dignidade da pessoa humana, em que todos devem ser tratados como iguais, e ter garantia à sua sobrevivência. Não há porque as prostitutas não terem esses mesmos direitos, inclusive o direito de escolha de fazer com o seu corpo o bem quiser. O objetivo aqui é mostrar, como já citado, que a prostituição é sim uma profissão, em que a pessoa é solicitada pelos seus serviços, atende aquela demanda e recebe pelo serviço prestado. Podendo, inclusive, quando não for pago e não receber seus direitos, reivindicar pelos mesmos. Para abordar o tema em questão, faz-se uso de artigos retirados da internet, pesquisas em fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Regulamentação da prostituição. Preconceito. Direito trabalhista.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Efetividade da Prestação Jurisdicional Oferecida Pelo Juizado Móvel de Trânsito no Estado Do Piauí

Filiph Augustto Feitosa Couto¹
Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva²

Este trabalho tem por objetivo analisar a real prestação do serviço realizado pela Justiça Móvel de Trânsito no Estado do Piauí, enfocando seu surgimento, bem como apresentado os princípios que norteiam esse serviço, investigando sempre a sua aplicabilidade e funcionalidade no Estado do Piauí.

É importante salientar a importância do Juizado Móvel de Trânsito, que trata exatamente de uma estratégia para solucionar conflitos de uma maneira abreviada e com um procedimento simples, aproximando a sociedade do Judiciário. Este Juizado foi implantado no Piauí no ano de 2003, tendo como objetivos os mesmo da Lei 9.099/95, quais sejam da celeridade e economia processual, prestando um serviço de atendimento às partes envolvidas em colisões de veículos, nas quais não tenham vítimas, dentro da jurisdição do município de Teresina, de modo a solucionar as questões relativas aos danos materiais decorrentes do abaloamento. Esse tema é relevante, visto que é necessário demonstrar o quanto a sociedade anseia pela solução jurisdicional de seus problemas, de uma maneira eficaz, rápida e célere, não deixando de ser observada a segurança jurídica.

Palavras-chave: Juizado Móvel de Trânsito. Sociedade. Aplicabilidade. Funcionalidade. Segurança Jurídica.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Prisão preventiva à luz dos princípios da proporcionalidade e presunção de inocência

Wagner José da Silva Carvalho Júnior¹
Rogério Xerez²

O presente trabalho tem por finalidade abordar o tema prisão preventiva à luz dos princípios da proporcionalidade e presunção de inocência, como se percebe tem como seu objeto prisão preventiva no ordenamento jurídico brasileiro, este que é um assunto bastante discursivo, além do mais é um assunto de suma importância desde há muito tempo e principalmente nos dias atuais, não só por ser de interesse de uma determinada coletividade, mas acima de tudo por ser de interesse de todos os tipos de sociedade, tendo como um dos fundamentos na necessidade de construção da liberdade individual, desde que demonstrados certos requisitos, como forma de preservar o interesse de toda coletividade atingida pelo injusto penal. De fato, a prisão preventiva, de todas as prisões cautelares, é a mais importante das cautelares de restrição à liberdade. Trata-se a medida de exceção, ou seja, uma medida facultativa, devendo ser aplicada apenas quando necessária segundo os requisitos estabelecidos nas normas processuais. Nesse ínterim, é de suma relevância abordar, no presente trabalho, a respeito do excesso de prazo, sendo este um assunto bastante discutido atualmente e que merece uma atenção especial no mundo jurídico. Por outro lado, quanto aos princípios aqui abordados, estes são verdadeiras garantias fundamentais, destarte, o estudo desses princípios constitucionais e processuais, inerentes ao processo penal, é indispensável para o desenrolar do presente trabalho, pois estão intimamente relacionados na aplicação da *sanctio juris*. Fazendo uma breve análise a respeito das prisões preventivas, não há como se compreender este instituto sem uma visão de suas raízes ou princípios. Por fim, com as modificações trazidas pela Lei nº 12.403/11, faz-se mister, para a presente monografia, fazer um paralelo dos dispositivos dessa nova lei com os dispositivos que foram alterados, no que diz respeito a prisão preventiva, já que houve algumas mudanças significativas.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Princípio da Proporcionalidade. Princípio da Presunção de Inocência. Excesso de Prazo. Lei nº 12.403/11.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Necessidade do Juízo Exauriente na Concessão de Medidas Cautelares Criminais em Face da Alienação Judicial e o Julgamento Social

Hildengard Meneses Chaves¹

A Carta Maior impõe ordem escrita e fundamentada para toda medida cautelar restritiva de direitos (art. 5º, XI, CF) e o Código Penal complementa alguns outros critérios e sujeições. Todos esses critérios devem formar no juízo um sistema de inteligência baseado nas informações que lhe chegam, muitas vezes da autoridade policial ou do parquet, para então se aventar os elementos “*fumus commissi delicti*” ou o “*periculum libertatis*”, ensejadores de medidas de natureza eminentemente cautelares da Justiça. Para se conseguir a necessária ordem escrita e fundamentada o sistema inquisitório trabalha, muitas vezes, avesso à perspectiva da ética, da moral e da legalidade, utilizando-se de ferramentas críticas de persuasão, são as fraudes processuais, tipificadas em nosso *codex penalista* (art. 347, CP). No processo penal, é regra a observância ao princípio da publicidade geral. No entanto, existem situações previstas que motivam sejam reduzidas tão-somente às partes legítimas na causa. Afinal, algumas medidas, principalmente aquelas cautelares, quando tomadas públicas, ocorre à exposição de cidadãos à mídia da imprensa, iniciando um “*linchamento moral e pessoal*”. A população acaba por “*pré-julgar*” o indivíduo alvo de determinada medida cautelar. É o fenômeno do julgamento social que deve ser levado como base pelo julgador e ser considerado antes da adoção de medidas de natureza cautelar que quebram a inviolabilidade do cidadão. Se a simples execução de medidas cautelares já impõe ao indivíduo um julgamento social e impingi-lhe uma “*culpa*” muitas vezes perpétua; se estas medidas cautelares são prescritas por juízos alienados por autoridades do Estado, nada mais trivial que associar todos estes fatores em um juízo exauriente antes da concessão de medidas cautelares que afetam a liberdade e o patrimônio das pessoas, sedimentando ainda mais a serenidade, razoabilidade e disposição para se chegar a um julgamento preliminar mais justo e menos invasivo.

Palavras-chave: Processo Penal. Criminal. Medidas Cautelares. Necessidade. Alienação Judicial. Juízo Exauriente. Julgamento Social.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Alimentos grávidos: tutela do direito dos nascituros e seus reflexos

Hildenira Oliveira Ferreira da Mata¹
Juliana Evaristo²

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o tema alimentos grávidos, destacando a tutela do direito do nascituro, bem como os reflexos destes direitos. O problema relacionado ao direito do nascituro envolve a qualidade elementar do ser humano, qual seja, o direito à vida; que, como primeiro direito fundamental do qual todos emanam, merece atenção especial do legislador. Assim, percebe-se que o direito aos alimentos do nascituro apresenta-se como direito da personalidade, que está intimamente relacionado ao princípio da dignidade humana e, como tal, deve ser garantido em lei. Alimentos grávidos são prestações garantidas ao nascituro com objetivo de atender às suas necessidades vitais, assegurando-lhes a vida. Destarte, este se configura como um tema de grande relevância social, por ser o direito à vida o primeiro direito fundamental garantido pela Constituição Federal e pelo fato de, a partir dele, surgirem os demais direitos, pois não haverá direitos se não houver vida. A vida humana inicia-se com a concepção e com ela a personalidade jurídica, que é qualidade inerente a toda pessoa humana; e o nascituro, por ser pessoa humana, é dotado de personalidade jurídica. Nesta perspectiva, é de suma importância que este assunto seja debatido no âmbito da academia, haja vista que a ordem jurídica brasileira, ao longo dos anos, vem criando normas para garantir o direito à vida; fazendo-se também necessárias discussões visando regulamentar questões ainda indefinidas. Faz-se necessário, portanto, uma análise do tema ora em discussão, destacando a tutela do direito do nascituro e os seus reflexos, observando o respeito aos direitos das partes envolvidas - o nascituro, a mãe e o pressuposto pai. Com relação ao pai, faz-se mister ainda um estudo acerca da sistemática da responsabilidade civil da gestante que pede alimentos grávidos para um suposto pai, que, posteriormente, constata através de exames que a imputação da paternidade era falsa, no sentido de estudar se existe ato culposo ou doloso e, em caso afirmativo, se há o dever de indenizar.

Palavras-chave: Alimentos grávidos. Personalidade jurídica. Tutela dos direitos dos nascituros. Responsabilidade civil.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Abstrativização do Controle Difuso de Constitucionalidade: origem, oponibilidade *erga omnes* e sua força vinculante

Idelvan do Rêgo Sousa¹
Marcus Vinicius do Nascimento Lima²

Este projeto de pesquisa buscará discutir a nova tendência do Supremo Tribunal Federal ao aplicar a Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes das Decisões também para o Controle Difuso de Constitucionalidade, caracterizando, desta forma, uma autêntica mutação constitucional sem expressa modificação do texto constitucional, sendo explanados os princípios norteadores dessa nova perspectiva. A pesquisa fará uma abordagem, em primeiro plano, sobre o controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro, trazendo suas principais características. Em segundo plano, fará um estudo sobre a evolução dessa nova perspectiva discutindo sobre a sua origem, influência e os efeitos da decisão proferida. Em um terceiro momento, analisará minuciosamente as primeiras decisões sobre o tema, em especial o RE 197917/SP (Mira Estrela), abordando aplicação da teoria dos motivos determinantes das decisões e os limites da coisa julgada ao serem proferidas decisões com força vinculante e oponibilidade *erga omnes*, em seguida trazendo a discussão sobre o papel do Senado Federal nessa nova conjuntura. Ao final, serão expostos os posicionamentos existentes acerca da modulação dos efeitos das decisões em sede de controle difuso, apresentando os pontos negativos e positivos, e nós posicionando sobre essa nova prática do STF. Para melhor entendimento e análise do tema proposto, no aspecto bibliográfico utilizaremos de artigos publicados na internet e em revistas jurídicas, de obras dos mais renomados autores brasileiros, de casos práticos, comentando seus acórdãos e votos proferidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com o intuito de melhor esclarecer o presente trabalho.

Palavras-chave: Abstrativização do Controle Difuso. Teoria dos Motivos Determinantes das Decisões. Força Vinculante e Oponibilidade *Erga Omnes*.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Pregão Como Instrumento de Celeridade e Eficácia nas Contratações Públicas

Ivna Dantas Barbosa¹
Andréia Nádia Lima de Sousa²

O presente trabalho tem como objetivo explicar sobre a modalidade de licitação instituída a partir de 2002. A escolha desse tema se deu devido a estudos de que a modalidade de licitação, o pregão, realmente é a modalidade mais célere, sobretudo em se tratando do pregão eletrônico, pois tem como intuito, acabar com as burocracias existentes na esfera municipal, destinada ao processo de escolha dos futuros contratantes. Ocorre que antes de haver o pregão, as demais modalidades licitatórias não conseguiam dar a celeridade que a Administração desejava para realizar os seus contratos; e ao contrário do que se pensam, os maiores problemas eram encontrados não nos grandes contratos, mas nos pequenos, que eram prejudicados pela excessiva burocratização do regular processo de licitação. Diante do exposto vê-se que o pregão presencial não atente a finalidade da Administração que é atender ao interesse público.

Palavras-chave: Licitação. Pregão Eletrônico. Administração Pública.

Análise da percepção de detentas e agentes penitenciários quanto à ação ressocializadora do sistema prisional

Ivony Moreira Leite¹

Ao elaborar de modo abreviado essa produção, a intenção foi, de forma clara e concisa, apresentar a relação entre as presas e agentes penitenciários, ressaltando, sobretudo, o papel do sistema carcerário na ação ressocializadora, na Penitenciária Feminina de Teresina. Fazendo uma busca mais aprofundada sobre a importância da boa relação entre os sujeitos na efetivação da ressocialização. O tema tornou-se ainda mais interessante pelo fato de estarem ali presas consideradas de alta periculosidade e que, por assim serem, são as mais banidas da cruel sociedade que não acredita que é o meio quem corrompe o homem, ou seja, que sua conduta e personalidade foram distorcidas pelo meio social vivido, já que o homem não nasce desvirtuado, as suas condutas desviadas são frutos, em grande parte das vezes, da falta de oportunidades de empregos e educação, portanto, merecendo novas chances, novas oportunidades. Nessa perspectiva, pretende-se contribuir especialmente para a instituição prisional da pesquisa, mostrando os aspectos que devem ser enfatizados e aqueles que merecem uma atenção ainda mais especial, para que haja um resultado mais eficaz no processo de ressocialização das apenadas. Acredita-se que os dados obtidos na pesquisa, e mesmo na literatura disponível sobre o assunto, sejam propulsores para desencadear novas investidas a respeito da temática, visto que o assunto traz questões contemporâneas decorrentes de todo um contexto sócio-educacional.

Palavras-chave: Ressocialização, Boa relação, Presas, Agentes.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Assédio Moral Equiparado a Acidente de Trabalho

Janaína Rodrigues Oliveira¹

O Assédio Moral no ambiente de trabalho não é um fato novo na história, porém está mais discutido devido às consequências que tal ato ocasiona aos trabalhadores e também dos estudos médicos e jurídicos a respeito. O Assediador utiliza atos de humilhação como forma de perseguição ao assediado acarretando a este, problemas psíquicos, morais e físicos. Tais humilhações acabam por encurralar na maioria dos casos o empregado que acaba sendo forçado pelas circunstâncias a pedir a demissão do local de trabalho. A inteligência do assediado é preservada tomando difícil o tratamento do assédio moral como um acidente do trabalho, posto que as consequências serão na personalidade manifestando-se como doenças psíquicas. E por muitos desconhecerem que podem e devem lutar pelos seus direitos de boa convivência no ambiente de trabalho acabam pedindo demissão e deixando impune o assediador que futuramente poderá repetir os mesmos atos persecutivos e humilhantes com outros empregados. O local de trabalho deve sim ser um lugar sinônimo de cidadania e não de tensões e violência. As doenças psiquiátricas são enfermidades invisíveis diferentemente de uma moléstia física, por isso seja tão difícil identificá-las, cabendo ao profissional da área de saúde assim sabê-lo. Ligando o fato à lei, o Projeto de Lei 7.202/2010 trouxe no âmbito geral da Previdência Social que a ofensa moral intencional no ambiente do trabalho (Assédio Moral) deve ser considerada acidente do trabalho, alterando assim a Lei n.8213, de 24 de julho de 1991 em seu art.21.

Palavras-chave: Assédio; Moral; Trabalhador; Assediador.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Possibilidade Jurídica da Cumulação do Benefício de Prestação Continuada ao Deficiente

Jéssica Maria de Lima Rocha¹
Raul Lopes²

O presente trabalho monográfico visa evidenciar a possibilidade jurídica da cumulação do Benefício de Prestação Continuada ao deficiente. Tem como objeto de estudo os critérios essenciais para sua concessão: necessidade, singularidade assistencial e incapacidade laborativa, bem como, sua efetivação justa e legal. Enfatiza que, através destes critérios, há uma regulação restritiva e transmutada, que, de maneira exacerbada, limita o direito social fundamental à Assistência Social, ocasionando a perda da dignidade humana. É ressaltada a distinção de tratamento criada com a vigência da Lei nº 10.791/2003 – Estatuto do Idoso, aos destinatários da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, pondo-se em questão a análise do princípio constitucional da isonomia. Traz ao debate que a computação do benefício assistencial-Deficiente à renda mensal per capita familiar é uma quebra da regra isonômica da Assistência Social, afronto direto às garantias constitucionais daquele que deveria se submeter a idêntico critério de aferição de miserabilidade do benefício assistencial-Idoso. Propõe-se que seja comportada a Interpretação Extensiva Teleológica do parágrafo único, artigo 34, do Estatuto do Idoso, e sua aplicação jurisprudencial pela analogia, aos casos de família economicamente vulneráveis que são compostas por mais de um deficiente ou compostas por idosos e deficientes. Esta conclusão será justificada pela análise jurisprudencial, doutrinária, e relatórios sobre os critérios de razoabilidade que corroboram com o ideário da dignidade humana. Questionando, outrossim, a capacidade da Seguridade Social, já que, conseqüentemente, o índice do benefício assistencial aumentará, uma vez que, não tem caráter contributivo.

Palavras-chave: Benefício Assistencial. Deficiente. Dignidade Humana. Isonomia. Analogia.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Análise da relação Estado-obrigação no que diz respeito ao provimento de meios necessários ao cumprimento de suas normas atinentes ao deficiente visual

Jó Eridan Bezerra Melo Fernandes¹

O presente trabalho objetiva analisar a responsabilidade do Estado no que diz respeito à inclusão social e à acessibilidade do deficiente visual. Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Acessibilidade- possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida). A legislação traz previstos todos os direitos do deficiente visual e todas as obrigações do Estado para a promoção destes direitos. Direito constitucional de acesso à educação- (arts. 205, 206 e 208, III e IV). Lei Federal nº 11.126/2005 (garante o direito do portador de deficiência visual ingressar e permanecer com o cão-guia em ambientes de uso coletivo); Lei Federal nº 10.753/2003 (garante a impressão e o fornecimento de livros didáticos e obras literárias em braile). Autodescrição de programas de televisão para cegos: Recurso já existente em DVD's; Lei 10.098/00, sobre barreiras de comunicação. Livros didáticos e obras literárias em Braille: Lei nº 4.169/62, que oficializou as convenções braile; Lei nº 10.098/2000, sobre barreiras de comunicação. Direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia: Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005. Todos estes direitos são garantidos em Lei e é obrigação do Estado prover os meios necessários para que estes direitos sejam efetivamente exercidos. Posta toda esta problemática da normatização e do não provimento dos meios para a sua efetivação por parte do Estado, é pretendido alcançar a delimitação da obrigação estatal e ainda a possível solução deste problema. Palavras-chave: acessibilidade; inclusão social; Estado; responsabilidade; deficiente visual.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Das Perícias Irrepetíveis Realizadas no Curso no Inquérito Policial

Joacely de Meneses Rocha¹

A escolha do tema deu-se por que todos devem ter acesso as provas contra ele produzidas e, portanto poder contraditá-las, no caso das provas irrepetíveis produzidas no curso do inquérito policial, a defesa não poderá questioná-la, por se tratar de um procedimento inquisitório, assim não podem ser contraditadas. Tais perícias quando na fase processual não podem mais ser repetidas, constituindo uma afronta ao princípio do contraditório e da ampla defesa, conforme Art. 5.º LV da Constituição Federal. A temática Inquérito Policial foi escolhida por ser uma atividade convivida diariamente por mim policial civil, e ao observar as perícias irrepetíveis realizadas no curso do Inquérito Policial, vislumbrei que tais perícias no curso do processo a sua apreciação é mitigada, ou seja, não são produzidas igualmente, e nem por isso perde o seu caráter de contraditório e de ampla defesa, a despeito de serem produzidas somente na fase inquisitória. O inquérito policial deve assegurar o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do investigado, nos termos do art. 5º, X, da CF/88. Não se deve esquecer que milita em favor de qualquer pessoa a presunção de inocência enquanto não sobrevindo o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (CF, art. 5º, LVII). Nesse sentido, entendo eu que as provas irrepetíveis confeccionadas no curso do inquérito policial deveriam ser requeridas pela autoridade policial junto a Autoridade Judiciária, que daria acesso ao Ministério Público e ao defensor do indiciado para contraditá-la nos termos da lei. Segundo o Art. 155 do Código de Processo Penal, as provas irrepetíveis no curso do inquérito policial é uma exceção, em que o juiz poderá formar sua livre convicção e apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na peça investigativa inquisitória, ou seja, nas provas irrepetíveis produzidas no curso do inquérito policial. A problemática dessa pesquisa é: existe mitigação nas perícias irrepetíveis no curso do inquérito policial? É possível haver afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência na realização das perícias irrepetíveis? A metodológica a ser utilizada será de revisão de literatura, o qual as pesquisas bibliográficas serão realizadas por meio da internet, revistas, doutrina e jurisprudência sobre a temática.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Perícia Irrepetível.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Prisão Preventiva e a Duração Razoável do Processo

João Oliveira Brito¹

É flagrante o total descaso do poder judiciário com o direito de liberdade do cidadão, o que deveria ser apenas uma exceção à regra, na atualidade está virando rotina. Os magistrados, com o argumento “vazio” de comoção social, ou fundamentando na suposta complexidade do caso, mantém cidadãos na prisão por tempo indeterminado a mercê dos juizes que esquecem e fazem com que a constituição federal de 1988 sucumba aos entendimentos subjetivos deles próprios, aplicadores da lei e fazem do que deveria ser uma medida de emergência, uma dolorosa antecipação da pena. O principio da inocência é de longe superior em importância aos graves problemas de estrutura do Estado, muitas vezes alegados como justificativa para ferir a dignidade e a honra do cidadão, transferindo a ele a culpa antes mesmo de uma sentença transitada em julgada. Como se a falta de estrutura e competência do poder público em concluir as investigações e prestar esclarecimentos a um determinado fato fosse motivo para tirar do cidadão o que é cláusula pétrea de nossa Carta Maior: direito à liberdade de ir e vir. O art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal do Brasil de 1988, assegura a todos no âmbito judicial e administrativo uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação. Ora, se há ordem constitucional para que o processo seja concluído em um tempo célere, imagine o quão deve ser “provisório” e exíguo o tempo de privação da liberdade do cidadão sem a certeza da culpa, que só será aferida com a conclusão do demorado tramite processual. “Justiça tardia é injustiça”. O Estado tem o dever de proteger seus cidadãos e não privá-los de sua liberdade equiparando-se a infratores da lei e cometendo ao menos dois graves crimes: tirar a liberdade de alguém sem sentença transitada em julgada e constringendo o cidadão a cumprimento de pena antecipada e excessiva. Corroborando com todo o exposto acima, o art. 5º, LXVIII da Constituição trás um dos mais importantes remédios constitucionais, o habeas corpus, prevendo a garantia de liberdade de todo cidadão que se ver ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Prisão Preventiva. Direito à Liberdade.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A (Ir) Relevância Do Princípio da Culpa Conjugal no Ordenamento Jurídico Pátrio

Joara de Amorim Gonçalves¹

A Emenda Constitucional nº 66, aprovada em 14 de julho de 2010, extinguiu o prazo obrigatório de separação de fato para o requerimento do divórcio, aboliu o instituto da separação judicial e, conseqüentemente, extirpou do ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de se discutir a culpa pelo fim do relacionamento. Grande parte da doutrina entende que a extinção do princípio da culpa atende aos anseios da coletividade e adequa o direito de família ao modelo atual de sociedade. Entretanto, há doutrinadores totalmente contrários a essa tese, pois, para eles, o anseio da sociedade brasileira sempre foi pela supressão de prazos e a extinção da modalidade culposa acarretaria inúmeros prejuízos. Diante desse contexto, pretende-se realizar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, um estudo acerca do princípio da culpa conjugal no ordenamento jurídico pátrio, bem como analisar os argumentos de ambas correntes doutrinárias, a fim de possibilitar a opção consciente por um dos posicionamentos. Para tanto, serão utilizadas obras de grandes doutrinadores do direito de família, jurisprudências e artigos jurídicos.

Palavras-chave: Direito de Família. Emenda Constitucional nº 66/10. Princípio da Culpa

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA

Ficha Limpa (Brasil. Lei Nº135/2010): Análise da Decisão Proferida pelo STF Sobre O Recurso Extraordinário Nº 633703

Joel Coelho Ferreira Sobrinho¹
Nelson Juliano Cardoso Matos²

O objeto da discussão do presente trabalho trata-se de da análise do recurso extraordinário nº 633703, no qual se discute a constitucionalidade da lei nº135/2010, também chamada de lei da Ficha Limpa por dispor de casos de inelegibilidades, visando à proteção da probidade administrativa e da moralidade no exercício do mandato. O objetivo da análise aqui feita consiste em mostrar que apesar de nosso sistema político ser democrático representativo, o povo é o verdadeiro detentor do poder, como afirma autores como Jurgen Habermas e John Hart Ely em suas teorias democráticas procedimentalistas, além da contribuição de Peter Haberle; para esse fim foi necessário inicialmente descrever o caso trabalhado analisando os argumentos principais, fez-se necessário também esclarecer um relevante processo de transformação pelo qual a Política e o Direito passam atualmente denominado Judicialização da Política. A pesquisa e o levantamento de dados foram realizados principalmente por meio de revisão bibliográfica, analisados artigos, livros e documentários. A pesquisa resultou satisfatória e nos leva à conclusão de que vivemos um sutil dilema no qual fica a pergunta: Quem são os verdadeiros Guardiões da Constituição? Conclui-se também que a importância dessa lei, no corte temporal moderno, decorre da necessidade de moralização da política brasileira.

Palavras-chave: Ficha Limpa. STF. Democracia. Judicialização da Política.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Piauí; Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Direito, Democracia e Republicanismo sob a orientação do Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos; Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão DiHuCi, sobre Direitos Humanos e Cidadania sob a orientação da Dr. Maria Sueli Rodrigues

¹ Professor Dr. orientador deste trabalho.

Direito Penal do “Inimigo”

Jordânia Rafaela Ernesto Ramos¹
Gustavo Tupinambá²

O presente estudo monográfico tem por objeto a análise da terceira velocidade do Direito Penal, hoje consubstanciada no assim chamado “Direito Penal do Inimigo”, tese de Günther Jakobs. Em rápidas pinceladas o Direito Penal do “Inimigo” pode ser apresentado como um direito penal anterior, repressivo, buscando eliminar um perigo e não a punição de um ato. Anterior em relação ao delito praticado, pois se pune não o fato delituoso em si, mas a mera periculosidade do agente; repressivo, pois não segue todas as finalidades da pena, de punir o mal injusto com o mal justo e nem de tentar reintegrar o preso à sociedade, mas apenas de reprimir e fazer com que aquela conduta sirva de exemplo à sociedade com vistas a inibir atos delituosos futuros. Além de explorar o Direito Penal do “Inimigo” em sua essência, o estudo visa compará-lo ao sistema jurídico vigente no Brasil, que está sempre à luz da Constituição Federal, onde se tem, dentre vários outros princípios, os princípios da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência e ainda do devido processo legal, dentre outros, que se opõe ferrenhamente à noção trazida por esse direito penal que considera tais agentes como “inimigos” da sociedade e da nação. Diante disso é que se propõe uma pesquisa destinada a analisar esta faceta do Direito Penal e sua possível incidência na sociedade e ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Direito penal do “inimigo”. Punitivismo penal.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Instituto das Coligações Partidárias no Sistema Proporcional em Confronto Com a Soberania Popular no Regime Democrático Brasileiro

José Mascionilio de C. Matos¹
João Santos da Costa²

O presente trabalho tem como objetivo precípua discorrer sobre as coligações partidárias no sistema proporcional brasileira, seus efeitos na representação política e na soberania popular, o número de partidos políticos existentes e suas (in)coerências ideológicas ou modelos ideológicos partidários na política atual. Abordar os sistemas eleitorais adotado pela Constituição Federal Brasileira e sua evolução histórica. Abordar, também, o posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral e por fim os prejuízos causados aos eleitores que depositam sua vontade em determinado candidato ou partido político baseado na sua ideologia ou programa apresentado em campanha e tendo como resultado final a eleição de um candidato de partido diferente daquele desejado por está este coligado a aquele, mesmo que ideologicamente divergentes e historicamente adversários e obtendo um número inexpressivo de votos, tendo estes partidos como única preocupação obter ou manter o mandato eletivo, não respeitando a verdadeira vontade do eleitor.

Palavras-chave: Coligações Partidárias. Sistema de Representação Proporcional. Soberania Popular.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Capacitação Profissional do Preso como Forma de Ressocialização: Um estudo sobre a penitenciária Irmão Guido de Teresina-PI

Josélia Neves Matos¹
Rogério Saraiva Xerez²

O presente trabalho tem como objetivo analisar 'A Capacitação Profissional do Preso como Forma de Ressocialização: Um estudo sobre a penitenciária Irmão Guido de Teresina-PI'. Buscando identificar mecanismos de capacitação profissional para o detento na penitenciária Irmão Guido, discutindo a eficácia do método de reeducação dos presos no processo de reintegração ao convívio social, bem como examinar as políticas públicas de reinserção dos detentos no mercado de trabalho. O instrumento metodológico utilizado será uma pesquisa etnográfica, pois temos como meta a utilização dos diversos pensamentos produzidos pela própria comunidade estudada. Será analisado ainda, referências bibliográficas, artigos e revistas.

Palavras-chave: Penas. Capacitação. Ressocialização.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A culpa do “de cuius” na separação de fato e os reflexos sucessórios para o cônjuge sobrevivente

Josuelane da Cruz Ferreira Rodrigues¹
Luciana Pessoa²

A atribuição de culpa ao “de cuius” alegada a questionável prova de sua culpabilidade pelo cônjuge sobrevivente, objetivando tomar parte na sua legítima, após dois anos de separação de fato, é projeto audacioso do legislador e de possíveis irradiações tal aplicabilidade no campo prático. Infeliz excesso do legislador ao mencionar o elemento culpa provada a inocência do(a) sobrevivente relativo à separação não formal há mais de dois anos e mesmo com relação ao prazo de tempo de separados de fato até dois anos determinado pelo artigo 1830 do Código Civil para não afastar o cônjuge sobrevivo da legítima, pois abre uma possibilidade de constituição de união estável nesse período, tanto do pré-morto como do sobrevivo, vez que a mesma tem amparo constitucional em seu artigo 226, 5º em que o Estado reconhece a união estável como entidade familiar e tem sua proteção. É então visualizando esse contexto, não raro de acontecer, que tal estudo buscará mostrar as reais implicações que a aplicabilidade de parte do artigo 1.830 do Código Civil poderá trazer, repercutindo em toda a esfera sucessiva, quando da concorrência do cônjuge sobrevivo, respingando nas relações parentais do morto (a), após decretada verdadeira “guerra” ao patrimônio deixado, ensejando disputas de possíveis herdeiros quanto à prova ou não de culpa do defunto(a) para depois poderem suceder. Para a fundamentação teórica do estudo, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, a fim de ampliar os conhecimentos acerca do conteúdo apresentado, assim como auxiliar nas possíveis soluções do problema.

Palavras-chave: Culpa. Cônjuge. Separação de fato. Sucessão legítima.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Legislação Ambiental Aplicada Na Reforma Agrária

Joyce Oliveira Torres¹

A preocupação com a efetiva aplicabilidade da legislação ambiental na Política de Reforma Agrária gerou grandes mudanças para o devido cumprimento da mesma. Com efeito, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principal órgão executor da reforma agrária, possui em sua estrutura organizacional o Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais, responsável pela adoção das providências necessárias à correta aplicação da legislação ambiental em projetos de assentamento. Por esse motivo, este trabalho pretende contribuir nesse sentido e tem como objetivo geral avaliar a interface da política de aplicação da legislação ambiental com a política de aplicação da legislação agrária. Para tanto tem como objetivos específicos: a) Caracterizar a evolução da aplicação da legislação ambiental nas ações de reforma agrária, com ênfase no processo de licenciamento ambiental. b) Verificar como a questão ambiental está sendo tratada no processo de obtenção de terras e implantação dos assentamentos. É preciso entender que para que ocorra a correta integração do homem ao campo é necessária manutenção da função social da propriedade, em todos os seus aspectos, pensando na distribuição de terras sem desconsiderar a preservação ambiental. Assim, para que haja um desenvolvimento sustentável, a questão ambiental e a questão agrária devem percorrer a mesma direção. Ante o exposto, o presente estudo avaliará como esta acontecendo à aplicação da legislação ambiental dentro da atual política de reforma agrária, através da observação legislação agrária e das ações que estão sendo desenvolvidas pelo principal executor da reforma agrária. A caracterização dessas práticas poderá servir de subsídio para a formulação de novas estratégias ou para o aprimoramento das já existentes.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Legislação Ambiental. Licenciamento Ambiental. Função Social.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Uma Análise Crítica do Atual Modelo de Distribuição do FPM no Piauí

Juaceli Soares da Costa¹
Sérgio Brandim²

Este trabalho trata de uma Análise crítica do modelo de distribuição do Fundo de participação dos Municípios, no Brasil, trazendo os fatos para o ambiente do Estado do Piauí. O modelo vigente já é bastante antigo e durante sua vigência, o Brasil e, por conseguinte o Piauí passaram por muitas mudanças de natureza conjuntural e estrutural que vão desde mudanças na área econômica, como também na divisão da área territorial de muitos Municípios criando-se novos Municípios, fatos estes que concorrem para a alteração do cenário, tanto do ponto de vista geográfico, estatístico, administrativo e principalmente econômico. Geográfico em razão da divisão territorial para a criação de novos Municípios. Estatístico por dar nova configuração aos Municípios nos vários aspectos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como tamanho do território, população e economia, produção e produtos dos novos municípios, dentre outros. Administrativo pela criação de novas administrações e, econômico pelo reflexo na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, vez que consistirá em um maior número de Municípios para dividir o mesmo bolo que existia ante da emancipação desses novos municípios, refletindo na diminuição do volume de recursos que serão destinados doravante aos municípios do Estado, já que o aumento do número de municípios não representa aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios, pelo Tesouro Nacional.

Palavra-chave: Recursos. População. Território. Desenvolvimento.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Direito A Recusa A Tratamento Transfuncional Realizado Pelas Testemunhas Cristã De Jeová

Juciana Moreira Batista da Silva¹

O presente trabalho pretende abordar um polêmico tema que é a realização de procedimentos terapêuticos que incluam transfusão sanguínea em pacientes da religião instituída “Testemunha Cristã de Jeová”. Demonstrando a importância de se observar o confronto entre os Direitos Fundamentais que são: o Direito à vida versus a liberdade religiosa. O primeiro é o direito que deve ser compreendida como o direito a uma existência, com possibilidade de exercer os demais atributos da personalidade, ou seja, é o direito da pessoa humana a uma vida com dignidade. Em que no Estado de Direito Democrático e Social a vida é um bem inviolável, em outras palavras, não pode ser violada por terceiros, mas também é indisponível, pois nosso ordenamento não permite a disponibilidade à vida. Já a outra garantia é o direito à liberdade, no aspecto da religião, em que cada pessoa tem a livre escolha religiosa. E se esta religião proíbe a transfusão sanguínea, cabe aos fiéis respeitá-la, pois com esta conduta respeita os preceitos bíblicos. Pensando nisso, como não há hierarquia entre as normas e nenhuma é absoluta. Devemos analisar o caso concreto e apresentar possíveis soluções observando em especial o princípio da ponderação em que deve prevalecer de um dos direitos fundamentais em que só é justificável pelo grau de importância de satisfação de outro direito oposto. Com base neste entendimento é que a dignidade da pessoa humana deve prevalecer sobre as demais, pois respeitando a liberdade religiosa, utilizando métodos alternativos que os pacientes da religião Testemunha Cristã de Jeová recomenda que seja utilizado no lugar da transfusão sanguínea, é isto, que é o respeito pela individualização e principalmente pela sua vida com dignidade. Consiste em pesquisa bibliográfica e de julgados recentes relacionados ao tema.

Palavras-chave: vida; religião; transfusão; sangue.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Insegurança Jurídica na Ação Civil Pública em Defesa do Cerrado Piauiense

Judson Barros ¹

O presente trabalho analisa a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, Federal e Estadual, em litisconsórcio com a Fundação Águas do Piauí – FUNAGUAS tendo no pólo passivo a multinacional Bunge Alimentos, Governo do Estado do Piauí, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, empresa Graúna e Advocacia Geral da União – AGU. No caso, o autor busca fazer um comparativo dos atos jurídicos com a aplicabilidade da legislação processual civil brasileira. Busca o trabalho pomenorizar a conduta adotada pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e os órgãos representativos do Estado face à demanda judicial. Também esclarece a postura adotada pela ONG Fundação Águas – FUNAGUAS no curso do processo. A Bunge implantou-se no Piauí em 2002 com o propósito de desenvolver o Estado, explorando o agronegócio da soja, adotando o discurso ideológico da "última fronteira agrícola do País", recheado de preconceitos e inverdades, perpassando uma ideia de terra desabitada e atrasada, impregnado de uma retórica falsa de ocupação na base do favor: "estamos fazendo um favor de vir desenvolver o Piauí". Ocorre que durante a implantação, a empresa não cumpriu requisitos mínimos exigidos pela lei 6938, de 31 de agosto de 1981 e pela Constituição Federal no seu artigo 225, como a apresentação do EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório). O que foi parcialmente elaborado, além de não abranger detalhamento a utilização da lenha como matriz energética, sequer cumpriu o rito de aprovação do empreendimento em Audiência Pública, como a lei prevê. Nesta situação, a FUNAGUAS, questionou os parâmetros que contrariavam a legislação em vigor principalmente os relacionados à questão processual e os que causavam danos ao meio ambiente. A Fundação organizou o Encontro Ocupar com Sustentabilidade, na cidade de Uruçuí, para discutir a questão. Convidou o Professor Doutor Álvaro Fernando de Almeida da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP, que após o encontro deu parecer desfavorável ao EIA/RIMA e ao modo como a Bunge se instalava no Piauí. Este parecer serviu de base para os Ministérios Públicos e a FUNAGUAS ajuizarem a ação civil pública.

Palavras-chave: Ação civil pública. Cerrado. Insegurança jurídica. Meio ambiente. Processo civil.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Possibilidade Jurídica da Sucessão Hereditária Legítima para Filhos Concebidos por Inseminação Artificial Homóloga Após a Morte do Genitor

Kenya Mércia Matos¹

No Brasil, a possibilidade dos filhos concebidos por inseminação artificial homóloga, após a morte do genitor, herdarem vem sendo pautada com proeminência, haja vista a necessidade de amparo jurídico a esse filho, uma vez que o Código Civil de 2002, embora se refira ao tema, silencia quanto à regulamentação jurídica específica do mesmo. Com a existência dessa situação é nítida a discussão iníqua que desfavorece os filhos havidos por inseminação artificial post mortem, que poderão ser considerados, no máximo, herdeiros testamentários, influenciando de tal forma a projeção desse trabalho, já que a meu ver, é infundado não haver regulamentação específica para o mencionado caso. Assim, pretende-se demonstrar que, com os avanços biotecnológicos, a legalização da sucessão hereditária legítima para filhos concebidos por inseminação artificial homóloga após a morte do genitor faz-se necessária para resguardar os direitos dos mesmos, visto que a ausência de regulamentação específica é um afronto direto ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Avanços biotecnológicos. Direito Sucessório. Filhos. Inseminação artificial. Post mortem.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Violência da Criança e Adolescente no Âmbito Familiar

Larisse Procópio Goveia¹

O presente estudo busca a identificação dos órgãos responsáveis e as varias formas de violência sofridas pelas crianças e adolescentes no âmbito familiar, para melhor esclarecimento da lei vigente e o motivo do aumento dessa violência; buscando analisar o porque da dificuldade da aplicabilidade da lei especial, para coibir e punir essa pratica no âmbito familiar. A violência compreende de atos ou omissão praticadas pelos pais, parentes ou responsáveis em relação da criança e adolescente, sendo capaz de causar dano físico, sexual e psicológico, colocando de um lado o poder/dever de proteção do adulto e do outro, numa coisificação da infância, demonstrando que essa violência não escolhe classe social, nível intelectual ou profissional.

Palavra-chave: Criança. Violência. Família.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Verdade Genética de Filhos Gerados por Inseminação Artificial Heteróloga e os seus Efeitos Sucessórios

Lenilda Ferreira da Silva¹

A verdade genética pode ser estudada na área do Direito da Família. O Brasil se encontra atrasado em relação ao contexto internacional referente ao tema "A Verdade Genética de filhos gerados por inseminação Artificial heteróloga e os seus efeitos". Não temos leis disciplinando a origem genética ou sobre os direitos conflitantes das consequências da inseminação artificial, mas utilizaremos como base a resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.358/92, a qual disciplina as normas éticas para a utilização das técnicas para reprodução assistida, mas não traz nada sobre a quebra do sigilo em relação ao doador anônimo ou efeitos da inseminação para o filho e o doador, que será o pai biológico. Utilizaremos também a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil atual como parâmetros. Buscaremos posições jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça que tratam do tema. Utilizaremos, ainda, posições doutrinárias, sem a intenção de esgotar o tema. Segundo Venosa, há em tramitação vários projetos de lei no Congresso Nacional sobre a Reprodução Assistida. O Projeto nº 90 é o que está mais adiantado, o qual estabelece que os estabelecimentos que fazem a reprodução assistida devem se comprometer com o sigilo, prevendo a quebra em situações específicas. O entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores se confunde, causando controvérsias que buscaremos entender o posicionamento majoritário. A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil evoluíram em relação ao conceito de família ajudando, assim, a interpretação constitucional acerca do tema.

Palavras-chave: Genética. Inseminação Artificial Heterológica. Efeitos Sucessórios.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Reprodução Humana Assistida Post Mortem e o Direito Sucessório do Concebido

Lilian Valéria Pires Barbosa de Sousa¹
João Santos da Costa²

Os estudos científicos na área da biotecnologia conduziram ao aparecimento de técnicas revolucionárias envolvendo a reprodução humana, com repercussão direta no mundo jurídico. Dentre essas técnicas, destaca-se a inseminação artificial homóloga post mortem, técnica de reprodução assistida que consiste na utilização do sêmen congelado para a fertilização da mulher após a morte de seu marido, legitimada pelo Código Civil Brasileiro, conforme disposição expressa contida no inciso III do art. 1.597. A matéria, além de incitar a questionamentos no âmbito moral, ético, religioso e social, apresenta-se de grande interesse no contexto jurídico em face das lacunas existentes no ordenamento pátrio quantos aos direitos e obrigações decorrentes da utilização do método artificial de reprodução humana em comento, em especial quanto à proteção aos direitos sucessórios do filho nascido por meio de fecundação artificial homóloga post mortem. Pode-se compreender, portanto o problema que as técnicas de reprodução humana assistida e de conservação de gametas podem trazer para o direito sucessório: tem legitimidade sucessória a pessoa concebida após a abertura da sucessão, por técnica de reprodução humana assistida post mortem com o emprego de gametas, do autor da herança, previamente criados preservados? Será, portanto evidenciado neste trabalho a inexistência de norma expressa regulamentando o direito sucessório ao filho gerado por meio de fecundação artificial homóloga post mortem, destacando o descompasso entre a evolução da ciência médica frente às técnicas de reprodução assistida e o progresso do direito na regulação das questões advindas dessa matéria.

Palavras-chave: Inseminação artificial. Reprodução Humana Assistida. Direito de Sucessão.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Paternidade Socioafetiva e a dúvida acerca de sua possível desconstituição posterior

Liliane Atenas¹

Este tema tem por finalidade, fazer uma análise sobre a paternidade socioafetiva, e como esta está sendo debatida na sociedade atual e paralelamente a isso, observar a questão da possibilidade ou não de uma posterior desconstituição pelo pai. No passado, o pai era apenas o provedor que mantinha a família. A paternidade era para o homem apenas um fato, ao invés de sê-lo também um ato, como hoje em dia ocorre, ou pelo menos deveria ocorrer. O homem quer participar, quer se envolver, ser realmente pai e estar convicto de estar perdendo se não o fizer, não somente por correr o risco de ser cobrado no futuro, mas por sentimento próprio de realização paterna. A função de pai guarda importantes conteúdos na vida do seu filho. Assim podemos denominar quem é pai, pois ele é quem irá influenciar na criança aquilo que está correto e o que não está, os limites impostos na vida. É através da figura paterna que começa o desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente, sendo que os ensinamentos obtidos por ele tornam-se sua base estrutural. Uma possível desconstituição dessa paternidade ensejaria a perda total de valores, ensinamentos e até mesmo a identidade da criança. Quando um pai cria e educa uma pessoa como filho, mesmo que não biológico, ele deixa transparecer ali o estado de filho sociológico, a verdade socioafetiva. Portanto, não seria justo impugnar essa paternidade, mesmo que não seja o pai genético.

Palavra-chave: Paternidade Socioafetiva. Desconstituição. Filho Sociológico.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Análise Jurídica da Vulnerabilidade Contida no Artigo 217-A do Código Penal e da Possibilidade de sua Relativização

Lina Gerlane¹

A Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, alterou de forma significativa o Título VI do Código Penal Brasileiro, que trata dos crimes contra a Dignidade Sexual. Uma de suas inovações foi a criação de um novo tipo penal, o denominado “Estupro de Vulnerável”, onde são sujeitos passivos os mesmos do revogado artigo 224 do Código Penal que previa a presunção de violência. O novo crime surgiu como resultado do Projeto de Lei 253/04 do Senado Federal, após as conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que constatou os índices alarmantes de violência e abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes no Brasil. O presente trabalho monográfico foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, com análise da legislação atual e revogada, bem como de textos de doutrinadores que tratam do assunto e ainda de artigos jurídicos. A abordagem central desse trabalho será a vulnerabilidade sexual da vítima maior de 12 e menor de 14 anos e a possibilidade de sua relativização. Durante a pesquisa foi constatada a problemática trazida ao ordenamento jurídico visto que, com o intuito de garantir uma maior proteção a crianças e adolescentes, o legislador trouxe à seara penal uma figura perigosa, qual seja, a responsabilidade objetiva. No tipo penal estudado o sujeito sofrerá condenação independentemente de dolo ou culpa, ou seja, aquele que praticar ato libidinoso ou mantiver relações sexuais com menor de 14 anos será penalizado com reclusão de oito a quinze anos, sendo flagrante o desrespeito aos Princípios Constitucionais e ao princípio da Intervenção Mínima do Direito Penal.

Palavras-chave: Estupro. Vulnerabilidade. Relativização. Responsabilidade Objetiva.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Validade da Utilização da Inversão do Ônus da Prova e a Prescrição Vintenária concomitantemente na Mesma Lide Processual - Análise de um Caso Prático à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes

Lindojon Gerônimo Bezerra dos Santos¹

O presente trabalho é baseado em um estudo analítico de um caso prático, em que uma consumidora teve seu direito cerceado à luz de uma hermenêutica literal, sem levar em consideração as normas de direito do consumidor e a teoria do diálogo das fontes. O presente artigo surgiu a partir da análise de um caso prático em que um juiz federal julgou improcedente a ação de uma consumidora lesada pela Caixa Econômica Federal em virtude das disparidades relativas às variações da inflação no final da década de 80 e início da década de 90. Na ação judicial, a consumidora, primeiramente, requereu junto ao banco o extrato daquele período, contudo, como é de praxe no meio bancário, houve um descaso com a consumidora e não lhe foi fornecida qualquer informação, mesma ela tendo deixado claro, por escrito, que aqueles documentos seriam fundamentos para ação judicial e que o prazo prescricional estava por se findar. O magistrado, ao sentenciar, entendeu de acordo com os argumentos da Caixa Econômica Federal, que alegou que deveria ser aplicado de forma alternativa, ou o procedimento do Código de Defesa do Consumidor, ou o do Código de Processo Civil, como demonstraremos no presente trabalho.

Palavras-chave: Consumidor. Provas. Prescrição. Caso prático.

¹ - Especialista em Direito do Consumidor. Pós-graduando em Ciências Criminais – Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. Professor de Direito da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Professor de Direito do Instituto de Ensino Superior do Brasil. Foi Professor de Direito da Faculdade do Vale do Itapecuru – FAI e da Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME. Foi Professor das disciplinas jurídicas do Curso de Formação da Guarda Municipal de Codó-MA. Servidor de carreira do Ministério Público do Maranhão. Autor de tese aprovada por unanimidade no X Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor em Florianópolis-SC. Autor de diversos artigos jurídicos publicados a nível nacional e internacional. Membro do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim. Conferencista. Palestrante convidado do Poder Judiciário em Codó-MA, do Ministério Público em Timbiras-MA, da Polícia Militar em Codó-MA, da Secretaria de Ação Social do Município de Codó-MA e do IFMA/ Campus Codó. Colaborador de projetos do Ministério Público em Codó-MA. Presidente e Membro do Conselho da Comunidade da Comarca de Codó-MA (Lei nº. 7.210/84). Criador do Email do Consumidor, ferramenta de ajuda ao consumidor e consta no Banco de Boas Práticas do Ministério Público do Maranhão. Título honorífico de Cidadão Codoense.

A Custódia de Presos da Justiça em Delegacias: um Estudo da Realidade e das Condições da Delegacia do 1º Distrito Policial de Teresina – Piauí

Lorena Karoline da Silva Corrêa¹
Rogério Saraiva Xerez²

A problemática existente neste artigo é a violação aos Direitos Humanos garantidos pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas no 1º Distrito Policial de Teresina. Com isso o presente trabalho tem por objetivo mostrar as péssimas condições em que vivem os presos que estão detidos em Delegacias, especificamente na delegacia do 1º Distrito Policial de Teresina – Piauí. Para composição deste estudo neste primeiro momento foi utilizado o método de análise da leitura através de pesquisa eletrônica de artigos capturados em sítios correlacionados ao tema abordado e pesquisas em livros, dentre eles os dos doutrinadores: Eugênio Raúl Zaffaroni, Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo, Alexandre de Moraes, Edgar Magalhães Noronha, José Augusto, Lindgren Alves dentre outros. De acordo com o levantamento obtido na pesquisa pode-se concluir o descaso do Estado com as pessoas que supostamente cometeram atividades que transgrediram as regras da sociedade, ao serem colocadas em ambientes totalmente desumanos os quais violam os direitos fundamentais elencados no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira tomando desta forma as delegacias em verdadeiras “masmorras”.

Palavras-chave: Direitos Humanos. 1º Distrito Policial. Violação

Direito fundamental à comunicação e as Rádios Comunitárias – Pontos controvertidos

Luciano Vieira de Sousa¹

O surgimento das Rádios Comunitárias no Brasil ocorreu no final da década de 80 objetivando atender a comunidade local, divulgando e fazendo campanhas de interesse da comunidade. É um meio de efetivação do direito fundamental à comunicação e possibilita o acesso aos meios de comunicação pelo povo e efetivação da democracia. No entanto, têm encontrado desde seu surgimento dificuldades para exercerem o direito à comunicação pelos poderes constituídos, vale dizer, pelo legislativo, através de leis infraconstitucionais limitadoras do direito, pelo executivo, com um aparato eficaz de repressão e fiscalização, ou por sua inércia e morosidade e pelo judiciário através de interpretações limitadoras e distantes da realidade. Dessa forma, com o presente trabalho acadêmico, mostraremos a conceituação dos tipos de comunicação local, o oligopólios dos meios de comunicação, as dificuldades de comunicação dos municípios menores e o mito das interferências. Por fim discutiremos a Lei Federal nº 9612/98, baseado entre outros dispositivos, nos artigos 21 e 223, da Constituição Federal de 1988, tratando de um ponto muito polêmico, pois o artigo 30, inciso I da constituição vigente, define a área de competência legislativa exclusiva do município. Dessa forma, entende-se que há um conflito de normas, pois, pelo princípio de predominância do interesse, à União caberá aquelas matérias de interesse geral, ao passo que aos Estados, as de predominante interesse regional, e aos Municípios concernem os assuntos de interesse local.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias. Direito Fundamental à Comunicação. Competência do Município.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Terceirização Na Administração Pública: Conflitos na esfera conceitual-legal

Lúcio Solano de Andrade Leal¹
Verônica Acioly de Vasconcelos²

A pesquisa busca discutir os conflitos existentes na esfera conceitual-legal acerca da Terceirização na Administração Pública. Para tanto, recorreu-se ao estudo das leis, doutrina, jurisprudência e artigos científicos que versam sobre o tema. No intuito de atingir maior qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos, a Administração Pública, vem, cada vez mais, utilizando-se dos chamados contratos de terceirização. Entretanto, a adoção dessa modalidade de contratação tem gerado conflitos na doutrina, e na jurisprudência, bem como passivos jurídicos à Administração Pública, e suscitado muitas dúvidas por parte dos administradores públicos, tais como: (a) quais atividades podem ser terceirizadas – atividades-meio ou atividades-fim? (b) a terceirização é um mecanismo de burlar a regra constitucional do serviço público? (c) há vínculo entre a Administração Pública e o empregado Terceirizado? Considerando-se que a Administração Pública vem implementando inúmeras reformas com vistas a diminuir a burocracia da máquina estatal e que a terceirização constitui, ao lado de outros instrumentos bastante em voga, uma possibilidade, estabelecida no âmbito da lei, para redução da participação do Estado em tarefas impróprias, justifica-se um aprofundamento no estudo do tema a fim de dirimir as questões supra-suscitadas.

Palavras-chave: Terceirização. Administração Pública. Atividade Fim. Concurso Público.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Evolução Histórica do Controle de Constitucionalidade

Lydia Castelo Branco Falcão Lopes¹

O presente trabalho tem por escopo o debate da origem do controle de constitucionalidade, baseado no referencial bibliográfico pesquisado, bem como a evolução do tema no contexto brasileiro. Através da observação das experiências advindas do passado, do levantamento das origens do constitucionalismo moderno e seus princípios fundamentais, como a rigidez e a intangibilidade da Constituição, consegue-se, portanto, entender a modalidade mista de controle de constitucionalidade que é adotada pelo Brasil em sua Constituição vigente, promulgada em 1988. O estudo transporta-se pelo mundo do direito francês, visita o dos Estados Unidos e o da Áustria para então aterrissar em terras brasileiras, onde o controle de constitucionalidade é examinado, sob a perspectiva da evolução de cada Carta brasileira desde 1891 até a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Controle de constitucionalidade. Evolução histórica. Constituição Brasileira.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Proteção contratual do consumidor no comércio eletrônico via internet: uma análise a partir do Código de Defesa do Consumidor.

Maria Madalena Maciel Silva¹
Marcos Daniel²

Diante da globalização e da falta de legislação específica que regule o comércio eletrônico via internet; atualidade do tema; poucos trabalhos sobre a mesma; insegurança nas relações comerciais e a necessidade de garantir a proteção do consumidor. O presente trabalho pretende: partindo do Código de Defesa do Consumidor analisar a proteção do consumidor que contrata no ambiente virtual. Diante da atualidade do tema, o estudo será essencialmente bibliográfico, fundamentado em artigos, leis, projetos de lei, obras recentes e buscas eletrônicas. Com este intuito abordar-se-á a teoria geral dos contratos, evolução tecnológica, comércio eletrônico via internet e o direito do consumidor, buscando a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, conforme os fins a que foi criado. A justificativa da presente pesquisa reside na necessidade da proteção contratual do consumidor diante do ambiente comercial eletrônico, em especial via internet. Buscando ao final das discussões, contemplar as questões propostas e contribuir com estudos que envolvam esta problemática.

Palavras-chave: Globalização. Internet. Comércio eletrônico. Direito do consumidor.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O caráter assistencial da aposentadoria rural

Manoel Carlos de Andrade Neto¹
Raul Lopes de Araújo Neto²

O presente estudo tem por finalidade abordar o tema O caráter assistencial da aposentadoria rural, assunto este que repercute tanto no cenário social como econômico dentro do contexto brasileiro. O trabalhador rural é segurado especial, nos moldes do art. 195, § 8º da Constituição Federal de 1988, onde, o produtor, o parceiro, o meeiro, os arrendatários rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fará jus aos benefícios nos termos da lei. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea 'a' do inciso I, ou do inciso IV, VII do art. 11 da Lei 8213/91, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência da mesma Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontinua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. E também apresentar o impacto causado aos cofres do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, cujo déficit já somou 19,77 bilhões no primeiro semestre deste ano de 2011, de acordo com o Ministério da Previdência Social.

Palavras-chave: Trabalhador rural. Aposentadoria Rural. Caráter assistencial.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Controle Judicial de Políticas Públicas no Brasil em Face da Constituição Federal de 1988: Análise da Legitimação e dos Limites da Atuação do Poder Judiciário na Garantia dos Direitos Fundamentais Sociais em Face dos Princípios Democráticos e da Separação de Poderes e da Cláusula da Reserva do Possível

Marcelo Sekeff Budaruiche Lima¹
 Marcos Vinicius do Nascimento Lima²

O presente estudo tem como ponto de partida a compreensão do modelo de Estado instituído pela Constituição Federal de 1988, no que concerne aos objetivos a serem perseguidos pelos poderes públicos. Vislumbra-se, assim, uma nítida preocupação com o aspecto social, ao serem assumidos compromissos de efetivação de direitos conducentes à concretização do princípio da igualdade, não mais em seu aspecto meramente formal, mas, sobretudo, em sua vertente substancial. Com o fito de realizar materialmente esse desiderato, o Estado deve valer-se de um conjunto de ações, programas e metas tendentes à efetivação dos direitos fundamentais sociais, que consubstanciam as políticas públicas sociais. Estes instrumentos de ação estatal demonstram a direção a ser seguida pelo Poder Público na busca por melhorias das condições de vida dos indivíduos. Na experiência cotidiana, contudo, tem-se observado certas distorções, desvios e disfunções no que concerne às políticas públicas, tanto na etapa de formulação quanto em sua execução. Destarte, não raras vezes, o Judiciário é instado a se pronunciar a respeito da (in)constitucionalidade de certas políticas públicas ou de sua ausência. Paire, nesse diapasão, uma grande celeuma, no âmbito doutrinário e jurisprudencial, no que pertine à legitimidade do Judiciário para imiscuir-se na seara das políticas públicas, matéria afeta tradicionalmente aos Poderes Executivo e Legislativo. Contrapõem-se, nesse particular, os direitos fundamentais sociais, de um lado, e os princípios democrático e da separação de poderes e a cláusula da “reserva do possível, do outro. O trabalho proposto busca analisar a legitimidade dos órgãos judiciais para realizar o controle judicial de políticas públicas e os limites dessa atuação, buscando a interpretação que mais se harmonize com o espírito do sistema jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Políticas Públicas; Controle Judicial.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Extensão Universitária no Curso de Direito: Projeto Rondon, Um Relato de Experiência

Maria Helena Santos Soares¹
 Andréa Cristina de Sousa Fialho²

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê finalidades e formas de atuação do Ensino Superior, dentre elas o incentivo a extensão como forma de estudo da realidade e difusão de conhecimento, de forma recíproca com a produção científica da instituição e o apoio comunitário, na construção de uma sociedade mais cidadã. Dentre todos os cursos previstos na atuação de projetos, há pouca participação e propostas para o graduando em Direito. Assim, a pesquisa pretende apresentar o desenvolvimento como estudante e de uma função como operador do direito, embasado em uma formação jurídico cidadã, importante na construção acadêmica, profissional e pessoal, e mudar uma concepção da aplicação e trabalho do aluno nessa área, mostrando fundamentalmente, que o direito está ligado totalmente a nossa vida cotidiana. Destaca-se, como relato de experiência a participação no Projeto Rondon, ação do Governo Federal, com possibilidade de atuação de universidades de todo o Brasil. Com diversas metodologias de aplicação no projeto, o acadêmico busca levar a comunidade mais carente o conhecimento de leis que para serem aplicadas não precisam apenas um litígio para o apoio jurisdicional, as leis principalmente, precisam ser conhecidas e como são aplicadas, e não necessariamente ao pé da letra. Em virtude, de vivermos em uma sociedade em que não se conhecem direitos ou deveres, há pobreza em relação às políticas de atendimento e de políticas sociais e desta forma podemos contribuir para tentar melhorar realidades e nos prepararmos para atuação como futuros operantes do direito.

Palavras-chave: Projeto de extensão; acadêmico de direito; Projeto Rondon.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Alienação Fiduciária de Bens Imóveis

Maria José da Fonseca Veloso¹
Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva²

O presente trabalho traz algum esclarecimento sobre o que seja a alienação fiduciária de bens imóveis, suas características, requisitos e modalidades de uso frequente, além de um exemplo jurisprudencial de como são tratadas as lides que se referem ao descumprimento do contrato com cláusula de alienação fiduciária. Caracterizado o devedor como depositário da res alienada e entendido como depositário infiel, uma das duas modalidades de prisão civil, o devedor poderá sofrer essa sanção. Estabelecer a compreensão sobre o contrato com cláusula de alienação fiduciária; Definir as finalidades da Lei n.º 9.514/97; Esclarecer o conceito de alienação fiduciária de bens imóveis. Analisar as vantagens em face do contrato com cláusula de alienação fiduciária; Abranger as características, requisitos e modalidades de alienação fiduciária de bens imóveis; Destacar posicionamento jurisprudencial de como são tratadas as lides que se referem ao descumprimento do contrato; Expressar os requisitos que deve conter no contrato; Demonstrar a importância de alguns dispositivos da Lei 9.514/97. O método utilizado na elaboração deste Projeto de Pesquisa foi o de natureza exploratória, através de pesquisas em livros, argumentações doutrinárias, artigos, revistas e internet. Vale ressaltar, que os mesmos métodos serão utilizados durante a investigação do tema, objetivando o desenvolvimento e conclusão da monografia.

Palavras-chave: Alienação Fiduciária. Bens Imóveis. Descumprimento do Contrato.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Quando a Justiça Cala é Hora de Gritar: o Combate ao Assédio Moral Não Pode Ser Silencioso

Maria Madalena Nunes¹
Vicente Resende Júnior²

Margarida Barreto, Doutora e especialista no estudo sobre assédio moral no trabalho preconiza em sua obra “Violência, saúde e trabalho. Uma jornada de humilhações” que o assédio moral está vinculado à humilhação e “sentir-se humilhado é sentir-se inútil, incapaz, inferior, fracassado [...]”. A mesma autora define o assédio moral como sendo “toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho”. O debate acerca do assunto e dos males causados à saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho permeia os vários espaços sociais, inclusive no meio acadêmico, posto que resulta de práticas assediosas, tidas como violentas e vexatórias e que repercute na vida laboral e pessoal da pessoa assediada. O movimento sindical acompanha, como representante dos trabalhadores, as várias denúncias trazidas, numa forma de incitar o debate, contribuir com a superação do problema e garantir apoio às vítimas do assédio moral. O Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal do Piauí – SINTRAJUFEPI recebe inúmeras denúncias de assédio moral nos vários órgãos do Judiciário Federal, o que já levou à provocação de debates, reuniões, campanhas contra o Assédio Moral, inclusive com distribuições de cartilhas e adesivos, seminários nacionais através da Federação Nacional dos Trabalhadores no Judiciário Federal e Ministério Público da União, entre outras ações que buscam combater essa prática. Pretendemos com esse trabalho consultar as servidoras e servidores da Justiça Federal Seção Judicial do Piauí, sobre a percepção da prática de assédio moral e de que forma nesse órgão judiciário o assédio moral se faz presente, observando-se também a reação comportamental de ditos servidores a fim de perceber se esse comportamento contribui para a prática de assédio moral e sua interferência nas relações pessoais e de trabalho.

Palavras-chave: Assédio Moral. Humilhação no Trabalho. Movimento Sindical. Justiça Federal.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Comércio Eletrônico no Código de Defesa do Consumidor

Marli Sandra Pinheiro Castro ¹

Uma das vertentes do capitalismo é a livre concorrência e a busca pelo lucro. Os avanços tecnológicos favorecem tanto a oferta quanto a busca por produtos e serviços. E nesse contexto surge a internet e através dela a possibilidade de consumir produtos e serviços de uma forma mais rápida e com comodidade, visto o atual estágio da vida moderna e da necessidade das pessoas de ganhar cada vez mais tempo, a propósito em razão disso surgiu o famoso chavão de que “tempo é dinheiro”, diante das inúmeras atividades que o homem da sociedade moderna se encontra envolvido. Tem se então o chamado mercado eletrônico, que se por um lado apresenta aspectos positivos, tais como: conforto, comodidade, economia de despesa, diversas opções de escolha quanto a preço, marca, vendedores enfim um verdadeiro comércio virtual, por outro lado dado a certa fragilidade do sistema ainda não bem resolvido tem-se outros aspectos que sob esta ótica configuram negativos como a eficácia quanto a entrega do produto ou serviço, efetividade quanto ao pagamento, o consentimento de possíveis fraudes sobre tudo no que tange a dados pessoais. Fica-se então a deslumbrada rede de consumo virtual a mercê de situações que culmine nessa problemática. Assim é passivo e não descartáveis possíveis erros quanto a digitação de dados que poderão trazer resultados não buscados pelos consumidores navegantes. Neste contexto, este projeto buscará mostrar a importância do comércio eletrônico, onde aproximação das pessoas como prestadores de serviços, comerciantes e consumidores finais tornam-se imprescindível nas atividades empresariais. Por outro lado abordarão também a fragilidade a que os consumidores ficam sujeitos.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Comodidade. Contrato.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

O Infanticídio Realizado Por Tribos Indígenas: Respeito à Cultura ou ao Direito à Vida?

Nayara Vieira Barros ¹
Andréia Fialho ²

O presente trabalho tem como objetivo precípua demonstrar que o infanticídio, prática cultural realizada por alguns povos indígenas de matar crianças, principalmente nos primeiros anos de vida; se contrapõe ao direito à vida, direito defendido pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como analisar esta prática sob a ótica da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, expor as variadas formas em que o infanticídio é realizado, buscando traçar uma possível solução sem que ocorra algum tipo de violação ao direito à cultura e à vida desses povos, que, desde a chegada dos colonizadores europeus foram escravizados e explorados sob a égide do cristianismo, causando irreversíveis miscigenações culturais. O tema apresenta-se um tanto quanto polêmico, visto que a prática do infanticídio, mesmo que por circunstâncias culturais, viola o direito à vida, direito este inerente a todo ser humano, inviolável, presente em todas as declarações internacionais de Direitos Humanos; em contrapartida, os índios são detentores de garantias constitucionais e infraconstitucionais, que os permitem exercer sua cultura livremente. Para a elaboração deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e pesquisa documental.

Palavras-chave: Infanticídio Indígena. Direitos Humanos. Vida. Cultura.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Sistema de Cotas e o Princípio da Isonomia: uma Questão Racial ou Correlata à Condição Econômica?

Glauco Mousinho Mota de Almeida¹
Sebastião Patrício²

A formação sócio-histórica brasileira revela uma grande disparidade étnica, fruto da herança de uma sociedade de base aristocrata e escravista, que embora tenha mudado, não conseguiu oferecer a raça negra à condição para que ela pudesse estabelecer-se na sociedade de forma isonômica. Tendo tal problemática em vista, busca-se como forma de atenuar esse déficit social, a concretização de um acesso democrático ao ensino superior, tendo para isso um instrumento que tem sido objeto de longos debates, que é o sistema de cotas. Mas questão de importância similar se avulta quando nos questionamos ao fato de determinadas ações afirmativas, como o Sistema de Cotas, devem restringir-se apenas a uma raça. Não podemos deixar que o passar do tempo cegue nosso ímpeto de justiça, porém, é fundamental entendermos que para trilharmos por caminhos onde impere a justiça social, faz-se necessário tratar como desiguais não apenas uma parcela deste, pois se assim fosse incorreríamos numa discriminação reversa. A legitimação desse sistema tem como amparo legal fundamental o princípio da igualdade, que está consagrado em nossa Carta Maior onde, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, porém é importante compreendermos em que plano deve se configurar essa igualdade, sendo necessária para isso a compreensão do princípio da igualdade e suas variações hermenêuticas correlatas a determinado momento social. Nesse sentido buscaremos demonstrar, segundo uma análise doutrinária sobre a temática, a influência do elemento econômico como fator de discriminação numa sociedade historicamente miscigenada.

Palavras-chave: Princípios, Isonomia, Ações Afirmativas, Cotas

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Validade do Contrato Eletrônico no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Natielle de Freitas Rocha¹
Gilberto Pereira²

O presente trabalho tem como objetivo abordar a problemática existente na relação comercial virtual, bem como esclarecer possíveis dúvidas de forma sistematizada e didática. No mundo democrático que vivemos é absurdamente maior o número de pessoas que querem contratar. O meio mais inovador atualmente é o comércio eletrônico via internet, chamado por alguns de comércio eletrônico. Diferentemente do que acontecia (práticas comerciais firmadas tendo-se uma pessoa intermediária), as novas formas são fundadas em propostas que fica vinculada na rede eletrônica, onde a emissão de conjunto de dados é considerada a vontade do contratante. Infelizmente o Direito brasileiro não conseguiu acompanhar a linha temporal dos Contratos, o público alvo é a sociedade, que é a maior prejudicada, pois não há a existência específica de uma legislação sobre o tema. Para atender ao objetivo proposto tem-se como aporte teórico o estudo realizado por doutrinadores e pesquisadores dessa temática optando-se por uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Ordenamento Jurídico. Contrato Eletrônico. Validade.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Alienação Parental e o Direito a Convivência Familiar Segundo a Lei 12.318/10

Nayra Wanessa Gonçalves de Castro¹
Luciana Pessoa²

A entidade familiar sofreu no decorrer dos tempos transformações significativas, o que ocasionou condições iguais entre os casais no que diz respeito ao poder familiar. Este projeto de pesquisa buscará discutir se a Lei 12.318/10 realmente assegura a proteção integral e o direito a convivência familiar da criança e do adolescente e tem como finalidade analisar a alienação parental e suas conseqüências para a criança e o adolescente, observando a importância e a necessidade de combater esta prática, pois a alienação é um grande problema que aos poucos está conseguindo ser notado e estudado com maior freqüência. Para tratar do tema em estudo, faz-se necessário buscar em legislação, jurisprudência, internet, artigos científicos além de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa tem característica analítica por possuir reflexões críticas, principalmente acerca da Lei 12.318/10, que trás consigo pontos positivos e negativos. Mas esse tema também busca esclarecer o que causa a alienação parental e como ela pode ser solucionada de forma passiva, onde todos podem sair ganhando. Tem como objetivo : analisar a alienação parental no âmbito familiar e suas conseqüências para proteção integral da criança e do adolescente; analisar a violação do principio da prioridade absoluta e proteção integral no que se refere ao direito de convivência familiar; verificar a alienação parental a luz da Lei 12.318/10; verificar quais as medidas judiciais cabíveis no processo de alienação parental. Alguns autores que abordam esse tema são Maria Berenice Dias, Elias Norbert, Jorge Trindade, entre outros.

Palavras-chave: Poder familiar. Proteção integral. Direito de convivência familiar.

Constituição, Redemocratização, e a liberdade de imprensa no Brasil: um estudo teórico-reflexivo sobre as garantias constitucionais de Liberdade de Imprensa e de Expressão e os verdadeiros impactos materiais destas conquistas nos Meios de Comunicação do Brasil

Adriane Cristini de Paula¹
Kalinka Maria Leal Madeira²
Layane Bastos dos Santos³

A Liberdade de é um dos princípios básicos pelos quais um país que se intitula um Estado Democrático de Direito (como o Brasil), busca assegurar a liberdade de expressão de seu povo e respectivas associações, em especial a quaisquer publicações, meio de comunicação, ou canal em que estas possam circular. Tal liberdade de expressão, incluída em nossa Constituição, em especial nos Art. 5 e 220, possui como componente essencial e inalienável, a liberdade de exibir e mesmo, ridicularizar, gafes, mentiras, e distorções veiculadas pela própria imprensa e pelos nossos políticos, poder público, nossos ídolos e ícones, etc. Nesse contexto, por meio de um estudo teórico/reflexivo, o presente trabalho pretende debater a respeito do tema, bem como ressaltar algumas indagações e necessárias para a sua adequada compreensão do processo de redemocratização do Brasil e suas implicações na Liberdade de expressão e de imprensa. Haveria realmente uma liberdade de comunicar e ser comunicado nos moldes propostos na nossa Constituição?. Para responder a tais questionamentos, recorreu-se as seguintes técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, acompanhamento de websites de organizações que monitoram a Liberdade de Imprensa e pesquisa em bancos de dados de entidades classistas. Concluiu-se que apesar de estar usufruindo o mais longo período de liberdade de expressão e democracia política de sua história, a sociedade brasileira ainda se depara com muitas situações de censura prévia e intimidação a jornalistas e veículos de comunicação social, quase todas decorrentes de sentenças judiciais.

Palavras-chave: Liberdade. Estado Democrático de Direito. Liberdade de Imprensa. Liberdade de Expressão. Constituição.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí;
² Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí e Acadêmica de Bacharelado em Letras pela Universidade Federal do Piauí;
³ Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí e acadêmica de Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão;

Direitos Sociais Individuais na Constituição: um estudo reflexivo ¹

Layane Bastos dos Santos ²

A Constituição Federal de 1988 veio resguardar o sentido do humano no âmbito político, social e jurídico, em especial, no que se refere aos Direitos Sociais. O Artigo 6º da Constituição federal enuncia como Direitos Sociais básicos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a moradia e a alimentação. Os Direitos Sociais, pois, são de observância obrigatória, em especial no Brasil, que se intitula um Estado Social de Direito, e tem por objetivo, melhorar as condições de vida da nossa população, visando a concretização da igualdade social. Nesse interim, presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a conceituação e o histórico dos Direitos Sociais em nossa Constituição, analisando seu alcance e cumprimento na busca por um Estado Social de Direito. Para alcançar tais finalidades, utilizou-se o estudo reflexivo/explicativo como tipo de pesquisa quanto aos fins pesquisados e a pesquisa bibliográfica e documental como meio para atingir os objetivos do trabalho. Concluiu-se que o Brasil necessita construir uma “Cultura do direito” – uma cultura dos direitos sociais em particular – onde os cidadãos são bem informados sobre os seus direitos, não tem medo de exigir que sejam respeitados e conseguem sem dificuldade que sejam aplicados.

Palavras-chave: Direitos social. Constituição Federal. Estado Social de Direito.

Inexigibilidade de Licitação: Hipótese do Art. 25, II, da Lei Nº 8.666/93, Singularidade dos Serviços Técnicos

Odilon Monteiro de Carvalho Neto ¹

Essa temática do projeto de pesquisa é importante por demonstrar quais são as inexigibilidades de licitações, e, em especial, a não realização de licitação no caso de singularidade de serviços técnicos. A contratação pública tanto pode significar avenças que tenham cobertura orçamentária como contratos não remunerados pela Administração, a exemplo das concessões comuns, da concessão de direito real de uso, das franquias, dos credenciamentos e outros. Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Em se tratando da inexigibilidade, esta decorre da inviabilidade de competição, o art. 25, II, da lei 8.666/93 prevê a hipótese de ser inexigível a licitação no caso contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação. O objetivo do estudo monográfico é o de analisar inexigibilidade de licitação nos casos de singularidade de serviços técnicos, segundo o art. 25, II, da Lei nº 8.666/93. Buscando descrever os princípios constitucionais e legais da licitação pública; delinear o conceito de inexigibilidade das licitações públicas; analisar a inexigibilidade de licitação segundo a Constituição Federal; e, demonstrar a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos singulares, e como ocorre a sua contratação. A problemática do estudo monográfico é: diante do mercado altamente globalizado, pode o instituto da inexigibilidade de licitação ser aceito no caso de singularidade de serviços técnicos? Não existindo licitação, como tais serviços poderiam ser contratados? A pesquisa empregará inicialmente o método dedutivo, mas todo o seu núcleo estará vinculado ao método indutivo, pois a coleta de dados, através do exame do repertório doutrinário e jurisprudencial contribuirá para a aferição dos resultados que se esperam, para se cumprirem os objetivos propostos.

Palavras-chave: Inexigibilidade. Licitação. Administração Pública.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

¹. Trabalho apresentado como exigência parcial de nota para a disciplina Direito e Legislação em Comunicação, ministrado pela Profª Luciana Souza Reino, no curso de Comunicação Social – Jornalismo/UFMA Campus Imperatriz.

². Acadêmica do 1º período do Curso de Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo.

Desvirtuação da Lei do Estágio: Novos Direitos, Velhos Problemas

Pequim dos Santos Ferreira ¹

O mundo do trabalho assiste hoje à crescente superação do paradigma envolvendo as relações de emprego em sentido estrito, assistindo-se cada vez mais as relações de trabalho em sentido amplo, a exemplo da ampliação das relações de estágio. Essa tutela pode ser efetivada a partir da hermenêutica concretizadora dos direitos fundamentais trabalhistas, consagrados em nossa Carta Magna. No entanto, a legislação infraconstitucional ampliadora de direitos, tal como a Lei 11.788/08 (Lei do Estágio), mostra-se necessária, enquanto o paradigma concretizador dos direitos fundamentais não atinge plena aplicação. Tendo esse trabalho o escopo de avaliar a condição do estagiário, mais precisamente na sociedade teresinense, ao passo em que se fazem certas considerações, tendo como objeto de comparação a Legislação referente aos contratos de aprendizagem. É de importante ressalva que o novo diploma normativo, qual faz referência a regulamentação do estagiário e sua consequente inserção no mercado de trabalho, ampliou a permissão para contratação de estagiários, de modo a abranger também os alunos do ensino médio e, até mesmo, dos anos finais do ensino fundamental. A crítica a ser feita é se a inserção desse tipo de estudante, com formação escolar ainda incipiente e não profissionalizante em meio ao ambiente laborativo pode, na realidade, deixar de atender à própria natureza e objetivos da Lei do Estágio. Ao que parece, o estágio pode estar sendo utilizado como mero instrumento de arremetimento de mão de obra barata, seja por entidades públicas ou privadas. Sendo esta, a forma de fraude mais comum, qual seja, o desvio e função do estudante.

Palavras-chave: Lei do Estágio, Desvirtuação de Função do Estudante.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Relação dos Prostíbulos com o Princípio da Adequação Social

Rafael Alencar Vogado de Sousa ¹
Alexandre Christian de Jesus Noleto ²

O presente trabalho objetiva discutir a relação dos prostíbulos com o princípio da adequação social. Inicialmente iremos expor a existência de divergência jurisprudencial e doutrinária em relação ao previsto no artigo 229 do Código Penal, criminaliza a conduta de quem mantém ou colabora com casa de prostituição, in verbis: “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, o intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente — Pena:reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa”. No entanto, nota-se que a sociedade evoluiu no que se refere ao pudor e à quebra de paradigmas, atinentes à conduta sexual, tornando-se cada vez menor o nível de censura, sendo até aceitável. É importante excepcionar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes em que a sociedade expressa total repugnância. E devido a uma relação de notória e necessária interdependência entre a Ciência Jurídica e a Sociedade, afim de manter toda a relação estruturada na constante e progressiva adaptação às novas e plurais realidades, faz-se pungente avaliar certos aspectos inerentes ao Direito. Por esse motivo parte da doutrina e da jurisprudência, utilizando como fundamento o princípio da adequação social que nada mais é do que a já citada interdependência entre a Ciência Jurídica e a Sociedade, defendem a descriminalização da conduta prevista no artigo 229 do Código Penal.

Palavras-chave: Prostíbulos, princípio da adequação social, Código Penal.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Da Fixação pelo Juiz Penal na Sentença Condenatória de Valor Mínimo para Reparação dos Danos Causados ao Ofendido pelo Infrator

Raimundo Nonato da Silva¹

Na atualidade, percebe-se que em alguns casos o juiz criminal, ao proferir a sentença penal condenatória, fixa um valor mínimo a ser pago pelo condenado ao ofendido como forma de reparação de danos causados. Tal medida encontra respaldo no artigo 387, IV do Código de Processo Penal-CPP, que traz a seguinte redação: “Artigo 387- O juiz, ao proferir a sentença penal condenatória: (...), IV- Fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando, os prejuízos sofridos pelo ofendido”. Assim sendo, é legal tal procedimento adotado pelo juiz, pois está amparado na lei processual vigente no país, apesar de alguns doutrinadores alegarem ser inconstitucional a lei processual do referido artigo e inciso, outrossim, são raros os casos de tal fixação, levando-se em consideração o número tão grande de sentenças penais condenatórias que ocorrem anualmente no mundo jurídico brasileiro, em que é fixado valor mínimo em caráter de reparação em benefício do ofendido, pelos danos materiais ou morais sofridos. Pois segundo doutrinadores, melhor seria deixar a carga da lei civil tais situações, devido ao fato de que na sentença condenatória proferida em âmbito penal, não existe nenhum pedido a respeito, feito na esfera civil, no entanto, age o juiz, mesmo com embasamento na lei processual penal, de forma extra petita, por não haver neste processo, o pleito para fixação de valor sobre reparação. Nesse sentido, esse projeto de pesquisa procurará analisar a possibilidade da não ocorrência da fixação pelo juiz na sentença condenatória penal de valor mínimo para reparação dos danos causados ao ofendido pelo infrator, deixando a incumbência para a esfera civil. Pelo entendimento de vários autores, entre eles Roberto de Abreu e Silva, João Batista Bernstein e outros, a Lei 11.719/2008 que deu redação ao artigo 387, IV do Código de Processo Penal, fere a Constituição Federal Brasileira de 1988, motivo este que faz com que tais doutrinadores sugiram a sua revogação, deixando à aplicação do valor de reparação cargo da justiça cível.

Palavras-chave: Sentença condenatória. Reparação dos danos. Pelo Infrator.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Propaganda Partidária e o Ato de Promoção Pessoal Empregados Como Propaganda Eleitoral Extemporânea

Raquilene Rocha da Costa¹

O presente trabalho visa enfatizar a utilização reiterada da propaganda partidária e do ato de promoção pessoal, quando empregados de modo disfarçado de propaganda eleitoral, bem como analisar os efeitos negativos que a propaganda eleitoral extemporânea pode trazer ao regime democrático, expondo, também, as medidas que estão sendo tomadas para evitar tal prática. Apresenta-se uma análise dos limites de liberdade de expressão propostos pela Legislação Eleitoral com o intuito de garantir a democracia ameaçada pelo poder econômico de algumas facções políticas que se apoderam dos meios de comunicação, fora do período permitido em lei, para tentar persuadir a população, com o objetivo de conseguir a votação desejada. E, em benefício do processo político, o ordenamento jurídico prevê as espécies de propaganda política, além dos períodos permitidos, com o intuito de assegurar o princípio da igualdade, base do ideal democrático. Ademais, procura-se esclarecer os critérios estabelecidos pela Legislação Eleitoral para caracterizar a propaganda partidária e o ato de promoção pessoal como propaganda eleitoral antecipada.

Palavras-chave: Democracia. Propaganda eleitoral Antecipada. Igualdade. Voto. Subliminar

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Propaganda Partidária e o Ato de Promoção Pessoal Empregados como Propaganda Eleitoral Extemporânea

Raquilene Rocha da Costa¹

O presente trabalho visa enfatizar a utilização reiterada da propaganda partidária e do ato de promoção pessoal, quando empregados de modo disfarçado de propaganda eleitoral, bem como analisar os efeitos negativos que a propaganda eleitoral extemporânea pode trazer ao regime democrático, expondo, também, as medidas que estão sendo tomadas para evitar tal prática.

Apresenta-se uma análise dos limites de liberdade de expressão propostos pela Legislação Eleitoral com o intuito de garantir a democracia ameaçada pelo poder econômico de algumas facções políticas que se apoderam dos meios de comunicação, fora do período permitido em lei, para tentar persuadir a população, com o objetivo de conseguir a votação desejada. E, em benefício do processo político, o ordenamento jurídico prevê as espécies de propaganda política, além dos períodos permitidos, com o intuito de assegurar o princípio da igualdade, base do ideal democrático.

Ademais, procura-se esclarecer os critérios estabelecidos pela Legislação Eleitoral para caracterizar a propaganda partidária e o ato de promoção pessoal como propaganda eleitoral antecipada.

Palavras-chave: Democracia. Propaganda eleitoral Antecipada. Igualdade. Voto. Subliminar

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Crimes Contra a Honra Praticados por Meio da Internet

Rogério Lima¹

O presente trabalho tem por objetivo apresentar, por meio de uma revisão bibliográfica e jurisprudencial, um estudo crítico, comparativo e sistematizado dos crimes contra a honra e seus novos modos de execução com o advento e popularização da internet. Analisar quais os fundamentos filosóficos e históricos ligados à tutela da honra, em especial a honra objetiva, bem como, quais são os seus princípios norteadores. Produzir um estudo histórico do computador e da Internet, verificando onde sua evolução repercutiu na sociedade, com o objetivo de verificar se há necessidade do legislador criar novas leis para disciplinar estas condutas quando perpetrados por meio da Internet. Serão definidos e classificados os crimes contra a honra comparando com a abordagem dada aos mesmos em outros países quando da sua execução através da rede mundial de computadores assim como também serão estudados como se dão as novas formas de execução de crimes contra a honra os quais o meio utilizado para a concretização seja a internet. Objetiva-se traçar um estudo crítico acerca da tutela a honra no Direito atual, a abrangência dos tipos penais, e até que ponto a legislação está preparada para a internet. Ainda verificar se a tendência que a sociedade tem a tipificar condutas é a mais adequada ou se tipos penais pré-existentes são suficientemente dinâmicos a ponto de dispensar a especialização de condutas em qualificadoras.

Palavras-chave: Crimes contra Honra. Internet. Legislação.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

A Insegurança Jurídica no Caso Bunge tendo como Enfoque o Sistema Recursal Processual Civil

Ruan Kayllon Figueiredo Barroso¹

Demonstra-se no estudo de caso da Ação Civil Pública entre FUNAGUAS X BUNGE e outros, a total falta de descumprimento dos princípios da segurança jurídica e devido processo legal, que são basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Tendo como principal enfoque a total insegurança jurídica dos legitimados a propor ações frente ao poder judiciário em relação a uma causa de grande magnitude. Frisando com bastante ênfase também a desigualdade processual. Isto ocorrendo pela fragilidade econômica e política de alguns, o que são fatores totalmente desvirtuados do mundo jurídico, porém reais. O que, contudo é bastante essencial para a influência de decisões favoráveis em nossa atualidade brasileira. Processualmente este estudo de caso tem como início as fraudes do processo a partir do recurso de apelação frente à desconstituição da FUNÁGUAS do polo passivo, através do Termo de Ajuste de Conduta, até a interposição do recurso especial e extraordinário, respectivamente, ao STJ e STF. Estes recursos de natureza extraordinária ainda não foram conhecidos desde suas interposições em 2008. O que ainda poderá gerar outros recursos judiciais. E enfim conhecermos o fim deste tramite processual duradouro.

Palavras-chave: Insegurança Jurídica. Ação Civil Pública. Apelação. Embargos de declaração.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

Aplicação do Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Relação a Violência no Âmbito Familiar

Samara Silva Souza¹
Luciana Pessoa Nunes Santos²

O presente trabalho terá como intuito a pesquisa acerca da aplicação do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, sendo observados assim, todos os aspectos legais, o cotidiano, bem como os direitos e deveres que as crianças e adolescentes são detentores. O Estatuto da Criança e do Adolescente que adveio da Lei nº 8.069/90, que em seu art. 1º aduz: Esta lei dispõe sobre o princípio da proteção integral à criança e do adolescente, perflhando sobre a “doutrina da proteção integral”, baseado no reconhecimento dos direitos especiais e específicos de todas as crianças e adolescentes, com a complementação da prioridade absoluta, efetivando os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Por serem a parte fraca da relação, é dever da sociedade como um todo salvaguardar, com absoluta prioridade a realização desses direitos, tais sejam: a saúde, a educação, ao respeito, à convivência familiar, sendo também nossa obrigação denunciar quando esses mesmos direitos forem violados, Art. 4º, caput do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, será analisado os aspectos mais relevantes acerca desse tema, e como a aplicação desse princípio pode nós ajudar a amenizar essa situação.

Palavras-chave: Violência no Âmbito Familiar. Princípio da Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Atenuação da Pena em Razão da Duração Razoável do Processo

Tatianna Sousa de Morais Lima¹
Alexandre Cristian de Jesus Noleto²

O Direito a um processo com Duração Razoável está elencada no art. 5º, inciso LXXVIII, no rol das garantias fundamentais, que estabelece: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação". O grande problema é a omissão de qual seria esse tempo razoável, quanto tempo um processo tem para ser finalizado, sendo tal omissão causa de muita injustiça, impunidade e insegurança jurídica para a sociedade. A demora na prestação jurisdicional acaba se tornando uma forma de punição antecipada, pois atinge uma série de fatores, tais como a dignidade do réu, a presunção de inocência, a liberdade de locomoção, dentre uma série de conseqüências gravíssimas e muitas vezes irreparáveis que atinge a pessoa que está sendo acusada. Uma das formas de se tentar minimizar as conseqüências trazidas por tal omissão é o uso do bom senso por parte dos operadores do direito, na busca da verdadeira efetivação de tal garantia fundamental.

Palavras-chave: Razoável. Processo. Omissão. Demora. Injustiça

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Aplicabilidade do CDC e da CLT Na Relação Advogado/Cliente, Decorrente da Prestação de Serviço Prestada Pelo Advogado ao seu Cliente

Thiago Machado Silva¹
Vicente Resende²

O presente trabalho monográfico trata de uma questão polêmica no Direito do Trabalho contemporâneo que é a sua aplicabilidade às relações entre advogados e seus clientes. Existem duas correntes quando o assunto: uma que defende a aplicação da CLT e outra que defende a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, sendo competente para julgar a lide a Justiça Comum. A competência da Justiça do Trabalho sofreu alterações com a edição da Emenda Constitucional n.º 45, de dezembro de 2004. O art. 114, da CF/88, dispunha, no "caput", que a competência da Justiça do Trabalho abrangia os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Com a EC 45, o mencionado dispositivo constitucional passou a dispor, nos incisos I e IX do art. 114, que a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações oriundas da relação de trabalho e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Com isso, muitos advogados, buscando receber seus honorários advocatícios de clientes inadimplentes, ingressaram com ações na Justiça do Trabalho. Esta, por sua vez, julgava e processava algumas ações e a outras não dava prosseguimento, alegando ser incompetente, orientando a remessa dos autos à Justiça Comum. Assim, controvérsia se firmou acerca da competência da Justiça do Trabalho para realizar a cobrança de honorários advocatícios ajuizada por advogado contra cliente.

Palavras-chave: Advogado. Cliente. Trabalho. Consumo.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Dano Moral no Adultério: Até Que Ponto é Cabível o Pedido de Reparação Civil no Caso de Inobservância ao Dever de Fidelidade Recíproca?

Virna Denise de Oliveira Paz ¹
Francisca Juliana Castello Branco Evaristo de Paiva ²

Tema bastante discutido, e que, apesar de ser reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, ainda hoje causa grandes debates, principalmente acerca de quando é cabível e o quanto é devido, dependendo do caso concreto. Diante da polêmica em torno do assunto, este trabalho tem por finalidade fazer uma abordagem sobre a admissibilidade do dano moral em consequência da infidelidade conjugal, assim como a possibilidade jurídica do pedido de indenização, as consequências jurídicas trazidas pelo descumprimento do dever de fidelidade entre os cônjuges e destacar os requisitos essenciais para a caracterização do dano moral. O Dano Moral existe com o propósito de compensar a injustiça provocada contra a vítima, atenuando o abalo sofrido, não deixando impune o ofensor, nem sem amparo jurídico-legal o ofendido. Nesse sentido, para manter a harmonia e o equilíbrio social, a indenização por danos morais têm suma importância para coibir transgressões, pois a reparação tende a compensar o ofendido e desestimular o ofensor a reiterar tais condutas. Os Tribunais brasileiros são ainda tímidos ao abordar essa questão, mas já existe entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de se entender pelo cabimento de indenização por danos morais, em caso de adultério, a ser arbitrado de acordo com as provas produzidas nos autos, perícias médicas, exames psicológicos e prova testemunhal, a comprovar a extensão do dano causado.

Palavras-chave: Dano moral. Adultério. Reparação Civil. Indenização.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

O Uso da Tornozeleira Eletrônica em Confronto com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Wanderson Rondinele Melo de Sousa ¹
Gustavo Tupinambá ²

O presente estudo buscará elucidar, ou melhor, demonstrar os benefícios do uso do monitoramento eletrônico e para tanto se faz necessário à análise de leis como a 12.403/11 que altera vários dispositivos relativos à prisão processual penal, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e 12.258/10. O sistema prisional brasileiro admite o regime progressivo de pena em vista disso surge à possibilidade do apenado vir a cumprir sua pena em regime aberto, semiaberto e com isso o de cumprir sua pena em prisão domiciliar e para melhor se desenvolver esses regimes surge à possibilidade do uso do monitoramento eletrônico. Podem-se destacar a priori os problemas que surgem em relação a tal tema são as discursões sobre se o uso de tais dispositivos afetariam ou não um dos princípios basilares da nossa Carta Magna, o da dignidade da pessoa humana. Outro ponto importante a se destacar está na questão do gasto do Estado com tais providências, estima-se que o Estado tem um dispêndio mensal com um preso de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), enquanto o custo para os governos estaduais pagos as empresas que fornecerão os equipamentos será em média de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, por equipamento e manutenção. O uso do monitoramento eletrônico será um meio para reinserir o apenado na sociedade, ou seja, tirá-lo do ambiente carcerário e submetê-lo ao regime de prisão domiciliar, ou quando submetido ao regime semiaberto o de poder sair, mas de forma monitorada trazendo mais segurança assim para a sociedade, tendo em vista que o monitoramento possibilita a localização o indivíduo em qualquer lugar do planeta.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana, monitoramento eletrônico, processo penal.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Cláusulas Abusivas nos Contratos de Financiamentos Bancários (CDC e Leasing)

Wanessa Danielly Moura Alencar¹
 Maria Laura Lopes Nunes²

O presente trabalho tem por objetivo a análise detalhada das cláusulas inseridas nos contratos de financiamentos bancários impostas como condição para concessão de crédito (taxa de abertura de crédito, taxa de emissão de boletos, serviços de terceiros, taxa de registro, taxa de avaliação, taxa de seguro, taxa de gravame, entre outros), que com o advento do Código de Defesa do Consumidor passam a vigorar como cláusula abusiva (art. 6º, IV, CDC), bem como a possibilidade da restituição em dobro do que foi pago de forma indevida (art. 42, parágrafo único, CDC). O Juizado especial como principal meio de solução deste conflito, uma vez que o valor da causa em Ações de Repetição de Indébito geralmente não superam 40 salários mínimos. Uma análise acerca do cabimento ou não do direito a indenização por danos morais em virtude da incidência de tais cláusulas. A metodologia de pesquisa realizada será essencialmente doutrinária e jurisprudencial, fazendo uma análise das mais recentes decisões, com o intuito de enriquecer os debates acadêmicos e jurídicos acerca do tema.

Palavras-chave: Cláusulas abusivas, Financiamentos bancários, Consumidor

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

A Efetividade da lei no que tange as barreiras enfrentadas pelos cadeirantes na zona urbana

Symara Emanuelle do Nascimento Torres¹
 Andréia Nadia²

O presente trabalho tem como objetivo precípuo discorrer sobre as barreiras enfrentadas pelos cadeirantes no seu dia-a-dia, bem como o seu acesso a prédios públicos, privados, a transportes públicos, visa ainda discutir a efetividade da lei 10.098/2000 em relação as suas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física, como por exemplo, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos, para que as mesmas tenham sua liberdade de movimento e a sua circulação com segurança não sendo obrigatoriamente necessário o acompanhamento de uma pessoa, ou melhor, não sendo obrigatória a sua dependência a além da cadeira de rodas á alguém para acompanhá-los em qualquer lugar, pelo fato de existirem obstáculos que impeçam seu gozo e exercício por parte das mesmas em relação a seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Palavras-chave: acessibilidade, cadeirantes, obstáculos.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Penas Alternativas Sob a Visão do Direito e a Efetividade das Medidas

Wendel Souza da Silva¹
Gustavo Luís Mendes Tupinambá Rodrigues²

Essa pesquisa se aterá a efetividade das medidas, como o poder judiciário se posiciona diante dessa realidade, pois há uma deficiência de como elas são impostas e fiscalizadas. Percebemos que o malefício do presídio, unanimemente, tem sido examinado e constatado que a prisão fracassou como meio de reiteração do infrator. Vemos a falha da prisão como maneira de precaver essa reiteração do condenado e dar a ele uma vida digna após o cumprimento da pena, o encarceramento é um mal necessário, pois deve ser imposto aqueles indivíduos de alta periculosidade e que não sabem desfrutar da sua liberdade sem causar danos a sociedade. As penas alternativas poderá ser uma ótima opção para a diminuição desses transtornos envolvendo o sistema carcerário e reiteração social dos apenados. Existem varias opiniões doutrinarias que dizem respeito ao tema, uma bastante relevante é de LUIS FLAVIO GOMES onde aduz que “qualquer que seja a pena aplicada admite-se a substituição. Mesmo que a infração tenha certo conteúdo de afetação dos bens jurídicos, vida ou integridade física (tão como se da no homicídio e lesão culposa), em tese, nada impede a substituição desde que presente todos os requisitos legais”.

Palavras-chave: Alternatividade das Penas. Efetividade. Reiteração Social. Sistema carcerário.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Prisão Cautelar em Face do Princípio da Razoabilidade e o Princípio da Presunção de Inocência

Wender de Moura Oliveira ¹
Juliano de Oliveira Leonel²

O presente estudo tem como finalidade abordar os principais aspectos relacionados ao Princípio da Razoabilidade e da Presunção de Inocência em relação à Prisão Preventiva, no âmbito do ordenamento jurídico pátrio. Nesse passo, temos que o Princípio da Razoabilidade e da Presunção de Inocência se encontra intensamente relacionado ao Estado Democrático de Direito, sendo esses princípios fundamentais que integram o ordenamento jurídico brasileiro. Pretendendo mostrar ainda que o processo por si só já seja uma punição, na prisão cautelar ou mesmo simplesmente por estar sendo processado. O que se tem percebido é que as prisões cautelares não estão tendo mais o caráter de provisionalidade, está atuando como uma forma de pena antecipada, desrespeitando os princípios da presunção de inocência bem como o princípio da razoabilidade (processo no prazo razoável). Os prolongamentos excessivos dos processos trazem inúmeras consequências aos réus, vez que, estes são privados dos convívios familiares e sociais. Não obstante, o jornal Folha de São Paulo em 26 de julho de 2009, publicou uma matéria na qual um lavrador ficou preso durante 11 anos sem ir a julgamento no Espírito Santo, acusado de ter matado seu ex-cunhado, sendo que esse passou por quatro presídios sem ter sequer o direito de sair da prisão para ir ao enterro da própria mãe. O que se vê é que o preso cautelarmente sem um julgamento no prazo razoável deixa de presenciar muitos momentos importantes de sua vida, momentos esses que nunca mais poderá recuperar como no caso mencionado. As prisões preventivas de inocentes sempre existiram e continuarão a existir, o que nos resta é combater, os excessos que constantemente acontecem em nosso sistema jurídico pátrio. As prisões cautelares não servem como antecipação de condenação, pelo menos em tese, vez que a liberdade é a regra, e a prisão é exceção. Não obstante, a decretação da prisão preventiva deva obedecer a requisitos legais, constantemente vemos que muitas são decretadas por conclusões vagas, meramente abstratas e prováveis, tais como influenciar testemunhas ou mesmo a fuga. Dessa forma, o presente estudo tem em sua finalidade principal fazer uma breve análise dos principais pontos referentes ao tema em questão já que a aplicação do Princípio solidifica o ordenamento jurídico pátrio.

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Presunção de Inocência. Razoabilidade.

¹ Acadêmico(a) de Direito da Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professor(a) Orientador(a) da Pesquisa, integrante do corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Sistema de cotas e o princípio da isonomia: Uma Questão Racial ou Correlata à Condição Econômica?

Glauco Mousinho Mota de Almeida¹
Andréia Nádia Lima de Sousa²

A formação sócio-histórica brasileira revela uma grande disparidade étnica, fruto da herança de uma sociedade de base aristocrata e escravista, que embora tenha mudado, não conseguiu oferecer a raça negra à condição para que ela pudesse estabelecer-se na sociedade de forma isonômica. Tendo tal problemática em vista, busca-se como forma de atenuar esse déficit social, a concretização de um acesso democrático ao ensino superior, tendo para isso um instrumento que tem sido objeto de longos debates, que é o sistema de cotas. Mas questão de importância similar se avulta quando nos questionamos ao fato de determinadas ações afirmativas, como o Sistema de Cotas, devem restringir-se apenas a uma raça. Não podemos deixar que o passar do tempo cegue nosso ímpeto de justiça, porém, é fundamental entendermos que para trilharmos por caminhos onde impere a justiça social, faz-se necessário tratar como desiguais não apenas uma parcela deste, pois se assim fosse incorreríamos numa discriminação reversa. A legitimação desse sistema tem como amparo legal fundamental o princípio da igualdade, que está consagrado em nossa Carta Maior onde, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...", porém é importante compreendermos em que plano deve se configurar essa igualdade, sendo necessária para isso a compreensão do princípio da igualdade e suas variações hermenêuticas correlatas a determinado momento social. Nesse sentido buscaremos demonstrar, segundo uma análise doutrinária sobre a temática, a influência do elemento econômico como fator de discriminação numa sociedade historicamente miscigenada.

Palavras-chave: Princípios, Isonomia, Ações Afirmativas, Cotas

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho

² Docente do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos em EDUCAÇÃO



TERESINA-PI

O Papel da Educação na Iniciativa Empreendedora e no Desenvolvimento Local: uma Experiência a Partir da Sala de Aula

Maria Alice Leite de Brito¹

Este artigo vem contribuir para os estudos sobre práticas pedagógicas que podem ser inseridas nos planos políticos dos cursos de graduação, em especial, o para o curso de Administração ao analisar os efeitos objetivos e subjetivos de uma prática de sala de aula e sua relação com o empreendedorismo. O estudo cujo objetivo foi analisar os efeitos de uma prática de sala de aula em um caso isolado do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e sua relação com o empreendedorismo possibilitou compreender a percepção dos alunos sobre o empreendedorismo e o desenvolvimento local. A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso, exploratório e descritivo, tendo sido um questionário semiestruturado e a observação os instrumentos de coleta de dados. A análise quantitativa e qualitativa contou com a ferramenta do Epi Info (versão 2008) após processamento dos dados. Os resultados apontam para os aspectos positivos da atividade pedagógica como favorável ao estímulo dos alunos para a prática empreendedora e sua maior valorização local bem como da boa receptividade dos mesmos. Em conclusão, foi possível constatar os benefícios da atividade acadêmica não só para a vida pessoal dos alunos como também para uma nova concepção de sala de aula voltada para a promoção de profissionais compromissados com a repercussão social e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento Local. Curso de Administração. UFPI.

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora Assistente I da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Educação Superior: reflexão sobre a postura docente no processo ensino-aprendizagem

Lucilene Leite Mourão¹
Luciana de Sousa²
Jeiel Maira Lucena da Silva³

Aborda-se neste estudo a postura do docente que atua no âmbito da Educação Superior, identificando os aspectos que interferem no desenvolvimento da prática docente. O interesse pela temática surgiu da necessidade em compreender as possibilidades de atuação do docente através de uma postura reflexiva da prática profissional, buscando identificar a postura que se espera de um docente do ensino superior no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, buscou-se definir concepções e conceitos relacionados ao exercício da docência no âmbito da Educação Superior; relacionar competências e habilidades necessárias à prática da Docência Superior, identificando aspectos que afetam no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e sistematizar recomendações direcionadas a otimização do processo de ensino e aprendizagem, no âmbito da educação superior, envolvendo a prática docente. A investigação teve natureza qualitativa do tipo, descritiva, analítica, bibliográfica e de campo no curso de pós-graduação em Docência Superior da Faculdade Santo Agostinho, período 2010/2011. Mediante os dados coletados através de questionário aos sujeitos, concluiu-se que o docente do ensino superior deve manter uma postura motivadora que contenha credibilidade, desempenho, estilo e conteúdo, aceitando a multiplicidade de culturas, de valores e de representações explorando-as positivamente em conjunto, buscando contribuir sempre para a utilização pedagógica adequada e a construção do relacionamento amigável com os alunos, de forma que possa encorajá-los diante das dificuldades encontradas durante o curso.

Palavras-chave: Prática Docente. Ensino. Aprendizagem.

¹ Bacharel Administração de Negócios e graduanda em Especialização da Docência do Ensino Superior (FSA) Email: Cilene.mourao@hotmail.com

² Bacharel Ciências Contábeis e graduanda em Especialização da Docência do Ensino Superior- FSA. Email: lucianadesousa@yahoo.com.br

³ Pedagoga pela UFPI; Especialista em Educação Continuada e a Distância (UnB); Mestre em Educação (UFC); Docente Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: jeielucena@yahoo.com.br

Leitura e Escrita nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Realidade da Escola Municipal

Professora Zoraide Almeida

Cisalpina Barbosa de Carvalho¹
Francisca Aparecida Ribeiro Caland²
Rosália Maria Carvalho Mourão³

A aprendizagem é um dos aspectos relevantes na vida do ser humano. No entanto, os estudos têm mostrado muitas dificuldades ocorridas no processo de escolarização. Considerando que a leitura e escrita são fundamentais nesse processo, este estudo tem como objetivo analisar as práticas de leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental para identificar e compreender as dificuldades dos alunos da Escola Professora Zoraide Almeida, enfatizando as suas causas e a importância da família no processo de aprendizagem na leitura e escrita. Para melhor compreender o sentido real do que é ler e escrever, os autores Smith (2001), Silva (2005), Ferreiro (1999), (2004), Solé (1998), Araújo (2008), Mary Kato (2004), Garcia (2008), Freire (2001) e Lerner (2002), dentre outros foram de grande importância para a construção do estudo teórico. Inicialmente, realizou-se a pesquisa bibliográfica referenciada nos autores acima; em outro momento, a pesquisa de campo, utilizando como instrumentos de coleta de dados a observação direta e o questionário estruturado não disfarçado e o não estruturado. Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por professores, gestor, alunos, e mães de aluno. Os resultados encontrados apontam como fatores que contribuem para dificuldade de leitura e escrita: a falta de um bom planejamento das aulas; a ausência de acompanhamento da família; fatores econômicos familiar; falta de investimentos por parte dos governantes e que interferem na qualidade da educação; aulas sem nenhuma atratividade e problemas na avaliação. Ainda como resultado da pesquisa de campo, verificou-se que existe uma grande inquietação desses profissionais no sentido de procurar solucionar estes problemas. Assim, considerou-se que o estudo trouxe respostas satisfatórias para o questionamento a respeito das dificuldades de leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Prática docente.

1. Graduada em Pedagogia – Faculdade Santo Agostinho
2. Professora co-orientadora e docente da Faculdade Santo Agostinho
3. Professora orientadora e docente da Faculdade Santo Agostinho

Academia Onírica: Poesia É Sonho Mastigado?

Emâni Getirana de Lima²

Na história da literatura, notadamente no gênero poesia, os coletivos de escritores são uma constante. Escolas e movimentos literários significativos tiveram sua origem e evolução a partir desses coletivos. Nessa trilha, o autodenominado coletivo Academia Onírica (AO), composto por poetas, prosadores, músicos e artistas gráficos, desponta atualmente como um dos grupos mais atuantes na cena cultural teresinense. O lançamento geminado do primeiro número da revista de mesmo nome e do CD “Veículo QSP (Quantidade Suficiente Para), em junho de 2011, a veiculação de conteúdos pela internet, o microfanzine ‘Poesia Tarja Preta’ e as performances dos oníricos compõem um todo de atividades que não apenas demarcam território (no espaço real e virtual), como também criam expectativas em torno da AO, chamando, inclusive, a atenção da crítica especializada. O artigo faz uso de elementos do método comparativo de Durkheim (1999) e com base nos conceitos de Freud (1979) e de Gil (1978) acerca do sonho e de ‘pares de opostos’, respectivamente, pontua elementos aparentemente paradoxais contidos na matriz continuidade/ruptura geradora do fazer literário dos oníricos.

Palavras-chave: Academia Onírica. Poesia. Continuidade e ruptura.

1 O presente artigo tem financiamento do ‘Projeto Tenda da Cruviana’, e fará parte de um livro com outros artigos a ser publicado futuramente.
2 Coordenador do Curso de Letras/Português no Pólo da UESPI de Pedro II. Mestre em Políticas Públicas pela UFPPI, Especialista em Linguística pela FSA, Especialista em Gestão Escolar pela UFRJ, graduado em Letras pela UFPPI. E-mail ernani1918@hotmail.com

Educação à Distância: os Prós da sua Evolução

Kelly Cristina Pereira Figueiredo¹
 Ágela Maria Pereira da Silva²
 Layane Bastos dos Santos³

Estamos vivendo na era da informatização e nada mais interessante que a educação também se rendesse a essa revolução da informação na era digital. As mudanças de paradigmas que a informatização trouxe para a Educação a Distância só vieram a somar com as mídias já existentes. Atualmente o ensino a distância abrange um vasto campo da educação, e que pode ser visto sob vários ângulos e olhares. Um dos principais benefícios que este sistema de ensino trouxe para a sociedade em geral, foi a universalização do ensino e a possibilidade de adequação das necessidades e dificuldades em relação a permanência na escola, passando por barreiras como acesso a sala de aula, problemas financeiros/emocionais, e possibilitando independência para estudar de acordo com o tempo que é disponível a quem deseja essa descoberta. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a conceituação e o histórico da educação a distância, explicitando as suas características e os elementos que a constituem, à medida que as inovações vão sendo acrescentadas ao cenário educacional e sendo utilizadas para aperfeiçoar as metodologias, as práticas tutoriais, além de alcançar um contingente cada vez maior de adeptos que optam por ingressar nesta modalidade que contribuiu muito para a democratização e universalização do ensino. Concluiu-se que A combinação educação, informatização e tecnologias, chegou onde poucos esperavam, mas onde todos nós gostaríamos que a educação, seja presencial ou a distância chegasse, aos lugares mais inacessíveis, às pessoas menos favorecidas, enfim, a promoção da democratização do ensino.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tecnologias Educacionais. Planejamento. Tutoria.

1. Estudante Unitaú.
 2. Estudante Unitaú.
 3. Professora Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Alfabetização e Aquisição da Linguagem: um Estudo Sobre a Concepção de Professores Alfabetizadores da Cidade de Teresina-Piauí acerca do Processo de Aquisição da Linguagem

Layane Bastos dos Santos¹
 Maria Dalva França Carvalho²

A Psicolinguística é uma ciência caracterizada pelas relações entre a Psicologia e a Linguística, e tem como objeto de estudo a intersecção entre o processamento e a aquisição da linguagem e mecanismos cognitivos. O processo de aquisição da linguagem tem sido um dos principais focos de estudo da Psicolinguística moderna. Nesse contexto, o papel do professor alfabetizador, pelo seu papel de mediador educacional no processo de apropriação da língua materna, torna-se um relevante objeto de estudo. O presente trabalho objetiva portanto, conhecer e analisar as concepções acerca da aquisição da linguagem dos professores que trabalham com alfabetização. Para isso, utilizou-se como método, uma pesquisa de campo realizada em uma escola que trabalha com ensino fundamental e médio na cidade de Teresina-Piauí. Fez-se uso de uma amostra de dez professores que lidam diretamente com a alfabetização e como instrumento de coleta de dados, aplicou-se uma entrevista semi-estruturada. Com os resultados obtidos, concluiu-se que a maior parte dos professores possui uma concepção sócio - histórica da aquisição da linguagem. De acordo com o corpus do trabalho, também observou-se algumas contradições entre o conhecimento e a prática em sala de aula adotada por alguns professores, que, em sua maior parte ainda são muito tradicionais. Ainda assim, percebe-se que os professores têm conhecimento da importância do uso de metodologias que foquem o aluno como sujeito ativo do processo são relevantes na aquisição da linguagem oral e escrita. As conclusões também apontam a necessidade de mais pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: Psicolinguística. Aquisição da linguagem. Alfabetização.

1 Estudante de jornalismo na UFMA, formada em Psicologia pela Uespi.
 2. Professora Mestre em Educação na Universidade Federal do Piauí

A Inclusão no Ensino Superior

Luciana de Sousa¹

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência numa IES depende, não apenas das possibilidades de se conseguir progressos significativos provenientes das práticas pedagógicas convenientes à diversidade dos mesmos, mas principalmente da adequação, no que se refere aos instrumentos, equipamentos e espaço físico à acessibilidade desses alunos. Neste contexto este estudo aborda a Inclusão na Educação Superior numa perspectiva da deficiência e acessibilidade nas IES, tendo como objeto de estudo a formação docente e as ações das Instituições de Ensino Superior para receber alunos com necessidades especiais (NEE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com coleta de dados bibliográfica, por meio de publicações em jornais, revistas e Internet através de fundamentação teórica de estudiosos que relatam experiências e práticas relativas ao tema. Mediante os autores pesquisados e análise e interpretação dos dados percebe-se que cresce, consideravelmente, o número de alunos portadores de necessidades especiais que ingressam nas IES e que a participação e permanência deles dependem de ações envolvendo o planejamento, organização e qualidade de recursos e serviços de forma a atender suas necessidades educacionais e de acessibilidade.

Palavra-chave: Inclusão. Ensino Superior. Acessibilidade.

1. Especializanda em Docência do Ensino Superior - FSA/2011. Te-PI. lucianadesousa@yahoo.com.br

Uma Abordagem sobre as Diferentes Concepções na Educação do Surdo

Luzia Almeida da Conceição¹
 Maria do Perpétuo Socorro Batista Teles²

A educação de surdos tem sido um grande desafio ao longo dos séculos exigindo dos educadores propostas diferenciadas nesse processo. É possível perceber ao longo da história mais especificamente a partir do século XVI, onde se começa a admitir a possibilidade do surdo ser educado, o desenvolvimento de diferentes abordagens no processo educacional do surdo. O presente artigo tem como objetivo discorrer um pouco sobre as diferentes filosofias educacionais utilizadas na educação do surdo a partir do século XVI, e quais suas contribuições e implicações no processo educacional do surdo, focalizando principalmente na filosofia oralista, filosofia da comunicação total e o bilingüismo, destacando dentro do bilingüismo a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como outro grande desafio para os educadores nos dias atuais. Para a elaboração deste trabalho foram estudados os seguintes autores: ANTUNES (2008), GOLDFELD (2002), GOÈS (2002), QUADROS (2004), CASTRO (2009), FELIPE (2004), CARVALHO (2008), REDONDO (2001), FACION (2008).

Palavra-chave: Educação. Surdez. Educação Inclusiva. Libras.

1 Estudante de jornalismo na UFMA, formada em Psicologia pela Uespi.

2. Professora Mestre em Educação na Universidade Federal do Piauí

As Práticas Docentes no Centro Educacional Masculino e a Aprendizagem Significativa: Um Novo Olhar Sobre a Associação Juventude e Violência

Diane Cardoso de Alcântara
Otoniel d'Oliveira Chagas Bisneto
Orientadora: Jovina da Silva¹

O presente estudo tem por objetivo investigar uma prática pedagógica que possibilite a desconstrução da associação juventude e violência a partir da facilitação do processo de aprendizagem significativa revelando ao professor, que trabalha com o jovem privado de liberdade, a promoção de práticas que desconstruam valores depreciativos da dignidade humana e que construam valores para elevação da autoestima de docentes e discentes. Para a consecução do trabalho, além de uma pesquisa bibliográfica, utilizou-se um roteiro de entrevistas e observação cujos dados coletados foram analisados segundo orientações de Laurence Bardin. Os estudos foram norteados por Rogers (1997), Malvasi; Trassi (2010), Morin (2003), Costa (2006), Freire (1996), Minayo (2007) e Bardin (2009). Pode-se constatar a necessidade de uma capacitação específica para dar suporte a prática pedagógica com jovens privados de liberdade. Os resultados obtidos permitiram a elaboração de proposições para um aprendizado significativo e desconstrução da associação juventude e violência no Centro Educacional Masculino em Teresina (PI).

Palavras-chave: Aprendizagem significativa. Medida socioeducativa. Prática docente. Juventude. Violência.

¹Psicóloga (FSA), Especialista em Psicologia Jurídica (UNIFOR), Pós graduanda em Docência do Ensino Superior (FSA).

²Capitão da Polícia Militar, bacharel em Jornalismo (UFPI), Segurança Pública (UEMA) e Direito (FSA), Especialista em Gestão de Segurança Pública, Pós graduando em Docência do Ensino Superior (FSA).

³ Professora da FSA, Coordenadora do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior (FSA).

Os Professores e sua Formação: Retratos da Reflexividade na Prática Docente

Rosanne Pereira de Sousa Correia ¹
Rosângela Pereira de Sousa ²

A formação de professores como prática reflexiva tem-se constituído como um novo caminho e uma maneira de superar os modelos da racionalidade técnica, promovendo assim a melhoria da prática educativa. Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que objetivou uma abordagem dissertativo-analítica da prática docente reflexiva, no âmbito da formação de professores evidenciando como se constitui o fazer do professor e seus reflexos na ação docente. O estudo foi orientado por diversos autores como Pimenta (2005), Tardif (2002), Schön (2000), Nóvoa (1995), Giroux (1995), Imbernón (2009), Brzezinski (2002), Contreras (2002), dentre outros. Assim, a relevância deste trabalho se constituiu numa perspectiva inovadora da práxis reflexiva e desemboca numa nova possibilidade de formação docente por meio da reflexividade e o rompimento com o paradigma da racionalidade técnica.

Palavras-chave: Formação de professores. Prática docente. Reflexividade.

¹Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Pós-graduação em Gestão e Supervisão de Sistemas Empresariais e Educacionais com docência do Ensino Superior e Mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

² Graduação em Letras Portuguesas, Especialista em Linguística e Mestre em Educação. Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Coordenadora do Curso de Letras Portuguesas e Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Literários, do Campus Clóvis Moura em Teresina – PI.

A Cultura de Paz Como Objeto da Sociologia da Educação

Maria do Socorro Moura Costa¹

Este texto busca trabalhar a Cultura de Paz na perspectiva da Sociologia da Educação. Nesse sentido, apresenta a intercessão entre os ramos da Sociologia, adequando-os ao escopo do trabalho. A análise se inicia considerando a necessidade de inserção de conceitos caros à Sociologia no entendimento da problemática onde uma cultura voltada para a paz se insere, como a noção de socialização. Enquanto processo de integração dos indivíduos à sociedade ou grupo de que fazem parte, a socialização não ocorre em um só espaço de sociabilidade. Ao contrário disso, impõe-se nos mais diferentes espaços, dentre os quais emerge sobremaneira, pela especificidade de sua função, a escola. Por meio de revisão bibliográfica, a partir da literatura sobre o tema ora em foco (E. Durkheim, P. Berger, B. Berger, P. Corcuff, B. Lahire, N. Elias, P. C. Fraga, J. A. Iulanelli, M. Abramovay, R. Ortega e R. Rey), de modo breve são apresentadas as contribuições teóricas acerca do conceito de socialização e as possibilidades das diferentes sociologias pensarem a educação como processo fundamental dessa. A intenção é propor a utilização de diferentes abordagens metodológicas na orientação do objeto pesquisado e a exposição de alguns aspectos da sociologia propositiva sobre a Cultura de Paz.

Palavras-chave: Cultura de Paz. Educação. Socialização. Sociologias. Sociologia da Educação.

¹ Socióloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e Professora da Faculdade Santo Agostinho- FSA

Ensaio Sobre Cultura de Paz e Diversidade: Um Desafio Para a Educação

Maria do Socorro Moura Costa¹

O presente trabalho tem como objetivo fazer um ensaio sobre um dos aspectos fundamentais da Cultura de Paz, a tolerância manifesta na aceitação da diversidade, com vistas a tratar científica e racionalmente a problemática da violência, dentro e fora do espaço escolar. Inicialmente busca-se trabalhar conceitual e historicamente o fenômeno da violência, caracterizando-o a partir de um dado concreto e universal, e posteriormente, introduz-se a preocupação das instituições, notadamente da escola, no processo de debelamento daquele que se configura o maior problema que assola a sociedade hoje. No sentido de esclarecer sobre a temática, foram citadas as contribuições da literatura (M. Abramovay, M.G. Rua et al, V.M. Candau, H.H. Costa, N. , M. T. Maldonado, K. S. Matos et al , N. Odalia e P. Perrenoud). A pesquisa realizada indica ainda que é necessário além da participação efetiva de todas as instituições sociais, como a família, a religião e o Estado, a interdisciplinaridade na busca de compreender e apresentar sugestões de cunho prático.

Palavras-chave: Cultura de Paz. Diversidade. Escola. Violência.

¹ Socióloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e Professora da Faculdade Santo Agostinho- FSA

A Influência das Práticas Pedagógicas na Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Anália Kristinna Dourado Venâncio Rodrigues
Aline Maria Dourado Rodrigues
Antonio Glauber Alves Oliveira

Os Movimentos sociais têm afirmado que a escola ou os processos educativos escolares como uma mediação importante na construção de seu projeto político e educativo. A escola tem o exercício pedagógico de compreender os aprendizados humanos produzidos na vivência da luta social e da organização e incorporá-las na reflexão pedagógica da educação escolar. No campo das múltiplas dimensões da prática pedagógica (metodologia, avaliação, concepção de educação e de escola), as características conjunturais e estruturais da sociedade são fundamentais para o entendimento da escola. O presente artigo investiga a caracterização das práticas pedagógicas nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este estudo analisa a influência da prática pedagógica no espaço escolar em assentamento sem terra em Luzilândia-PI. O processo teórico-metodológico ocorreu através de pesquisa de campo (observação diagnóstica da escola) e entrevista do diretor. O relato dos aspectos da prática pedagógica permite visualizar que a inserção da educação no campo na agenda política é bem recente no município, mas os envolvidos da escola consideram esse espaço como de formação e transformação da mesma com valores de solidariedade e companheirismo. As conclusões dessa pesquisa foram satisfatórias, com a colaboração dos pesquisados para a conclusão de que, as práticas pedagógicas propiciam a ampliação da formação humana e da dignidade da pessoa.

Palavras-chave: Escola. Práticas pedagógicas. MST.

1 Licenciada em Pedagogia pela UESPI (Universidade Estadual do Piauí) e Especialista em Supervisão Escolar pela UFPI (Universidade Federal do Piauí).

2 Acadêmica de Medicina Veterinária da UFPI (Universidade Federal do Piauí).

3 Mestre em Sociologia, orientador da pesquisa e professor assistente pela UESPI (Universidade Estadual do Piauí).

Ludicidade: O Jogo como Motivação para Estimular o Desenvolvimento Infantil

Dienyfe Daniele Moreira Santos
Maria Do Espirito Santo Pereira Borges
Wanderlândia Aragão

Este artigo objetiva coletar dados que demonstre a importância das atividades lúdicas na alfabetização, visto que jogos e brincadeiras são, conforme os estudiosos, experiências efetivas que se correlacionam ao ambiente e devem ser aplicadas nas crianças em fase escolar. Busca respaldo teórico para sustentação das idéias, reflexões e conceitos em expressivos autores que abordam esta temática. As idéias contidas no presente artigo permitem afirmar a existência de jogos e brincadeiras infantis que, se aplicadas com motivação e bem orientadas, certamente ajudarão no desenvolvimento da educação psicomotora e conseqüentemente, no desempenho escolar. O grande desafio do educador no processo dinâmico da aquisição de conhecimento é tornar a informação significativa e escolher informações verdadeiramente importantes para despertar o interesse dos alunos que hoje parecem tão dispersos, sem motivação, distantes do verdadeiro objetivo que o leva a escola. Diante do exposto, será que a ludicidade pode ser a ponte facilitadora desta aquisição de conhecimento do aluno? A conclusão final permite ressaltar os principais aspectos da pesquisa que certamente farão com que os educadores se sintam motivados para a realização de novos estudos e adquiram subsídios que favoreçam a construção de uma prática diferente daquela existente no cotidiano escolar, promovendo o crescimento individual e social dos envolvidos, no contexto da Educação Infantil.

Palavras-chave: Brincadeira. Desenvolvimento. Jogo.

resumo dos
trabalhos de
EDUCAÇÃO FÍSICA



Composição Corporal de Estudantes de 10 a 14 Anos de uma Escola Particular de Teresina-PI

Gabriella Pessoa Silveira¹
Maria Eliene Pereira de Oliveira¹
Philippe Jhonatas Borges de Oliveira¹
Francilene Batista Madeira²

A obesidade é considerada uma epidemia de saúde pública, que atinge tanto os adultos, quanto as crianças. Objetivou-se através desse estudo avaliar a composição corporal de escolares de uma Instituição particular de Teresina-PI, 2011. Realizou-se um estudo descritivo e transversal com uma amostra composta por 120 alunos com idades de 10 a 14 anos dos sexos masculino e feminino, de uma Instituição particular, da cidade de Teresina - PI. A avaliação antropométrica constou da mensuração da massa corporal, estatura e dobras cutâneas subescapular (SB) e tricipital (TR). Para a estimativa do percentual de gordura utilizou-se a equação proposta por Lohman (1986) e sua classificação de acordo com as categorias proposta por Lohman (1987). A análise estatística dos dados foi realizada utilizando-se o programa STATA, versão 9.0. Inicialmente foi realizada análise descritiva a partir dos valores médios e desvio padrão das variáveis quantitativas e distribuição de frequência das variáveis qualitativas. Logo após, estatística analítica, com a utilização do teste qui-quadrado, sendo considerados valores significativos de p-valor < 0,05. Observou-se que a média da estatura dos meninos foi maior do que das meninas e em relação às demais variáveis obtiveram média menor. A frequência de escolares com altos níveis de adiposidade foi de 26%, sendo 18% e 31%, dos meninos e meninas, respectivamente. O estudo evidenciou que não houve associação significativa (p-valor=0,135) entre a classificação do percentual de gordura e os sexos. Houve uma maior prevalência de sobrepeso/obesidade em escolares do sexo feminino, corroborando os achados na maioria das pesquisas.

Palavras-chave: Composição Corporal. Obesidade. Sobrepeso. Dobras Cutâneas.

¹ Graduandos do curso de Lic. Plena em Educação Física/UESPI.

² Professora Orientadora Mestre em Saúde Coletiva/UESPI.

Prevalência de Sobrepeso e Obesidade Entre Escolares das Redes Pública e Privada do Bairro Vermelha, Teresina – Pi.

Jucélia Moreira Lima Cornélio¹
Tarcila Machado Maciel¹
Francilene Batista Madeira.²

A obesidade é considerada uma epidemia de saúde pública, que atinge tanto os adultos, quanto as crianças. Este estudo teve como objetivo estimar a prevalência de sobrepeso e obesidade e sua associação com sexo, idade e rede de ensino, em estudantes de 7 a 14 anos de idade, da rede pública e particular do bairro Vermelha, Teresina – Piauí. Métodos: Realizou-se um estudo transversal, com uma amostra probabilística de 264 escolares matriculados em duas escolas, das redes pública e particular de ensino de Teresina, com idade entre 7 e 14 anos, dos sexos, masculino e feminino. Foram mensuradas a massa corporal e estatura. Para avaliação do sobrepeso/obesidade utilizou-se o Índice de Massa Corporal (IMC), classificado de acordo com o critério do IMC/idade, proposto por COLE et al. (2000). Utilizou-se frequência relativa para descrição das prevalências e média e desvio padrão para variáveis quantitativas. A análise da associação entre sobrepeso/obesidade e idade e sexo e rede de ensino foi verificada por meio do teste qui-quadrado. Resultado: A prevalência do sobrepeso foi de 7.2% e da obesidade 2.3% nos escolares pesquisados. A prevalência da obesidade, na rede pública de ensino (4.67%), foi maior que na rede particular (0.64%). O estudo encontrou associação significativa entre sobrepeso/obesidade e redes de ensino ($p=0.009$), no entanto, não encontrou associação significativa com sexo ($p=0.146$) e idade ($p=0.577$). O estudo evidenciou maior prevalência de sobrepeso/obesidade em escolares da rede pública de ensino, contrariando os achados na maioria das pesquisas.

Palavras-chave: Obesidade. Sobrepeso. Escolares. Índice de Massa Corporal (IMC).

¹ 1 Graduanças do curso de Lic.Plena Educação Física/UESPI.

² Professora Orientadora Mestre em Saúde Coletiva/UESPI.

Nível de Atividade Física e Sua Associação Com a Obesidade Abdominal em Servidores Técnicos da Uespi

Gabriela Pessoa Silveira¹
Maria Eliene Pereira de Oliveira¹
Philippe Jhonatas Borges de Oliveira¹
Francilene Batista Madeira.²

O sedentarismo, fator de risco para doenças crônicas, apresenta prevalência elevada em vários países. Objetivou-se através deste estudo analisar a associação entre o nível de atividade física (NAF) e a obesidade abdominal em servidores técnicos da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Realizou-se um estudo descritivo e transversal, com uma amostra de 71 servidores da UESPI, de ambos os sexos, na faixa etária de 20 a 64 anos. Foram aferidos massa corporal, estatura e circunferência da cintura (CC). A obesidade abdominal foi considerada quando $CC = 80$ para mulheres e $= 94$ para homens. O questionário utilizado para determinar o nível de atividade física foi a versão 8 do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) na forma curta. Utilizou-se o ponto de corte de: > 150 minutos (ativo). Utilizou-se estatística descritiva com distribuição de frequência das variáveis qualitativas e média e desvio padrão das quantitativas e analisou-se a associação entre variáveis por meio do teste qui-quadrado (p -valor $< 0,05$). A prevalência do sedentarismo no lazer foi de 46,5% sendo mais freqüente em homens 59,4%. A prevalência de obesidade abdominal foi de 26,8%, sendo 31,2% e 23,8% em homens e mulheres, respectivamente. Viver com companheiro esteve associado significativamente com nível de atividade física (p – valor = 0,024). Não houve associação significativa entre NAF e CC (p -valor $< 0,05$). O estudo mostrou alta prevalência de sedentarismo na população estudada, revelando a necessidade de intervenção, tendo em vista a associação do sedentarismo com as doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo.

Palavras-chave: Nível de atividade física. Obesidade/sobrepeso. Circunferência da Cintura.

¹ Graduanças do curso de Lic.Plena Educação Física/UESPI.

² Professora Orientadora Mestre em Saúde Coletiva/UESPI.

resumo dos trabalhos de ENFERMAGEM



TERESINA-PI

Situações Estressoras Vivenciadas por Mulheres que Trabalham na Enfermagem da Estratégia Saúde da Família de Teresina - Pi

Camila Leyelle Sousa Neves¹
Anna Flávia Ramos Oliveira²
Gislane de Sousa Rodrigues²
Alaine Maria Costa²
Francisca das Chagas de Jesus Soares^{1,2}
Nara Silva Soares³

Para compreensão da qualidade de vida da mulher há um agrupamento de fatores relacionados, como segurança, conforto, lazer, plano de cargos e salários. A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa atuar em ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde direcionando-se de maneira integral e continuada. Nessa conjuntura estão inseridas as profissionais que compõem a equipe da ESF, vulneráveis a situações estressoras que possam comprometer a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Objetivou-se descrever as situações estressoras vivenciadas por enfermeiras e técnicas de enfermagem na ESF, e analisar as dificuldades emocionais vivenciadas por elas. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, realizado nas equipes Estratégia Saúde da Família, localizadas na zona Norte da cidade de Teresina – PI. Realizou-se entrevistas semi-estruturadas, de forma direta, registradas em gravador portátil MP4 com a finalidade de reproduzir fidedignamente as falas dos sujeitos. Após obtenção das informações, transcreveu-se as entrevistas e analisou-se o conteúdo, estruturando-o por similaridade das respostas através da categorização. Constatou-se que as dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem são infra-estrutura de trabalho precária, importância do relacionamento equipe/paciente, sentimento advindo da não resolução dos problemas, jornada de trabalho excessiva e papel mãe/mulher. Com essas limitações, surge o esgotamento profissional que provoca sobrecarga física e mental. O estudo revelou que embora o processo de trabalho no âmbito da saúde coletiva acometa momentos de sobrecarga e introduza determinantes que limitam a assistência condizente com as necessidades, observa-se que as profissionais elaboram meios para ofertar uma assistência qualificada aos usuários.

Palavras-chave: Enfermagem. Esgotamento profissional. Programa Saúde da Família.

¹ Acadêmica do 8º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí. Telefone: (86)94435013. Email: mylaley@hotmail.com.

² Acadêmica do 8º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

³ Enfermeira Especialista. Professora de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

Risco de Desnutrição em Pacientes Hospitalizados em uma Unidade de Terapia Intensiva¹

Cleideomar Oliveira Rodrigues²
Iracema Lopes Dos Santos Lima²

A condição clínica mais agravante em potencial na Unidade de Terapia Intensiva é a desnutrição, que necessita de um aporte nutricional adequado para que não aconteçam alterações no estado nutricional dos pacientes críticos. A enfermagem tem papel fundamental na realização de procedimentos não-invasivos na prevenção e tratamento de tal condição clínica. O objetivo do estudo foi avaliar o risco de desnutrição em pacientes hospitalizados em uma Unidade de Terapia Intensiva. A pesquisa foi um estudo de natureza quantitativa, com delineamento transversal, em uma Unidade de Terapia Intensiva de um hospital público de Teresina (Piauí), sendo composta por uma amostra de 15 pacientes, de ambos os sexos e faixa etária entre 20 e 84 anos. A coleta foi realizada pelo instrumento denominado Avaliação Subjetiva Global. A análise de dados foi realizada por meio de um banco de dados construído no Programa Epi-info, com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os resultados mostraram que os pacientes avaliados apresentavam nível de desnutrição, segundo índice de massa corporal e percentual de circunferência de perda de peso, com uma predominância maior para o sexo masculino. Houve um maior destaque para as doenças cardiovasculares (ICC) com 27%. Vale ressaltar ainda, uma prevalência elevada de perda peso acima de 10%, podendo relacionar ao quadro de diarreia de 73,30% dos pacientes estudados, depleção de leve a moderada de massa muscular, representado pelo músculo estriado (60,00%) e mudança de dietas para os 40,00% dos pacientes. Assim, concluiu-se que os pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva apresentavam certo risco nutricional, destacado por uma desnutrição moderada na antropometria, ressaltando a importância do uso da Avaliação subjetiva global para o enfermeiro detectar precocemente risco de desnutrição e proceder com os cuidados de prevenção da desnutrição e suas complicações.

Palavras-chave: Enfermagem. Desnutrição. Unidade de Terapia intensiva. Avaliação Subjetiva Global.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Banca Examinadora da Faculdade Santo Agostinho – FSA, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem

² Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí

³ Professora Orientadora do trabalho, integrante do corpo docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

Educação Sexual Para Adolescentes: Ações do Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família de Teresina

Francisca das Chagas de Jesus Soares¹
Heliane dos Santos Silva Brito²
Rodrigues, Gislane de Sousa²
Alaine Maria da Costa²
Camila Leyelle Sousa Neves²
Anna Flávia Ramos Oliveira²
Maria Noélia Melo Brandão³

A adolescência compreende a faixa etária entre 10 a 19 anos, e se caracteriza por ser um período de transição entre a infância e a idade adulta na qual ocorrem diversas transformações no indivíduo. Nesse contexto, a Enfermagem se destaca pelo contato direto e contínuo à comunidade, podendo atuar em práticas de Educação em saúde, especialmente na Estratégia Saúde da Família (ESF), cuja finalidade de implantação foi reorganizar a prática da assistência. Objetivou-se descrever ações desenvolvidas pelo Enfermeiro da ESF com adolescentes quanto à educação sexual e investigar aspectos que favoreçam ou não esta prática. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, qualitativo, realizado nas equipes ESF da regional sul do município de Teresina-PI. Realizou-se entrevista semi-estruturada, de forma direta, registrada em gravador portátil MP4 com a finalidade de reproduzir fidedignamente as falas dos sujeitos. Após transcrever as entrevistas, analisou-se e categorizou-se o conteúdo destas. Verificou-se que há fatores que interferem no desenvolvimento das ações realizadas pelo Enfermeiro da ESF no que tange à educação sexual com adolescentes, como estrutura física inadequada, inexistência de ações específicas ao adolescente, falta de capacitação profissional, resistência desse grupo, mitos e preconceitos. Constatou-se a necessidade de atenção das autoridades governamentais às políticas de saúde voltadas ao adolescente, que proporcionem subsídios aos profissionais para desenvolver habilidades no trabalho com essa clientela, e ao adolescente acesso a informações necessárias evitando riscos correlacionados as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e gravidez precoce. Revelou-se ainda, que mesmo com obstáculos, o profissional de Enfermagem vem cumprindo seu papel mediante a temática.

Palavras-chave: Adolescência. Educação sexual. Enfermagem.

¹ Acadêmica do 8º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

² Acadêmica do 8º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

³ Enfermeira Especialista. Professora de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho, Teresina, Piauí.

Reflexos da Esquizofrenia na Vida do Cuidador

Israel Coutinho Sampaio Lima; Cléidia Maria Alves Ribeiro
Liana Dantas da Costa e Silva
Laurimary Caminha Veloso
Maria Enoia Dantas da Costa e Silva²

A esquizofrenia é um dos principais problemas de saúde pública, sendo considerada uma doença crônico-degenerativa. Ela causa a desorganização mental, afetando assim a vida familiar e social do indivíduo. Configurando-se como uma doença invasiva na vida do cuidador, pois este perde sua individualidade, tendo que dedicar seu tempo exclusivamente a esse sujeito. O cuidador se sente sobrecarregado, demonstrando sentimentos de impotência e ansiedade pelo estresse causado pelo cuidar, o qual se traduz como uma obrigação e responsabilidade individual. O estudo teve como objetivo identificar e compreender a vivência do familiar cuidador da pessoa com esquizofrenia atendidas no CAPS II. É um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa realizado no CAPS II de Teresina-PI. Os sujeitos do estudo foram nove familiares cuidadores de pessoas com tal doença, que aceitaram participar do estudo, conforme a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual obedece às diretrizes e normas da Resolução n° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Os dados foram coletados no mês de abril de 2011, através de entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas e analisadas conforme a Análise de Conteúdo de Minayo. Foram identificadas quatro categorias, sendo que neste estudo apresenta-se o cuidado da pessoa com esquizofrenia na voz do familiar cuidador. Constatou-se que a esquizofrenia causa desgaste ao cuidador por ser difícil e unilateral o cuidar prestado. O cuidador demonstra medo de reincidência de novas crises, agressões e suicídio os quais podem ocorrer com o sujeito que vive com esquizofrenia.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Relações familiares. Psiquiatria.

1 Alunos do 8° período do curso de enfermagem da Faculdade Santo Agostinho;

2 Professora Especialista e orientadora da pesquisa (FSA);

3 Professora Mestre e co-orientadora da pesquisa (FSA);

4 Professora Mestre da FSA e Faculdade NOVAFAP

Visão do Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família sobre a Assistência ao Homem

Jocevana Nogueira e Silva¹
Maihara Gomes Leal¹
Maria Amélia de Oliveira Costa²

Neste estudo, apresenta-se a temática da assistência à saúde do homem na visão dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família de Teresina. A saúde masculina tem sido pouco abordada e discutida em contraposição à saúde da mulher, objeto de políticas públicas e de variadas investigações. Os homens não têm o hábito de agir de maneira preventiva e estão mais expostos aos agravos a saúde e conseqüentemente vivem menos que as mulheres e morrem em maior quantidade e mais cedo que a população feminina. O enfermeiro, enquanto membro da Estratégia Saúde da Família é um dos principais responsáveis a elaborar medidas que sejam capazes de atrair e inserir os homens nesse novo paradigma em saúde. Essa pesquisa teve como objetivo descrever a visão do enfermeiro da ESF sobre a assistência a saúde do homem em Teresina e compreender os desafios enfrentados pelos enfermeiros para a inserção desse público nas atividades de Atenção Básica. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e de campo com abordagem qualitativa realizado nas Unidades Básicas de Saúde da zona sul do município de Teresina-PI nos meses de abril e maio de 2011. Os sujeitos da pesquisa foram dezesseis enfermeiros da ESF atuantes há pelo menos três anos nestas Unidades que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a produção dos dados foram feitas entrevistas à partir de questões semi-estruturadas que posteriormente foram gravadas, transcritas e agrupadas em categorias sendo em seguida feita a análise de conteúdo. Os resultados mostram que os enfermeiros têm dificuldades em prestar a assistência ao homem visto que este não tem o hábito de agir de maneira preventiva devido principalmente a cultura masculina, onde o homem se considera forte e invulnerável e também devido à organização dos serviços de saúde, que de acordo com os depoentes o homem alega incompatibilidade de horário devido ao trabalho. Diante do exposto, esta pesquisa traz contribuições relevantes sobre a visão do enfermeiro da ESF relativa à assistência à saúde do homem em Teresina que poderão nortear reflexões futuras sobre a assistência a esse público que é muito desafiador.

Palavras-chave: Cuidado de Enfermagem. Estratégia Saúde da Família. Saúde do Homem.

1 Discentes do 8° período manhã do curso de Bacharelado em enfermagem da Faculdade Santo Agostinho. (FSA). Teresina – PI – Brasil.

2 Orientadora da pesquisa, enfermeira mestre em enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, professora da Faculdade Santo Agostinho (FSA), da Faculdade Integral Diferencial - FACID e da Faculdade de Ciências Médicas do Piauí (UESPI). Teresina – PI – Brasil.

Câncer de Colo do Útero: uma Revisão da Abordagem Terapêutica Com Uso da Quimioterapia

Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco¹
 Juliana Silva Leite²
 Eliana Silva Leite³
 Juliana Gomes Silva⁴

Realizou-se uma análise das produções científicas relacionada à temática, tratamento do câncer de colo do útero quanto às seguintes variáveis: Protocolo de quimioterapia utilizado, eventos adversos e assistência de enfermagem na quimioterapia no período entre 2000 a 2010. O levantamento bibliográfico ocorreu mediante a consulta nas bases de dados online: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no portal do Hospital São Marcos (Associação Piauiense de Combate ao Câncer). O estudo foi realizado utilizando-se os descritores: quimioterapia e câncer de colo do útero; antineoplásico e efeito secundário; quimioterapia e Assistência de enfermagem e enfermagem oncológica. Os resultados evidenciaram que o ano de 2008 concentrou a maioria das pesquisas com 16%. A abordagem quantitativa foi a mais freqüente com 48%. Verificou-se que 48% dos artigos selecionados para o estudo foram elaborados por enfermeiros. A droga mais utilizada com 56% foi a Cisplatina seguido do protocolo Cisplatina, Vincristina (21%). Os efeitos adversos apresentados pelo uso da Cisplatina incluem náuseas, vômitos severos e nefrotoxicidade. Os artigos referentes a categoria assistência de enfermagem na quimioterapia antineoplásica focalizavam principalmente os aspectos relacionados à assistência da mulher com câncer e sua família. O trabalho realizado permitiu identificar os agentes quimioterápicos amplamente usados no tratamento do câncer de colo do útero, bem como a necessidade de intervenções da enfermagem mais eficazes e efetivas durante o tratamento quimioterápico.

Palavras-chave: Câncer de colo do útero. Quimioterapia. Enfermagem oncológica.

¹ Farmacêutica. Mestrado e Doutorado em Produtos naturais e sintéticos bioativos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Docente da disciplina farmacologia nos cursos de Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia na Faculdade Santo Agostinho – FSA em Teresina-Pi.

² Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

³ Enfermeira. Graduada pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

⁴ Enfermeira. Graduada pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

Abordagem da Assistência de Enfermagem em pacientes hospitalizados com DPOC: uma revisão bibliográfica

Adriana Nunes Pinheiro¹
 Maria Clara Araujo Silva²

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) caracteriza-se pela limitação crônica ao fluxo de ar, causada por inflamação crônica dos brônquios (bronquite crônica) e/ou por perda da elasticidade do pulmão por enfisema pulmonar. Este estudo teve como objetivos conhecer a DPOC e apresentar como é realizada a abordagem da assistência de enfermagem aos pacientes hospitalizados desta patologia. Onde foi revista a literatura de 10 artigos dos anos de 1992 a 2010, publicados no banco de dados Scielo e Lilacs utilizando as palavras-chave: Enfermagem, assistência, doenças crônicas e DPOC. A partir da análise dos dados, foi constatado que o enfermeiro ao conhecer a patologia e as reais necessidades do paciente hospitalizado, consegue alimentar uma boa relação interpessoal prestando uma assistência eficaz, segura, competente, dentro dos padrões técnicos-científicos. Dessa maneira foi possível concluir que o enfermeiro é um profissional indispensável na recuperação do paciente portador da DPOC.

Palavras-chave: Enfermagem. Assistência. Doenças crônicas. DPOC.

¹ Acadêmica de Enfermagem do 5º período da faculdade Santo Agostinho. E-mail: clarasilva@hotmail.com;

² Professora formada pela UFPI. Especialista em morfologia pela UFPI. Mestre em desenvolvimento em meio ambiente. Doutoranda pela Unifesp e docente das Faculdades FSA e NOVAFAPI. E-mail: apinheiro@novafapi.com.br

Evidências Científicas Sobre os Fatores de Risco para o Sobrepeso e a Obesidade em Pré-Escolares no Brasil

Mikaelly Rodrigues de Resende ¹
 Willyane de Andrade Alvarenga ²
 Simone Santos e Silva ³
 Gilciara Naiara Santos ⁴
 Maria Enoia Dantas da Costa e Silva ⁵

Diante da importância de estudar a obesidade, que vem se manifestando cada vez mais precocemente e com consequências graves, surgiu este estudo com o objetivo de buscar e analisar a produção de evidências científicas disponíveis sobre os fatores determinantes e condicionantes para o sobrepeso e obesidade em pré-escolares no Brasil, a partir de levantamento sistematizado das publicações brasileiras no período de 2000 a 2010. Optou-se por uma revisão integrativa da literatura na base de dados Lilacs, sendo utilizadas como descritores as palavras: Obesidade, sobrepeso, pré-escolar e enfermagem. Utilizaram-se artigos na íntegra, publicados em periódicos brasileiros, que abordaram o tema e responderam à questão norteadora e como critérios de exclusão estiveram os artigos que não apresentasse resumos e sem o texto na íntegra Online. Os artigos estavam distribuídos em diversos periódicos nacionais e tiveram como cenário da pesquisa tanto escolas urbanas como o domicílio das crianças. O sobrepeso foi o problema nutricional mais prevalente entre os pré-escolares tanto de classe socioeconômica média e alta como de baixa, evidenciando a existência de uma transição nutricional no Brasil. A concepção de que o peso ao nascer poderia estar relacionado à ocorrência de obesidade na infância não mostrou valores significativos nos estudos e foi possível ressaltar que a amamentação ineficaz e uma condição socioeconômica deficiente podem favorecer o surgimento dessas doenças. Diante dos achados reforça-se a necessidade de mais estudos buscando a elucidação da gênese da obesidade em pré-escolares para que se possam adotar medidas preventivas e promotoras de saúde mais direcionadas e eficazes.

Palavras-chave: Obesidade. Pré-escolar. Enfermagem.

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho. Teresina-PI.
² Enfermeira. Pós-graduanda em Urgência e emergência. Faculdade NOVAFAP. Teresina-PI.
³ Enfermeira. Residente em Saúde da Mulher. IMIP, Recife-PE.
⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho. Teresina-PI.
⁵ Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente da Faculdade Santo Agostinho. Teresina-PI.

Enteroparasitoses em Gestantes Atendidas em uma Maternidade Pública de Teresina - PI ¹

Nathália de Melo Bezerra ²
 Maria Anadete Alves do Nascimento ²

As enteroparasitoses representam um grave problema de saúde pública. Estudos realizados nos últimos anos no Brasil apontam elevados níveis de prevalência destas infecções decorrentes principalmente da carência de saneamento básico associado à falta de medidas pessoais e sociais de higiene. Contudo, pouco se conhece sobre as possíveis consequências das parasitoses em gestantes e para o desenvolvimento fetal. No presente estudo procurou-se avaliar os fatores de risco e a prevalência das enteroparasitoses em 50 gestantes que realizaram o pré-natal na Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER) em Teresina-PI. As amostras de fezes foram obtidas no segundo trimestre de 2011 e analisadas através dos métodos de diagnósticos parasitológicos de Hoffman, Pons e Janer ou Lutz (HPJ). Os dados acerca dos fatores de risco foram fornecidos pelas gestantes, através de um questionário. A maior prevalência de enteroparasitoses encontrada foi em gestantes de terceiro mês gestacional, que possuíam escolaridade fundamental incompleta. Das 50 amostras analisadas 28 (56%) foram positivas para pelo menos um tipo de helminto ou protozoário. *Ascaris lumbricoides* foi a espécie mais prevalente (35,7%) seguida do protozoário *Entamoeba coli* (21,4%). Dentre 28 pacientes analisadas, 8 (28%) apresentaram poliparasitismo. Houve associação estatisticamente significativa entre enteroparasitoses e gestantes provenientes da zona rural. A presença de animal doméstico e frequência de parasitas intestinais na família, também foram fatores de risco estatisticamente significativo para prevalência de enteroparasitoses nas gestantes estudadas. Concluiu-se que precárias condições higiênico-sanitárias da residência, das pessoas e do ambiente podem contribuir de forma significativa para uma maior incidência de enteroparasitoses nas gestantes.

Palavras-chave: Enteroparasitoses. Gestantes. Epidemiologia. Prevalência.

¹ Monografia submetida a Faculdade Aliança como parte dos Requisitos Necessários Para Obtenção do Grau de Bacharel em Biomedicina.
² Bacharéis em Biomedicina pela Faculdade Aliança

Sexualidade na Terceira Idade: um Estudo Bibliográfico

Aline Raquel de Sousa
 Larissa Vanessa Ferreira Memória
 Márcia Astres Fernades
 Mariza Márcia Rodrigues Gomes
 Maria Julia do Nascimento Carvalho
 Nayana Soares Santos

Diante da importância de estudar a obesidade, que vem se manifestando cada vez mais precocemente e com consequências graves, surgiu este estudo com o objetivo de buscar e analisar a produção de evidências científicas disponíveis sobre os fatores determinantes e condicionantes para o sobrepeso e obesidade em pré-escolares no Brasil, a partir de levantamento sistematizado das publicações brasileiras no período de 2000 a 2010. Optou-se por uma revisão integrativa da literatura na base de dados Lilacs, sendo utilizadas como descritores as palavras: Obesidade, sobrepeso, pré-escolar e enfermagem. Utilizaram-se artigos na íntegra, publicados em periódicos brasileiros, que abordaram o tema e responderam à questão norteadora e como critérios de exclusão estiveram os artigos que não apresentasse resumos e sem o texto na íntegra Online. Os artigos estavam distribuídos em diversos periódicos nacionais e tiveram como cenário da pesquisa tanto escolas urbanas como o domicílio das crianças. O sobrepeso foi o problema nutricional mais prevalente entre os pré-escolares tanto de classe socioeconômica média e alta como de baixa, evidenciando a existência de uma transição nutricional no Brasil. A concepção de que o peso ao nascer poderia estar relacionado à ocorrência de obesidade na infância não mostrou valores significativos nos estudos e foi possível ressaltar que a amamentação ineficaz e uma condição socioeconômica deficiente podem favorecer o surgimento dessas doenças. Diante dos achados reforça-se a necessidade de mais estudos buscando a elucidação da gênese da obesidade em pré-escolares para que se possam adotar medidas preventivas e promotoras de saúde mais direcionadas e eficazes.

Palavras-chave: Obesidade. Pré-escolar. Enfermagem.

Índice de Hipertensos no município de Piripiri e prevalência por gênero e medicamentos prescritos no tratamento da Hipertensão Arterial, ano de 2010

Vantuiria Fernandes Costa¹
 Patrícia Dias de Oliveira¹
 Juliana Araújo Paiva¹
 Claudene Teles Lima¹
 Jovenilia Alves de Oliveira Monteiro¹
 Karina Maria Silva¹
 Flavia Maria da Silva Andrade²

A Hipertensão Arterial é uma doença cardiovascular que atinge no Brasil 23,01% e no município de Piripiri, ano 2010 apresenta 8%. Este estudo teve como objetivo identificar a taxa de hipertensão arterial (HA) e classificar o gênero com maior prevalência de HA no município referidos no Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos – HIPERDIA, no município de Piripiri-Pi no ano de 2010. Identificar os medicamentos mais utilizados para o controle da patologia, ressaltando a importância da multiprofissionalidade e a prestação do serviço de enfermagem. Estudo transversal, de base populacional, com dados estratificados da Secretaria Municipal de Saúde-SMS e Ministério da Saúde analisados nas 23 Unidades de Saúde da Família do Município. O total de habitantes no ano de 2010 é de 59.714, sendo 6.568 habitantes portadores de HA tendo uma média de 285 hipertensos, sendo 67% de mulheres e 33% homens tendo como fármacos mais utilizados foram captopril, hidroclorotiazida e propranolol. A HA atinge patamares que demonstram a necessidade de intervenção imediata da Saúde Pública, tanto na atenção em saúde como na tomada de medidas preventivas que visem à abordagem global dos fatores de risco para doenças cardiovasculares.

Palavras-chave: Hipertensão. Prevalência. Piripiri.

¹ Acadêmica de Enfermagem da Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI)

² Graduada em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

³ Orientadora, Enfermeira do CAPS-AD de Piripiri-PI, docente do Curso de Enfermagem da CHRISFAPI.

⁴ Co-orientadora, Bacharelada em Enfermagem, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

As Principais Ações Realizadas no Combate a Incidência de Infecção Hospitalar

Marcus Vinícius Gonçalo de Sousa¹
 Assulidade Linhares Bezerra¹
 Cláudia Marques Viana¹
 Naelson Soares da Silva²
 Nielson Valério Ribeiro Pinto¹
 Francisco Honeidy Carvalho Azevedo³

Introdução: Infecção Hospitalar (IH) é um problema em saúde pública na qual deve ser tratada em altíssimo nível de consideração em prol do interesse e benefício da promoção de saúde. **Objetivo:** Em vista desta perspectiva este trabalho advoga como propósito objetivo o levantamento do conhecimento produzido colocando em foco as principais ações realizadas com vista à redução máxima possível sobre a incidência de infecções hospitalares e então poder desmitificar detalhes propondo um esclarecimento sobre demasiados fatores. **Material e Métodos:** Assim efetuou-se uma pesquisa bibliográfica sobre importantes dados relevantes provenientes do banco de dados (SciELO) e livros. **Resultados e discussão:** Contudo, é possível entender o quão tanto complexo é a problemática em análise, pois muitos detalhes merecem interesse e atenção, assim como a tamanha importância que se é atribuída a esta questão, afinal os resultados apontam inúmeras ações e o nítido interesse de controle pelas organizações de saúde. **Conclusão:** Concluímos enfatizando que a proporção da ocorrência de IH é bastante significativa, o bom cuidado pode ainda não ser o suficiente. Frente às evidências o indivíduo está propício sobre os mínimos detalhes e um bom conhecimento do profissional de enfermagem e de todos os profissionais da área da saúde torna-se essencial nos cuidados prestados ao paciente em vista da melhor assistência.

Palavras-chave: Infecção Hospitalar. Controle de Infecção. Enfermagem.

¹ Acadêmico de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho - (FSA);
² Acadêmico de Enfermagem do Centro de Ensino Unificado de Teresina – (CEUT);
³ Professor Msc. Titular da disciplina de Microbiologia e Imunologia – (FSA).

Os Riscos Ocupacionais a que Estão Expostos os Trabalhadores de Enfermagem: Revisão Bibliográfica

Valdiléia Teixeira Uchôa
 Hellen Katarine Mendes Ferreira
 Thais Machado Maciel²

No exercício da atividade laboral a equipe de enfermagem se expõe a vários riscos comprometendo a sua saúde quando este é acometido por algum acidente de trabalho. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica. Tem como objetivo descrever a produção científica quanto aos riscos ocupacionais na equipe de enfermagem no Brasil, nos últimos cinco anos. O levantamento foi realizado na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de dados de Enfermagem (BDENF), onde foram selecionados 30 artigos. Os resultados evidenciaram que os anos de 2009 e 2010 concentraram a maioria das pesquisas com 27%. Abordagem quantitativa foi a mais frequente, com 47%. Quanto à região geográfica, se sobressaiu a região sudeste com 57% das publicações. Os artigos pesquisados 47% foram realizados em Hospitais, onde se observa maior concentração de cuidados diretos e dinâmicos aos pacientes. Concluiu-se que os riscos ocupacionais que estão expostos a equipe de enfermagem é uma área que vem crescendo no país, demonstrando a preocupação que os pesquisadores vêm abordando em destacar a importância de se reconhecer os riscos que são submetidos a equipe de enfermagem. Vale destacar, que as publicações referentes ao presente estudo, ainda são insuficientes principalmente na região Norte/Nordeste, ressaltando que em nível de Estado do Piauí houve apenas duas publicações no período estudado. Portanto, é importante esse tipo de estudo no qual otimiza o conhecimento objetivando a qualidade de vida do trabalhador.

Palavras-chave: Acidentes de Trabalho. Enfermagem. Riscos Ocupacionais. Saúde do Trabalhador

¹ Professora Orientadora. Especialista em Docência em Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
² Graduandas em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho (FSA).

Alterações Biopsicossociais na Mulher Climatérica: Uma Revisão Bibliográfica

Laurimary Caminha Veloso¹
Regimara Maria Soares Maranhão²
Vandelice Maria Lima Verde Lopes²
Francisco Honeidy Carvalho Azevedo³

O Climatério é uma fase biológica, que acarreta transformações biopsicossociais. A população feminina brasileira totaliza mais de 98 milhões e aproximadamente 30 milhões estão entre 35 e 65 anos; caracterizando que 32% delas estão na faixa etária em que ocorre o climatério, despertando assim a necessidade de conhecer essas alterações. É uma revisão bibliográfica que objetiva descrever a produção científica referente às alterações na mulher climatérica, ressaltando a assistência e a qualidade de vida. O levantamento foi realizado na base de dados presentes na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS- BIREME) utilizando os descritores: menopausa, climatério e mulher. A seleção obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: publicações nacionais que abordam a mulher e o climatério com texto completo, no período entre 2001 e 2011, obtendo-se vinte e seis publicações. Os resultados evidenciaram que em 2008 concentrou a maioria das pesquisas com 23.07%. A abordagem qualitativa se destacou com 50%. Quanto à região geográfica, a Sudeste se sobressaiu com 84.62%. E o periódico com mais publicações foi a Revista Associação Médica Brasileira com 19.23%. Delimitaram-se as categorias: a mulher visivelmente no climatério, os pensamentos no climatério, a mulher climatérica e a sociedade, cuidando da mulher climatérica: uma melhoria na qualidade de vida. Conclui-se com esse estudo, que o climatério é uma área ainda pouco estudada no país. Torna-se essencial que as mulheres no climatérica tenham conhecimentos a respeito das alterações biopsicossociais comuns nessa fase, e que os profissionais saibam orientá-las oferecendo-lhe uma assistência integral para que obtenham uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Climatério. Menopausa. Saúde da Mulher.

¹ Enfermeira e Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho – FSA.
² Acadêmicas do 8º período de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho – FSA.

Caso clínico de uma adolescente usuária do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II de Piri-piri-Pi, com diagnóstico de Transtorno Bipolar de Humor – TBH

Vantuiria Fernandes Costa¹
Juliana Araújo Paiva¹
Patrícia Dias de Oliveira¹
Claudene Teles Lima¹
Jovenilia Alves de Oliveira Monteiro¹
Karina Maria Silva¹
Francisca das Chagas Sheyla Almeida Gomes³
Flavia Maria da Silva Andrade⁴

O Transtorno Bipolar de Humor – TBH, é uma doença que afeta o comportamento, capacidade de pensamento e a racionalização do humor ao longo do tempo, caracterizada por episódios repetidos, ou alternados, de mania e depressão que atinge de 5% a 8% da população, consideravelmente (1,5:1) mais comum em mulheres. Este estudo teve como objetivo relatar o estudo clínico de uma paciente com TBH, que realiza acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II da cidade de Piri-piri-Pi no período de 06 a 10 de junho do corrente ano e aplicar a assistência de enfermagem ao paciente e familiares. Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso de uma adolescente, 16 anos, usuária do CAPS II com diagnóstico de TBH, no qual foram elaborados diagnósticos e intervenções de enfermagem. Na acolhida da paciente no CAPS II, a mesma apresentava medo imotivado, choro fácil, tristeza, soliloquios, isolamento afetivo, hiperatividade, atos impulsivos, delírios de grandeza. Os medicamentos e cuidados prescritos foram com o intuito de normalizar ou reduzir sinais e sintomas de quadros maníacos e depressivos. O plano assistencial foi elaborado com o propósito de auxiliar no tratamento terapêutico, sendo este de suma relevância na tomada decisões que contribuem para intensificação do tratamento medicamentoso. Conclui-se que a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é favorável para um bom prognóstico, que juntamente com o tratamento medicamentoso e multidisciplinar auxiliam com eficácia na estabilização do quadro clínico da paciente. O estudo se conforma com os aspectos éticos, presentes na Resolução nº 196/96.

Palavras-chave: Transtorno Bipolar de Humor. CAPS II. Enfermagem. Plano Assistencial.

¹ Acadêmica de Enfermagem da Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI); ² Graduada em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); ³ Orientadora, Enfermeira do CAPS-AD de Piri-piri-Pi, docente do Curso de Enfermagem da CHRISFAPI. ⁴ Co-orientadora, Bacharelada em Enfermagem, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

A assistência de Enfermagem à Puérpera Portadora de Mastite e as Repercussões da Doença

Marcus Vinícius Gonçalves de Sousa¹
 Assulidade Linhares Bezerra¹
 Thayana Patrícia Freitas de Castro¹
 Raimunda Bandeira Brito¹
 Naelson Soares da Silva¹
 Nielson Valério Ribeiro Pinto²
 Nara Silva Soares³

O processo patológico descende de uma inflamação proveniente do aleitamento materno incorreto que evolui para o diagnóstico de mastite; nestas circunstâncias a assistência de enfermagem é prejudicada em vista das repercussões da doença em especial o fator descompensado emocional das puérperas e a forma como ela encara o problema. Objetivo: Discutir a assistência de enfermagem a puérpera portadora mastite e observar as repercussões da doença. Material e métodos: realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre demasiadas questões importantes, agregando análises discursivas, provenientes do banco de dados Bireme e livros. Resultados e Discussão: Compreende-se que as implicações da doença repercutem numa assistência muitas vezes dificultada em vista dos desconfortos e dores e que a assistência puerperal deve atentar-se para a incidência do problema antes que este já esteja instalado. Os autores apontam que a maior incidência de mastite está associada à primíparas por conta das dificuldades e instabilidade da mamada. Ressalva-se que aos profissionais de enfermagem é necessário aperfeiçoamento em prol de qualidade e satisfação onde as intervenções para o problema não podem deixar de serem explicadas e executadas. Conclusão: Contudo, ressalta-se que os cuidados de enfermagem são essenciais a puérpera portadora de mastite, sendo que nitidamente existe uma dificuldade em assistir a mesma, por conta das repercussões evidentes em inúmeros problemas. Assim, satisfaz entender que o trauma repercute diretamente no lado afetivo emocional da puérpera e proporciona o enfermeiro a uma tomada de decisão em vista do planejamento e adoção de medidas, que melhore o processo de acolhimento e atendimento.

Palavras-chave: Enfermagem obstétrica. Mastite. Período pós-parto.

¹ Acadêmico de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho – (FSA)

² Acadêmico de Enfermagem do Centro de Ensino Unificado de Teresina – (CEUT)

³ Professora Especialista em Saúde da Família pela (NOVAFAP)

A importância do controle rigoroso dos recursos materiais numa Instituição de Saúde no contexto da Enfermagem

Marcus Vinícius Gonçalves de Sousa¹
 Raimunda Bandeira Brito¹
 Thayana Patrícia Freitas de Castro¹
 Maria Noélia Melo Brandão²

No que implica o funcionamento de um estabelecimento de saúde está implícito sua capacidade quanto à organização e o controle rigoroso dos recursos materiais essenciais para os procedimentos a serem realizados. Nessa Perspectiva propõe-se neste trabalho como objetivo realizar um levantamento de um conhecimento produzido repercutindo a importância desse controle atentando para visão do profissional enfermeiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre demasiadas questões importantes, agregando análises discursivas, provenientes do banco de dados SciELO e livros. Por conseguinte, é possível compreender o critério de tamanha necessidade de manter em dias o controle de materiais em vista da essencialidade para prestação de serviços satisfazendo assim a competência de determinada instituição de saúde. Os diversos autores apontam a capacidade do profissional enfermeiro como de grande papel no gerenciamento em vista da sua qualificação conforme formação acadêmica e o lidar diretamente com o cliente e os materiais necessários à prestação de serviços. Contudo, enfatiza-se que com a aquisição de materiais de boa qualidade e controle dos mesmos, promove-se a diminuição de riscos e implicações tanto ao cliente como ao profissional.

Palavras-chave: Enfermagem. Recursos materiais. Controle. Gestão e Gerenciamento.

¹ Acadêmicos de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho - (FSA);

² Professora Doutora Titular da disciplina de Gestão e Gerenciamento em Enfermagem – (FSA).

As principais ações realizadas no combate a Incidência de Infecção Hospitalar

Marcus Vinícius Gonçalo de Sousa¹
 Assulidade Linhares Bezerra¹
 Cláudia Marques Viana¹
 Naelson Soares da Silva¹
 Nielson Valério Ribeiro Pinto²
 Francisco Honeidy Carvalho Azevedo³

Introdução: Infecção Hospitalar (IH) é um problema em saúde pública na qual deve ser tratada em altíssimo nível de consideração em prol do interesse e benefício da promoção de saúde. **Objetivo:** Em vista desta perspectiva este trabalho advoga como propósito objetivo o levantamento do conhecimento produzido colocando em foco as principais ações realizadas com vista à redução máxima possível sobre a incidência de infecções hospitalares e então poder desmitificar detalhes propondo um esclarecimento sobre demasiados fatores. **Material e Métodos:** Assim efetuou-se uma pesquisa bibliográfica sobre importantes dados relevantes provenientes do banco de dados (SciELO) e livros. **Resultados e discussão:** Contudo, é possível entender o quão tanto complexo é a problemática em análise, pois muitos detalhes merecem interesse e atenção, assim como a tamanha importância que se é atribuída a esta questão, afinal os resultados apontam inúmeras ações e o nítido interesse de controle pelas organizações de saúde. **Conclusão:** Concluímos enfatizando que a proporção da ocorrência de IH é bastante significativa, o bom cuidado pode ainda não ser o suficiente. Frente às evidências o indivíduo está propício sobre os mínimos detalhes e um bom conhecimento do profissional de enfermagem e de todos os profissionais da área da saúde torna-se essencial nos cuidados prestados ao paciente em vista da melhor assistência.

Palavras-chave: Infecção Hospitalar. Controle de Infecção. Enfermagem.

¹ Acadêmico de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho – (FSA)

² Acadêmico de Enfermagem do Centro de Ensino Unificado de Teresina – (CEUT)

³ Professora Especialista em Saúde da Família pela (NOVAFAP)

Perspectivas acerca das estratégias não Farmacológicas aplicadas no parto normal humanizado

Marcus Vinícius Gonçalo de Sousa, Akira Jeane Silva Araújo¹, João Robson Macêdo Barbosa¹, Magda Rogéria Pereira Viana²

Introdução: O parto é um processo fisiológico normal que, em muitos casos, são realizadas estratégias para a melhor qualidade na assistência. Nesse contexto dá-se ênfase tanto nas estratégias farmacológicas como não farmacológicas aplicadas para o alívio da dor na qual se evidencia grande importância. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho está em analisar as principais medidas não farmacológicas adotadas no momento do parto em relação às manobras aplicadas e identificar a importância dessas estratégias para o alívio da dor durante o trabalho de parto. **Material e Métodos:** Assim, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre o referido tema proveniente do banco de dados (BIREME) e livros. **Resultados e discussão:** Os dados levantados dizem respeito à observação de que o processo de humanização do parto vem sendo muito bem trabalhado e adequado aos serviços de qualidade em benefício à satisfação da parturiente, e que existem várias estratégias não farmacológicas para o alívio da dor que contribuem para amenizar o sofrimento, promover maior segurança e assistir as clientes com mais dignidade. **Conclusão:** Contudo, compreende-se que as estratégias não farmacológicas aplicadas no parto normal humanizado trazem para a parturiente um novo conceito em paridade e uma melhor condição para amenizar a dor e sofrimento durante este momento. Também é importante indagar que o cuidado humanizado reflete em uma melhor satisfação da clientela e atribui qualidade na prestação dos serviços.

Palavras-chave: Enfermagem obstétrica. Parto humanizado. Estratégias no parto.

¹ Acadêmico de Enfermagem da Faculdade Santo Agostinho – (FSA)

² Professora Especialista em Obstetrícia – (UFPI)

resumo dos trabalhos de FARMÁCIA



TERESINA-PI

Controle de qualidade de chás comercializados em João Pessoa-PB

Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco¹
Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz²
Isac Almeida de Medeiros³
Josué do Amaral Ramalho⁴
Jadson Gomes Dantas⁵

As espécies vegetais destacam-se na medicina popular desde a antiguidade por suas qualidades alimentícia e/ou curativa. As plantas medicinais possuem diversas formas de preparo, dentre as quais se destaca o chá. As plantas medicinais comercializadas em sachês correspondem a 80% dos chás vendidos atualmente no mundo. Este estudo teve como objetivo avaliar a qualidade dos chás mais comercializados nos supermercados de João Pessoa-PB. As plantas medicinais comercializadas em sachês mais encontradas foram *Matricaria recutita* L., *Pimpinella anisum* L., *Foeniculum vulgare* M., *Cymbopogon citratus* Stapf. e *Peumus boldus* M. A análise da qualidade detectou contaminação macroscópica, microbiológica (coliformes, bactérias mesófilas, bolores e levedura) e teores de umidade acima do permitido para a maioria das amostras. Portanto, os chás devem ser utilizados com cautela pela população, pois seu uso indiscriminado e em altas doses pode ocasionar danos à saúde.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Chás. Qualidade.

¹Doutorado e Mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (Área: Farmacologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

²Doutorado e Mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (Área: Farmacologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³Doutorado e Mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (Área: Farmacologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴Doutorando em Biotecnologia (Área: Farmacologia) pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁵Graduado em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Miastenia Gravis: Tratamentos Atuais

Alessandra Camillo da Silveira Castello-Branco¹
Flávia Negromonte Souto-Maior²
José Lopes Pereira Júnior³

Miastenia gravis (MG) é uma doença auto-imune caracterizada por fraqueza muscular, cuja patogenia está relacionada com a destruição da transmissão neuromuscular por diferentes mecanismos: diminuição dos receptores nicotínicos de acetilcolina, destruição das proteínas envolvidas com a formação neuromuscular ou pela atuação de anticorpos contra uma proteína quinase específica do músculo (MUSK). O tratamento atual da MG se baseia na utilização de inibidores da acetilcolinesterase, corticosteróides, timectomia, imunossupressores, imunoglobulina intravenosa e plasmaferese. A identificação precoce da MG e de seus fatores precipitantes torna esta patologia mais acessível a novas modalidades de tratamento, como anticorpos monoclonais, prolactina, tracolimus e crotamina. O melhor conhecimento acerca de seus mecanismos moleculares tem proporcionado o desenvolvimento de novas opções terapêuticas, necessárias para amenizar crises severas, levando a um prognóstico adequado. Novas descobertas poderão contribuir para a qualidade de vida dos pacientes, ocasionado remissão da doença e não apenas amenizando os seus sintomas.

Palavras-chave: Miastenia Gravis. Acetilcolina. Terapia Combinada. Sistema Imunológico.

1. Mestre e Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba.
2. Mestre e Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba.
3. Graduando em Farmácia pela Faculdade Santo Agostinho

Interação Fármaco-Nutriente na terceira idade

Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco¹
Hellen Raissa Lima Rodrigues²
Joseanne Ferreira dos Santos³
Joubert Aires de Sousa⁴

Este estudo teve por objetivo verificar as possíveis interações entre fármacos e nutrientes com base na literatura, considerando o consumo de medicamentos em horários próximos às refeições, em indivíduos acima de 60 anos de idade assistidos pelas Unidades de Longa Permanência Casa Frederico Ozanan e Fundação Abrigo São Lucas em Teresina/PI. O método empregado no estudo foi transversal, descritivo e exploratório. A amostra foi composta por 34 idosos (n= 34). Os dados foram coletados por meio de questionário, composto de perguntas abertas e fechadas, sobre condições de saúde física e mental, nutrição, medicamentos utilizados e hábitos de vida. Registrou – se o cardápio consumido habitualmente, sendo este padronizado pelas instituições, foi avaliado o estado nutricional dos idosos. Os dados foram analisados por meio do programa Microsoft Office Excel 2007, para obtenção das médias utilizadas no estudo, bem como desvio padrão, foi utilizado o software Estat D+ (Estudo Dirigido de Estatística Descritiva de Carlos T. Akamine e Roberto K. Yakamoto, Ed. Érica, 1998). Apenas a Digoxina e o Paracetamol parecem interagir com os alimentos, os demais medicamentos citados não demonstram ter sua absorção modificada pela presença de alimentos. A população estudada era composta na sua maioria por mulheres, o estado nutricional prevalente em ambos os sexos foi a eutrofia, segundo a OMS, em contrapartida, Lipschitz aponta prevalência em ambos os sexos de baixo peso. Conclui – se que essa é uma área que precisa ser estudada mais profundamente tendo em vista a escassez de informações atualizadas.

Palavras-chave: Idosos. Interação. Nutrientes. Medicamentos.

1 Bacharel em Nutrição pela Faculdade Santo Agostinho em Teresina-PI.
2 Bacharel em Nutrição pela Faculdade Santo Agostinho em Teresina-PI.
3 Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
4 Mestre em farmacologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Monitoração dos antibióticos prescritos pela Clínica Médica de um Hospital Municipal de Teresina - Piauí

Carla Andressa G. de M. Bráulio¹
 José Lopes Júnior¹
 Ytallo Samuel Oliveira Barros²
 Maria das Graças Freire de Medeiros Carvalho³
 Ilka de Carvalho Barros⁴

Os antimicrobianos representam um alto consumo em hospitais, seu uso excessivo e desnecessário acarreta, além do aumento de risco de eventos adversos e excesso de custo, comprometimento de sua própria eficácia, em grande parte pela adaptação microbiana aos mesmos por mecanismos variados de resistência. Investigar as prescrições de antimicrobianos em pacientes admitidos na clínica médica de um Hospital municipal, levando em consideração a frequência de prescrição, duração do tratamento, via de administração e o uso concomitante com outros fármacos. Metodologia. O estudo foi desenvolvido em um hospital da rede municipal de saúde da cidade de Teresina-PI. As prescrições de antimicrobianos da clínica médica no período de abril a junho de 2011 foram investigadas. As variáveis utilizadas foram: Número de pacientes, antibióticos utilizados, quantidades utilizadas, via de administração e duração do tratamento. Os medicamentos mais prescritos foram Metronidazol (12,18%), Ceftriaxona (11,8%), Ceftazidima (11,44%), Meropenem (7,75%), Ciprofloxacino (7,01%), Vancomicina (6,27%), Ampicilina Sulbactam (5,9%) e Fluconazol (4,43%). A via endovenosa foi a mais utilizada para administração (85,60%). A duração dos tratamentos foi de 6 a 10 dias (37,73%), seguido de intervalos entre 11 a 20 dias (26,41%) e de 2 a 5 dias (23,01%). 10,56% dos tratamentos foram prescritos apenas um dia, enquanto que tratamentos superiores a 20 representam apenas 2,26%. A associação de antimicrobiano representa 47,92% das prescrições. O uso irracional dessas drogas, acarretam não apenas a elevação dos gastos com medicamentos, mas também à inefetividade terapêutica. Evidencia-se, portanto, a importância da participação do farmacêutico com intervenções e ações educativas junto ao corpo clínico.

Palavras-chave: Antibióticos. Clínica Médica. Prescrição.

¹ Graduando em Farmácia, Faculdade Santo Agostinho, Teresina, PI, Brasil.

² Graduando em Farmácia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

³ Professora orientadora: Assistente do Curso de Farmácia, Universidade Federal do Piauí, Doutorado em Biotecnologia, Teresina, PI, Brasil.

⁴ Farmacêutica, Mestranda em Ciências Farmacêuticas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Câncer de Colo do Útero: uma revisão da abordagem Terapêutica com Uso da Quimioterapia

Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco¹
 Juliana Silva Leite²
 Eliana Silva Leite³
 Juliana Gomes Silva⁴

Realizou-se uma análise das produções científicas relacionada ao tratamento do câncer de colo do útero quanto às seguintes variáveis: Protocolo de quimioterapia utilizado, eventos adversos e assistência de enfermagem na quimioterapia no período entre 2000 a 2010. O levantamento bibliográfico ocorreu mediante a consulta nas bases de dados online: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no portal do Hospital São Marcos (Associação Piauiense de Combate ao Câncer). O estudo foi realizado utilizando-se os descritores: quimioterapia e câncer de colo do útero; antineoplásico e efeito secundário; quimioterapia e Assistência de enfermagem e enfermagem oncológica. Os resultados evidenciaram que o ano de 2008 concentrou a maioria das pesquisas (16%), sendo a abordagem quantitativa foi a mais freqüente nos estudos, com 48%. Verificou-se que 48% dos artigos selecionados para o estudo foram elaborados por enfermeiros. A droga mais utilizada com 56% foi a Cisplatina, seguido do protocolo Cisplatina e Vincristina (21%). Os efeitos adversos apresentados pelo uso da Cisplatina incluíram náuseas, vômitos severos e nefrotoxicidade. Os artigos referentes a categoria assistência de enfermagem na quimioterapia antineoplásica focalizavam principalmente os aspectos relacionados à assistência da mulher com câncer e sua família. O trabalho realizado permitiu identificar os agentes quimioterápicos amplamente usados no tratamento do câncer de colo do útero, bem como a necessidade de intervenções da enfermagem mais eficazes e efetivas durante o tratamento quimioterápico.

Palavras-chave: Câncer de colo do útero. Quimioterapia. Enfermagem oncológica.

¹ Farmacêutica. Mestrado e Doutorado em Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

² Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

³ Enfermeira. Graduada pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

⁴ Enfermeira. Graduada pela Faculdade Santo Agostinho - FSA.

Ácidos Graxos Poliinsaturados em Mulheres com Síndrome da Tensão Pré-Menstrual: uma Revisão de Literatura

Naiana Fernandes Silva¹
Carla Solange de Melo Escórcio Dourado²

A síndrome da tensão pré-menstrual (STPM) é um conjunto de sintomas relacionados ao ciclo menstrual que atinge as mulheres na fase reprodutiva provocando alterações físicas, psíquicas e sociais. O termo síndrome pré-menstrual foi usado pela primeira vez em 1953 e os sintomas variam de uma mulher para outra, sendo que mais de 150 sintomas já foram relacionados a essa disfunção. Os sintomas podem ser divididos em duas categorias: psicológicos e somáticos. Entre os psíquicos ou emocionais, citam-se: labilidade afetiva, irritabilidade, ansiedade, depressão, insônia, sonolência, enxaqueca, alteração do apetite, disfunção sexual e até idéias suicidas. Dentre os físicos, pode-se citar: aumento de peso, edema nas mamas e membros, dores osteomusculares. O objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento de trabalhos publicados que relacionam o efeito dos ácidos graxos poliinsaturados em mulheres com STPM. Trata-se de uma revisão de literatura, utilizando-se as bases eletrônicas Medline, Lilacs, Scielo e Google scholar, com ênfase nos trabalhos nas últimas décadas, nos idiomas inglês e português. Foram selecionados estudos bibliográficos, experimentais, clínicos randomizados, observacionais e epidemiológicos utilizando-se os seguintes descritores: síndrome pré-menstrual, ácidos graxos poliinsaturados e tensão pré-menstrual. Verificou-se que pesquisas recentes comprovaram os efeitos benéficos dos ácidos graxos poliinsaturados essenciais (PUFA) em mulheres portadoras de STPM o que os tornam a melhor opção terapêutica devido ao baixo custo e a facilidade de aquisição.

Palavras-chave: Síndrome pré-menstrual. Ácidos graxos poliinsaturados. Tensão pré-menstrual.

¹ Aluna do Curso de Farmácia da Faculdade Santo Agostinho. Nutricionista formada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Farmacêutica, mestre em Ciências Farmacêuticas, professora e coordenadora do Curso de Farmácia da Faculdade Santo Agostinho.

Revisão bibliográfica – Doenças Dispépticas (Gastrite e úlcera): Principais aspectos das doenças e da abordagem farmacoterapêutica

Thiago Ernandes P. Moura¹
Antonia Ennysthania Soares Dantas Fontenele¹
Carla Andressa G. de Medeiros Bráulio¹
Gardênia Maria P. do Vale¹
Fernanda Cerqueira Barroso de Carvalho²

Gastrite é uma doença inflamatória que se caracteriza por acometimento da camada de tecido que reveste o estômago. A presença desta não é muito comum na infância e sua prevalência aumenta com a idade. Gastrite induzida pelo *H. pylori* é uma das infecções mais comuns na espécie humana. A doença pode ser completamente assintomática, principalmente nos casos crônicos. Na fase aguda, os sintomas são mais proeminentes como, desconforto na região superior do abdome, náuseas e vômitos. O diagnóstico através da endoscopia, com a possibilidade da colheita das biópsias sob visão direta, trouxe condições mais adequadas para o estudo das gastrites. As recomendações sobre hábitos de vida são fundamentais: hora adequada de sono, prática regular de exercícios físicos e suspensão do tabagismo, vários componentes dietéticos e o álcool podem agredir agudamente a mucosa do estômago. O uso de antiácidos era comum no tratamento de úlceras, porém a dificuldade de seguir os horários e as grandes quantidades tornaram o tratamento ineficaz. O uso de antagonistas H₂ e inibidores da bomba de prótons deve ser acompanhado pela orientação farmacêutica que, além de esclarecer as dúvidas, mostra ao paciente a melhor forma de seguir o tratamento.

Palavras-chave: Gastrite, Medicamentos, Farmacoterapêutica, Orientação.

¹ Graduandos do 7º período de farmácia pela Faculdade Santo Agostinho- FSA.

² Professora Orientadora; Farmacêutica e Mestre em Farmacologia pela Universidade Federal do Piauí.

resumo dos trabalhos de FISIOTERAPIA



TERESINA-PI

Potencialização da força muscular associada ao uso de creatina

Wellington dos Santos Alves¹
Angelo Eduardo Vasconcelos Guimarães^{2,3}
Bruna Lorena Soares Cavalcante²
Bruna Rocha de Sousa²
Caroline Santos Radmann²
Danylo Raphael Costa Silva²
Juliany Marques Abreu da Fonseca²
Roberta Lillyan Rodrigues Reis²

Introdução: O presente artigo é uma revisão bibliográfica que verifica os aspectos gerais sobre a potencialização da força muscular associada ao uso de creatina. Logo, por auxiliar potencialmente a contração muscular, apresenta-se como tema relevante ao profissional de fisioterapia. A partir daí surgiu o interesse em pesquisá-la e entender melhor seu funcionamento no sistema muscular e organismo em geral. **Objetivos:** Estudar os benefícios do uso da creatina no exercício físico e na potencialização da força muscular, além de demonstrar a sua importância no desempenho do sistema muscular e no organismo em geral. **Metodologia:** As pesquisas foram realizadas nas bases de dados Scielo, Lilacs, Pubmed e livros e selecionadas as publicações entre 1992 e 2010 que abordaram assuntos relacionados ao tema. **Resultados e Discussão:** A principal função da creatina é a provisão rápida de energia durante a contração muscular. O uso da mesma baseia-se no aumento da força a partir da sua própria suplementação, a quantidade de creatina armazenada durante a ingestão é muito variável entre os indivíduos, além de influenciar na regulação das células satélites, que são essenciais na reparação e crescimento do músculo esquelético, e ainda auxilia no aumento da força e da hipertrofia muscular, o que torna seu uso bastante importante para os idosos. Por ser uma substância osmoticamente ativa, o aumento da concentração intracelular de creatina pode induzir um influxo de água para dentro da célula, o que resulta em um aumento de massa corporal. **Conclusão:** Após análise do mecanismo de ação da creatina e dos diversos fatores que influem na variação de sua captação, foi possível uma melhor compreensão das propriedades da creatina na potencialização da força muscular e do seu uso no consumo alimentar. Logo, verifica-se a necessidade de estudos mais detalhados a cerca dos efeitos colaterais decorrentes do uso prolongado dessa substância.

Palavras-chave: Creatina. Potencialização. Força muscular.

1. Orientador. Mestre em Bioengenharia, docente do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universidade Estadual do Piauí-UESPI e da Faculdade Santo Agostinho-FSA.

2. Acadêmicos do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universidade Estadual do Piauí.

3. Relator. Apresentação do trabalho na IX Semana da Iniciação Científica da Faculdade Santo Agostinho-SPC.

Ventilação oscilatória de alta frequência em recém-nascidos pré-termos: uma revisão da literatura

Mayson Laércio de Araújo Sousa¹
 Edson Machado Moita Neto¹
 Darlyana de Sousa Soares¹
 Karoline Rocco Pimenta¹
 Fernanda Ribeiro de Santana¹
 Universidade Estadual do Piauí - UESPI

A ventilação mecânica (VM) é um dos recursos terapêuticos mais empregados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal em recém-nascidos (RNs) pré-termos. Na tentativa de diminuir a morbidade e mortalidade por falha da VM convencional, surgiu a Ventilação oscilatória de alta frequência (VOAF). A VOAF é um modo ventilatório que utiliza diminutos volumes correntes mantendo constante a pressão média das vias aéreas, evitando desta forma volumes pulmonares extremos. Nas últimas duas décadas, vários estudos clínicos sobre o seu uso em RN prematuros têm sido realizados, e os resultados continuam controversos. O objetivo desse estudo foi revisar a literatura acerca do uso da VOAF em RNs pré-termos. Foram revisados 23 artigos encontrados nas bases de dados Scielo, Medline, Bireme e sites de revistas, publicados entre 2000 e 2010. Desde a sua introdução na neonatologia vários estudos têm sido realizados para avaliar a eficácia e segurança da VOAF em relação à VM convencional no prematuro. Estes estudos apresentam grande variabilidade de resultados. No entanto, a maioria dos artigos aponta para a VOAF como uma terapia alternativa segura e eficaz, utilizada principalmente em caso de falha da ventilação mecânica convencional.

Palavras-chave: Ventilação de Alta Frequência. Ventilação Mecânica. Terapia Intensiva Neonatal. Recém-nascido Pré-termo. Neonatologia. Fisioterapia Respiratória.

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
 FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de NUTRIÇÃO



TERESINA-PI

1. Acadêmicos do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde – CCS – da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.
 2. Fisioterapeuta graduado pela UESPI, Mestre em Bioengenharia pela Universidade do Vale do Parnaíba – UNIVAP – e Especialista em Pneumologia Funcional pela Universidade de Brasília – UnB.

Perfil nutricional de adolescentes da rede pública estadual em Teresina – Pi

Camila de Cássia Assunção Vilanova¹
 Mislene da Silva Souto¹
 Rosana Martins Carneiro Pires²
 Odara Maria de Sousa Sá³

Objetivo: Determinar o estado nutricional dos adolescentes da rede pública estadual de Teresina-PI. **Métodos:** Estudo transversal, realizado em escolas da rede pública estadual, ensino fundamental (1º ano ao 9º ano) e médio (1º ao 3º ano), ambos os sexos, idade variando entre 10 a 19 anos. Avaliou-se 390 alunos, 40,8% do sexo masculino e 59,2% feminino. Utilizou-se as variáveis peso e altura, para obtenção do IMC, utilizando a classificação em percentil com base no padrão de referência da OMS, 1995 e aferição da circunferência da cintura, utilizando os pontos de corte estabelecidos segundo gênero e idade de Freedman, 1999. **Resultados:** as prevalências de excesso de peso e obesidade em ambos os sexos, foram de 9,7% e 4,4%, respectivamente, já no sexo feminino foi de 8,7% e 2,6%, sexo masculino foi, 11,3% e 6,9%. Houve acúmulo de gordura abdominal em 6,9% no sexo feminino e 6,9% masculino ($p= 0,001$). **Conclusões:** Os dados do presente estudo indicam que há elevada prevalência de eutrofia, porém existe percentual de adolescentes com excesso de peso e obesidade, necessitando de atenção especializada por parte dos profissionais de saúde, ambiente familiar e escolar.

Palavras-chave: Adolescente; Estado nutricional; Índice de Massa Corporal; Obesidade

1. Graduanda em Nutrição, Faculdade Santo Agostinho – FSA, Teresina (PI), Brasil;

2. Professora do Curso de Nutrição pela Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, Teresina (PI) – Brasil.

3. Professora. Ms. de Nutrição, Faculdade Santo Agostinho – FSA, Teresina (PI), Brasil

Influência do leite materno nas defesas do recém-nascido contra Infecções

Estefânia de Abreu Siqueira Silva¹
 Carla Solange de Melo Escórcio Dourado²

O objetivo dessa pesquisa é descrever a influência do aleitamento materno nas defesas do recém-nascido contra infecções. Trabalho realizado por meio de pesquisa de artigos publicados entre 2006 e 2010 das bases de dados Lilacs, Medline, Scielo, Bireme, utilizando os descritores: colostro, amamentação e aleitamento exclusivo, bem como suas versões em inglês, Breastfeeding, Colostrum and Breastfeeding Exclusive. Foram utilizadas publicações acerca do tema, oriundas de revistas científicas, teses, dissertações, livros técnicos e publicações do ministério da saúde. O relatório sobre a situação mundial da infância, publicado em 2006, revelou que 36% das crianças menores de seis meses eram alimentadas exclusivamente com leite materno. No Brasil, a última pesquisa de abrangência nacional foi realizada em 1999 e estimou uma prevalência de aleitamento materno exclusivo de apenas 9,7% para a mesma faixa etária, com índices de aleitamento exclusivo aos seis meses inferiores a 18%. Estes resultados indicam que as taxas de aleitamento exclusivo alcançadas encontram-se aquém das recomendações oficiais preconizadas. Apesar do grande número de pesquisas publicadas sobre a importância da prática do aleitamento materno exclusivo e complementar, ainda existe resistência em relação a essa prática entre as mães brasileiras.

Palavras-chave: Amamentação. Colostro. Aleitamento exclusivo.

1. Graduanda do Curso de Nutrição, da Faculdade Santo Agostinho-FSA, Teresina, Brasil

2. Professora do Curso de Nutrição, da Faculdade Santo Agostinho-FSA, Teresina, Brasil

O aleitamento materno de primigestas no primeiro dia após o parto

Nathacha Adriela Lima Carvalho¹
 Karla Joelma Bezerra Cunha²
 Juliana da Conceição Costa Pedrosa³

No Brasil, apesar da tendência de melhoria, a duração do aleitamento materno exclusivo está bem abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que é de 180 dias. Diante dessa observação, o presente trabalho teve como objeto de estudo o aleitamento materno de primigestas no primeiro dia após o parto, e como objetivos descrever o aleitamento materno das primigestas no primeiro dia após o parto e analisar as suas manifestações sobre o aleitamento materno. O interesse pela temática surgiu após observação da grande incidência de dificuldades encontradas pelas mães no ato da amamentação logo após o parto, visto que, além delas ainda estarem fragilizadas em decorrência desse período ainda há a falta de experiência relacionada à prática da amamentação, tornando um momento dificultoso. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva de caráter qualitativo, realizada em uma maternidade de referência no atendimento obstétrico e neonatal de Teresina - PI. Participaram da pesquisa 10 primigestas no primeiro dia após o parto, com idades entre 16 e 34 anos. Os dados foram coletados através de uma entrevista semi-estruturada e um diário de campo, gravados em um aparelho celular e transcritos na íntegra. O estudo obedeceu todos os critérios contidos na resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. A partir da leitura intensiva das entrevistas surgiram duas categorias: Amamentar no primeiro dia após o parto e A vivência da amamentação. Que foram interpretados segundo a análise de conteúdos temático que evidenciou o conhecimento bem superficial das mães entrevistadas a respeito dos benefícios que a amamentação propõe para elas e seus filhos, além dos prejuízos que o desmame precoce oferece para ambos.

Palavras-chave: Enfermagem. Aleitamento Materno. Recém-nascido.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho – FSA

² Enfermeira Obstetra. Mestre em Enfermagem. Docente da Faculdade Santo Agostinho – FSA

³ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho – FSA

Desenvolvimento da farinha da semente de abóbora (Curcubita moschata, L.) em diferentes processamentos¹

Juliana Oliveira de Aguiar Santos²
 Marcela Maria Rodrigues Lima²
 Samia Caroline Martins Viana
 Cíntia Pereira da Silva³
 Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo⁴

Desenvolver uma farinha à base de semente de abóbora (*Curcubita moschata*, L.) aplicando diferentes tratamentos para a sua produção, bem como analisar o teor de umidade, proteínas e taninos das farinhas obtidas. Métodos: Realizou-se este estudo em 2010, obtendo-se a farinha da semente de abóbora através do tratamento A (cocção a vapor por 10 minutos e secagem a estufa a 70°C por 4 horas) e tratamento B (cocção por imersão em 10 minutos e secagem ao forno por 60 minutos). Avaliou-se também o teor de umidade, proteínas e taninos. Resultados: Os valores de umidade obtidos no presente estudo estão de acordo com o preconizado pela legislação, a qual recomenda que o teor de umidade de farinhas comerciais não exceda o valor de 15%. Além disso, verificou-se maiores valores de proteínas na farinha, a qual as sementes foram cozidas em água a vapor. No presente estudo, constatou-se ainda que a amostra cozida em água fervente apresentou um teor de taninos maior que a farinha cozida a vapor. Conclusão: Pode-se concluir que as diferentes formas de processamentos aplicadas para elaboração da farinha de sementes da abóbora influenciam na redução dos fatores antinutricionais, sendo importante a escolha do método na elaboração da farinha.

Palavras-chave: Semente da abóbora. Farinha. Taninos.

¹ Artigo desenvolvido como forma de avaliação final da disciplina estágio supervisionado em ciências dos alimentos.

² Graduanda em Nutrição.

³ Professora Especialista do Departamento de Nutrição da UFPI.

⁴ Professora Pós-Dra. do Departamento de Nutrição da UFPI.

Estado nutricional de pacientes com doença de Crohn, 2011

Marcela Maria Lima Rodrigues¹
Juliana Oliveira de Aguiar Santos²
Universidade Federal do Piauí,

A Doença Inflamatória Intestinal (DII) é uma doença crônica de etiologia desconhecida que possui duas formas principais de apresentação: a Doença de Crohn (DC) e a Retocolite Ulcerativa Inespecífica (RCUI). A Doença de Crohn (DC) é uma doença crônica de etiologia desconhecida que pode acometer qualquer parte do trato gastrointestinal. Os sintomas mais freqüentes da doença são: diarreia, perda de peso, distensão abdominal, febre e retardo no crescimento, afetando o estado nutricional resultando em déficits de micronutrientes e desnutrição protéico-calórico. As alterações nutricionais dependem da extensão e da gravidade com que se manifestam as moléstias, agravando o prognóstico tanto do paciente em tratamento clínico, quanto daqueles submetidos a cirurgias, deteriorando ainda a competência imune. A terapia nutricional tem se mostrado como recurso terapêutico auxiliar extremamente útil e deve ser planejada individualmente, tendo como objetivo recuperar e/ou manter o estado nutricional do paciente.

Palavras-chave: Doença de Crohn, Estado Nutricional, Desnutrição.

Interação entre nutrição enteral e fármacos administrados por sondas: repercussões nutricionais¹

Samia Caroline Martins Viana²
Naira Flávia Araújo Nunes²
Betânia Silva Freitas³

O suporte nutricional torna-se chave fundamental no tratamento do paciente crítico. A nutrição enteral refere-se ao fornecimento de nutrientes utilizando o trato gastrointestinal através de uma sonda ou cateter quando a ingestão oral é insuficiente. Dessa forma, a nutrição enteral apresenta riscos de complicações mecânicas, infecciosas, metabólicas e gastrintestinais. A administração de medicamentos por meio de sondas de nutrição enteral é uma prática comum, o que às vezes pode trazer complicações, como a obstrução da sonda e a interação entre o fármaco e os nutrientes da nutrição enteral. Um maior conhecimento em relação a este processo conduz a um controle mais efetivo da administração do medicamento e da ingestão de alimentos, favorecendo, assim, a adoção de terapias mais eficazes. Portanto, o presente artigo tem como objetivo apresentar as repercussões nutricionais da interação entre nutrição enteral e fármacos administrados por sondas.

Palavras-chave: Interação fármaco-nutriente; Nutrição Enteral; Repercussões Nutricionais.

¹ Artigo desenvolvido como forma de avaliação final da disciplina dietoterapia.

² Graduanda em Nutricao, Universidade Federal do Piauí.

³ Prof. Msc. da Universidade Federal do Piauí.

1, 2. Membros do Departamento de Nutrição, Dietoterapia II, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil.

Estado nutricional relativo ao ferro em mães de recém-nascidos de médio risco assistidos em maternidade pública

Leanny Keyla Lustosa de Almeida¹
 Nara Vanessa dos Anjos Barros¹
 Raíssa Gabriela C. L. Porto¹
 Eunice Alves S. Neta²
 Regina M. S. Cavalcante³
 Danilla M. C. Silva⁴
 Dilina Nascimento Marreiro⁵
 Nadir Nascimento Nogueira⁵

O período gestacional é uma fase na qual as necessidades nutricionais são elevadas, decorrentes dos ajustes fisiológicos da gestante e das demandas de nutrientes para o crescimento fetal. A deficiência de micronutrientes durante o período gestacional pode trazer consequências adversas para a saúde das gestantes e para o desenvolvimento fetal. Esta pesquisa avaliou o estado nutricional relativo ao ferro em mães de recém-nascidos de médio risco assistidos em maternidade pública. Foram coletadas amostras sanguíneas em 125 mulheres para a determinação das concentrações de hemoglobina e ferritina plasmática, por espectrofotometria, ensaio imunoenzimático, espectrofotometria de absorção atômica, respectivamente. Foi aplicado um Questionário de Frequência de Consumo Alimentar, para a análise do consumo habitual durante a gestação. Os dados contínuos foram expressos como média e desvio padrão e comparados por meio do teste t e as variáveis categóricas comparadas pelo qui quadrado. Os resultados mostraram uma média de hemoglobina (Hb) de $10,03 \pm 2,31$ g/dL, prevalência de anemia de 80% e mediana de ferritina 38,29 ng/mL. Pelo consumo alimentar, as médias diárias foram: de energia: $2043,05 \pm 889,64$ kcal; e Fe: $17,66 \pm 8,40$ mg. As puérperas tiveram, durante o período gestacional, consumo alimentar inadequado em relação à energia e ferro. Houve grande variação nos valores de ferritina, comprometendo o uso desse parâmetro na análise dos resultados. As concentrações médias de hemoglobina demonstraram, sob o aspecto de saúde pública, elevada prevalência de anemia, com expressivo quadro de moderado a grave, sem influência nas condições de nascimento dos bebês.

Palavras-chave: Recém-nascidos. Ferro. Puérperas..

¹ Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí-UFPI

² Graduanda de Nutrição da Universidade Federal do Piauí-UFPI

³ Msc. em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí-UFPI

⁴ Mestranda em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí-UFPI

⁵ Pro^{fa} Dr^a, Departamento de Nutrição/UFPI

Aceitabilidade da alimentação escolar de adolescentes da rede estadual em Teresina, Pi

Lia Oliveira Santana Lima¹
 Nádia Cristina da Costa Sousa¹
 Adriana Barbosa Guimarães²
 Odara Maria de Sousa Sá³

Avaliar a aceitabilidade e a variedade da alimentação de 400 adolescentes, entre 10 e 19 anos de escolas da rede pública de Teresina-PI. Metodologia: Estudo transversal, realizado em escolas da rede pública estadual, ensino fundamental (1º ano ao 9º ano) e médio (1º ao 3º ano), ambos os sexos, idade variando entre 10 a 19 anos. Avaliou-se 400 alunos, 160 do sexo masculino e 240 do sexo feminino, por meio de questionário semiestruturado composto de perguntas sobre hábitos alimentares e preferências na alimentação escolar. Em entrevista com os adolescentes nas escolas, observou-se a aceitabilidade da alimentação do local e a frequência consumida de alguns alimentos, assim como sugestões para melhoria da alimentação fornecida. Os dados foram processados e analisados utilizando-se o programa excel. Resultados: Em relação ao lanche diário fornecido nas escolas, 270 (67,50%) adolescentes informaram não lanchar todos os dias na escola. Quanto à compra de alimentos fora da escola, 223 (55,75%) adolescentes afirmaram optar pelo lanche adquirido e 117 (44, 25%) costumam optar pelo lanche fornecido na escola. O consumo de frutas e verduras realizado pelos adolescentes diariamente, 214 (53,5%) adolescentes, responderam que esse grupo alimentar não está presente todos os dias em sua alimentação, dando preferência para alimentos com alto teor calórico, como bombons, salgados, refrigerantes. Conclusões: É importante enfatizar que existe a necessidade de modificar as preparações, e dessa forma torná-las diversificadas procurando de maneira geral atender as necessidades dos adolescentes, sem essa iniciativa, o lanche fornecido na escola continuará com pouca aceitabilidade. É papel da escola, buscar desenvolver estratégias de educação nutricional com objetivo de desenvolver atitudes e hábitos saudáveis, uma vez que estes podem ser considerados uma das funções mais importantes da alimentação escolar.

Palavras-chave: adolescente. alimentação escolar. hábitos alimentares. questionário

¹ Graduanda em Nutrição, Faculdade Santo Agostinho – FSA, Teresina (PI), Brasil

² Professora Esp. de Nutrição, Faculdade Santo Agostinho – FSA, Teresina (PI), Brasil

³ Professora Ms. de Nutrição, Faculdade Santo Agostinho – FSA, Teresina (PI), Brasil

Intercorrências mamárias relacionadas à lactação em puérperas de uma maternidade pública de Teresina, PI.

Lívia Patrícia Rodrigues Batista¹
 Nara Vanessa dos Anjos Barros¹
 Leanny Keyla Lustosa de Alemida¹
 Rayssa Gabriela Costa Lima Porto¹
 Nágila Tallita Fonseca¹
 Suelem Torres de Freitas¹
 Leiliane Rodrigues Batista²
 Ivonete Moura Campelo³

Os problemas mamários que ocorrem durante a lactação têm papel preponderante no início e continuidade do processo de amamentação. Este trabalho objetivou identificar as principais intercorrências mamárias relacionadas à lactação em uma Maternidade Pública da cidade de Teresina, PI. A coleta dos dados ocorreu a partir do registro das informações contidas nos formulários, durante o período de dois meses. Os dados coletados foram analisados estatisticamente e descritivamente, sendo expressos como média e desvio padrão. Observou-se, no período do estudo, o equivalente a 918 intercorrências (20,6 ± 8,49 por dia). Cerca de 21,89% das puérperas foram consideradas inseguras, 18,63% dos recém-nascidos apresentaram dificuldade de pega, 13,83% estavam com a mama cheia, 12,74% apresentavam baixa produção de leite materno, 11% das puérperas possuíam fissuras mamilares e 8% das puérperas apresentaram mamilo invertido. Considerando a importância da prática da amamentação bem-sucedida enquanto estratégia de promoção da saúde da mulher e da criança e de redução da morbi-mortalidade materna e infantil, os resultados obtidos podem subsidiar práticas da Equipe Multiprofissional mais direcionadas ao preparo da gestante desde o período gravídico, momento que antecede a prática da amamentação, favorecendo o nível de conhecimento e de conscientização sobre a prevenção e combate aos problemas que poderão surgir, contribuindo para o bem-estar geral da mãe e do seu filho no momento do puerpério, tomando-o uma experiência agradável e bem-sucedida.

Palavras-chave: Amamentação. Puerpério. Intercorrências Mamárias.

1. Graduada em Nutrição; Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
2. Graduada em Nutrição; Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
3. Prof. Msc. do Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Avaliação bucal e risco de desnutrição em idosos na zona rural da cidade de Teresina - Piauí.

Nara Vanessa dos Anjos Barros¹
 Natércia Freitas Ribeiro¹
 Renata Bandeira Lages²
 Joyse Lopes de Oliveira²
 Perpétua Angélica de Moura Santos²
 Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo³
 Marcos Antônio da Mota Araújo⁴
 Regina Ferraz Mendes⁵

O envelhecimento produz inúmeras mudanças orais que incluem perda dental, diminuição do fluxo salivar e perda do paladar, os quais contribuem para alterar a função mastigatória e, conseqüentemente, o estado nutricional. Atualmente, poucos estudos relacionam a saúde bucal com o risco de desnutrição, e no Nordeste brasileiro, estes são praticamente inexistentes. O objetivo da pesquisa foi relacionar a saúde bucal com o risco de desnutrição dos idosos residentes em áreas da zona rural de Teresina-PI. Realizou-se um estudo transversal em 81 idosos, com 60 ou mais anos de idade, residentes em áreas da zona rural cobertas por equipes da Estratégia Saúde da Família. Com cada idoso, efetuou-se o exame clínico do uso e condições de prótese, presença de cárie dentária e doença periodontal, e aplicou-se a Mini Avaliação Nutricional. A amostra era constituída predominantemente pelo gênero feminino (66,7%), enquanto que 33,3% eram do gênero masculino, com a faixa etária entre 65 e 69 anos de idade (33,3%), e analfabetos (66,7%). Os resultados da MAN demonstraram que 59,3% dos idosos apresentavam risco de desnutrição e 40,7% estavam com estado nutricional adequado. Com relação à saúde bucal, o CPO-D apresentou uma média de 29 dentes, onde 63% dos idosos eram desdentados totais. Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os gêneros, faixa etária, escolaridade (anos de estudo) e CPO-D com o estado nutricional. Levando-se em consideração a precariedade da saúde bucal e estado nutricional da população em estudo, fazem-se necessário adotar medidas preventivas, curativas, educativas e reabilitadoras permanentes em idosos.

Palavras-chave: Saúde Bucal. Estado Nutricional. Idosos.

1. Graduada em Nutrição; Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
2. Mestranda dos Programas de Pós-Graduação em Ciências e Saúde e Alimentos e Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
3. Prof. Pós-Doc. do Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
4. Estatístico. Fundação Municipal de Saúde - GEPLAN, Teresina, PI, Brasil
5. Prof. Dr. do Departamento de Odontologia Restauradora/Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil. Email: inafmendes@hotmail.com.

Análise microbiológica de maionese utilizada em lanchonetes do campus universitário ministro Petrônio Portela do município de Teresina-PI

Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo¹
 Marcília Alves Machado²
 Natane Silva Sousa²
 Paula Eduarda Honorato²
 Renatta Coêlho de Sousa³
 Universidade Federal do Piauí - UFPI

A maionese é um produto a base de ovos com destaque nos surtos de toxinfecção alimentar, uma vez que é consumida em grande escala porque faz parte da confecção de saladas, molhos e outros pratos. Em virtude do aumento do consumo de alimentos destinados ao pronto consumo coletivo "fast-foods", alimentos estes consumidos com molhos a base de maionese, o que oferece potencial risco de infecção por DTA, o estudo teve como objetivo realizar a análise microbiológica de maionese utilizada em lanchonetes do Campus Universitário Ministro Petrônio Portela da Universidade Federal do Piauí (UFPI). No total, foram coletadas duas amostras em cada lanchonete, uma a tarde e outra pela manhã, de maionese em cinco lanchonetes da UFPI foram realizadas no período de abril a junho de 2011, sendo escolhidas aleatoriamente, totalizando 10 amostras. As amostras foram coletadas em sacos plásticos estéreis, acondicionadas e transportadas adequadamente e encaminhadas para análise microbiológica no Laboratório de Microbiologia de Alimentos, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Processamento de Alimentos – NUEPPA. Foram pesquisados coliformes termotolerantes, Salmonella e Staphylococcus aureus coagulase positiva. Tanto o preparo das amostras como suas diluições foram realizados de acordo com a metodologia proposta por Silva, Junqueira e Silveira (2001). Todas as amostras apresentaram-se dentro dos padrões propostos pela Resolução - RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. Os resultados mostram que as lanchonetes armazenam adequadamente o produto e que adotam normas adequadas de manipulação, oferecendo a maionese de forma segura aos seus consumidores.

Palavras-Chave: Análise Microbiológica. Maionese. Fast-Foods.

¹Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, Bloco 13, Bairro Ininga, CEP 64049-550 Teresina, PI.

²Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, Bloco 13, Bairro Ininga, CEP 64049-550 Teresina, PI.

Educação Nutricional em uma Creche Municipal de Teresina-Pi

Natércia Freitas Ribeiro¹
 MSc. Ivonete Moura Campelo²
 Universidade Federal do Piauí - UFPI

Objetivo: o presente estudo teve por objetivo desenvolver atividades de educação nutricional com os alunos e educadores, utilizando informações básicas sobre alimentação saudável para a criança em idade pré-escolar. **Metodologia:** O estudo foi realizado em uma creche municipal em Teresina-PI, no período de março a maio de 2011. Participaram todos os alunos e professores de ambos os turnos. A atividade de educação nutricional com os professores avaliou o conhecimento destes a cerca do assunto e sua capacidade em estabelecer uma relação entre o planejamento pedagógico e o planejamento da alimentação. Na avaliação foi utilizado um questionário elaborado pelos pesquisadores. Após análise dos questionários, foram realizadas atividades educativas (exposições dialogadas). A atividade de educação nutricional desenvolvida com os alunos foi uma aula intitulada: "Conhecendo as frutas", que tratou a cerca do conhecimento e consumo de frutas, onde foram convidadas a observar as frutas inteiras e depois cortadas a fim de verificar sua capacidade em identifica-las independente da sua forma de apresentação. Também foram indagados sobre suas preferencias e frequências de consumo de frutas. **Resultados:** De forma geral observou-se a necessidade dos professores em aumentar seus conhecimentos sobre nutrição, para que possam influenciar de forma adequada a alimentação dos alunos. Já os alunos mostraram-se contentes e satisfeitos ao interagirem com as frutas, tornando-se visível o interesse destes no decorrer da aula. **Conclusão:** Com a realização dessas atividades na escola, pôde-se verificar grande aceitação de atividades de educação nutricional por parte do corpo de professores, pedagogos e alunos.

Palavras-chave: Educação, Nutrição, Alunos.

¹Graduada em Nutrição pela UFPI, Teresina-PI.

²MSc docente do Curso de Nutrição da UFPI, Teresina-PI.

Benefícios da linhaça (*Linum Usitatissimum L.*) na alimentação - uma breve revisão

Rayanne Araujo Pessoa¹ - IFPI
Caio Roberto Viana Reis² - NOVAFAPI
Vera Lúcia Viana do Nascimento³ - IFPI

O consumidor está se tornando cada vez mais exigente, buscando não somente alimentos que forneçam os nutrientes necessários para o funcionamento do organismo, como também alimentos que promovam saúde e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida como os alimentos funcionais. A linhaça é um exemplo desse tipo de alimento, pois possui substâncias bioativas que estão envolvidas na prevenção de doenças. É considerada ainda um super alimento porque guarda em sua casca uma mistura de proteínas, minerais e vitaminas, 55% de ômega 3 (alfa-linolênico), 15% a 18% de ômega 6 (alfa-linolêico) e 18% de ômega 9, além de ser rico em lignana, uma fibra solúvel. Esta pesquisa de compilação bibliográfica visa apresentar a linhaça como um alimento funcional e conseqüentemente os benefícios que o mesmo pode trazer ao organismo.

Palavras-chaves: linhaça, alimento funcional, benefícios.

1 Graduanda de Tecnologia em Alimentos – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - e Ciências Biológicas.
2 Graduando de Biomedicina – NOVAFAPI.
3 Nutricionista. Mestre em Genética e Toxicologia Aplicada ULBRA e professora do IFPI do Curso de Tecnologia em Alimentos.

Avaliação sensorial de margarina com quitosana

Max Magno Mascarenhas dos Santos¹
Rayanne Araújo Pessoa²
Lucas Pinheiro Dias³
Mariana de Moraes Sousa⁴
Mariana Séfora Bezerra Sousa⁵
Caio Roberto Viana Reis⁶
Vera Lúcia Viana do Nascimento⁷

A quitosana é uma fibra dietética utilizada como alimento funcional, na composição de vários alimentos como componente auxiliar na perda de peso, redução dos níveis de colesterol e auxiliar do trato gastrintestinal. Com o intuito de melhorar a funcionalidade da margarina tradicional, fez-se a combinação de várias concentrações de quitosana com esse produto. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi adicionar quitosana à margarinas tradicionais, avaliando a sua aceitabilidade e intenção de compra por meio de testes sensoriais. Extraiu-se a quitosana da carapaça de siri e a adicionou a margarina, logo em seguida foram realizados os testes sensoriais, avaliando a aceitabilidade e a intenção de compra do produto. Quanto à aceitabilidade, as amostras não apresentaram diferença significativa ($p < 0,05$) em relação aos atributos testados. A intenção de compra também revelou os mesmos resultados, ressaltando que a amostra D foi a menos aceita e que gerou dúvidas em relação à compra pelos provadores, isso devido à elevada concentração de quitosana que modificou a aparência, cor, sabor, textura e aroma da margarina.

Palavras-chave: Avaliação Sensorial. Margarina com Quitosana. Siri.

1 Graduando em química – IFPI e Farmácia - UFPI. E-mail: maxwagno.quimica@gmail.com
2 Graduanda de Tecnologia em Alimentos - IFPI e Ciências Biológicas – UESP
3 Graduado em Tecnologia de Alimentos - IFPI
4 Graduado em Tecnologia em Alimentos - IFPI
5 Graduado em Tecnologia em Alimentos – IFPI
6 Graduando em Biomedicina - NOVAFAPI
7 Nutricionista. Mestre em Genética e Toxicologia Aplicada - ULBRA e professora do IFPI do curso de Tecnologia em Alimentos.

Avaliação do ganho de peso relacionado com tipo de amamentação em prematuros submetidos ao método canguru em uma maternidade de referência

Rayssa Gabriela Costa Lima Porto¹
Ennya Cristina Pereira Santos²
Elyudienne Andressa Silva Santos²
Lívia Patrícia Rodrigues Batista²
Nara Vanessa dos Anjos Barros²
Leanny Keyla Lustosa Almeida²
L. R. Batista²
Maria Rosália Ribeiro Brandim³

Este estudo teve como objetivo, traçar uma relação entre o tipo de amamentação de recém nascidos submetidos ao Método Mãe Canguru na Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER) com o ganho de peso e tempo de internação. Tratou-se de um estudo descritivo retrospectivo em que a coleta de dados deu-se através do mapa de acompanhamento de RNs prematuros utilizados pela maternidade. Foi verificado que o ganho de peso dos RN's com amamentação em seio materno exclusivo (ASME) foi de 20,22 g/dia, apresentando-se maior que o ganho de peso dos RN's amamentados ao seio materno juntamente com leite humano pasteurizado (19,15g/dia). O ganho diário de peso dos RN's em uso de fórmula e também amamentados ao seio materno foi de 22,37g. Concluiu-se que houve maior ganho de peso diário naqueles recém-nascidos que se alimentavam de fórmula infantil associado com o seio materno. Entretanto, neste grupo verificou-se maior tempo de permanência hospitalar. Quanto ao tipo de alimentação no momento da alta hospitalar, prevaleceu o aleitamento no seio materno.

Palavras-Chave: Amamentação. Método Canguru. Prematuros. Ganho de Peso.

1 Graduada em Nutrição (Relatora)

2 Graduada em Nutrição

3 Orientadora, Departamento de Nutrição.

resumo dos trabalhos de **PSICOLOGIA**



TERESINA-PI

Corpo, instinto. Um entusiasmo¹

Adonai Fernandes de Carvalho²

Este trabalho trata da relação “Corpo, Instinto”, como fundamento no conhecimento do homem em si. Tornar-se espírito livre, ser e ter a posse do seu corpo restaurando a vontade afirmativa de potência, é a necessidade básica no pensamento de NIETZSCHE como forma de concepção da primeira transvaloração dos valores que nos propõe, para assim ser possível renovar as valorações dominantes e vigentes ao anunciar uma nova direção, um novo horizonte, que se constituirá num alicerce mais confiável para a construção da base sólida necessária ao conhecimento. Sendo assim, o objetivo do trabalho é demonstrar a caracterização do conceito de felicidade (instinto) em NIETZSCHE, e como esta concepção foi continuamente expropriada no pensamento do homem durante os tempos por SÓCRATES, PLATÃO e as Religiões através de uma variação da moral que conferiu divergências estruturais entre pensamento afirmativo e pensamento conceitual e gerou um desvanecimento nesse homem contemporâneo que se encontra incapacitado de compreender positivamente seu papel de ascensão no mundo devido à forma como foram construídos os conceitos na linguagem. A metodologia do trabalho é um procedimento estruturado em torno da interpretação dos textos de NIETZSCHE, uma revisão bibliográfica que se fundamenta para tornar possível a compreensão da sua ideia da recondução da racionalidade (autoridade) para o corpo, onde na aproximação com a natureza o homem perceba sua vontade de potência como próprio pensamento através do ouvir a voz de um corpo que fala o sentido da terra. Este corpo/instinto é inspiração, é entusiasmo, é um convite da filosofia aos educadores.

Palavras-chave: Corpo. Instinto. Linguagem. Educação

¹ Artigo submetido e aprovado através do Programa: Áreas de Atuação da Pedagogia do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologias de Ensino da Filosofia na Universidade Gama Filho sob a orientação da Prof^a. Magalis Bêsser Dorneles Schneider.

² Pós-graduado em Metodologias de Ensino de Filosofia pela Universidade Gama Filho (RJ), graduado em Bacharelado em Ciências Sociais pela Unifor – Universidade de Fortaleza (CE). Atualmente cursando Mestrado em Educação pela ULHT- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. E-mail: adonaifo@hotmail.com

K. D. minha saúde mental?: Sobre a clínica da intervenção precoce

Alderon Marques Cantanhede Silva ¹

A intervenção precoce enquanto estratégia de prevenção de doenças psíquicas de crianças pequenas e também de suas mães, tem ganhado dimensão recentemente, a partir de inúmeros estudos internacionais e nacionais, visando prevenir doenças provocadas por problemas na relação da mãe com seu bebê. Desde os estudos realizados na segunda guerra mundial e o relatório de John Bowlby para a OMS, já notamos os efeitos danosos da ausência de cuidados à criança e suas repercussões. Com Lacan em sua formulação do estádio do espelho, notamos a significância que ganha o Outro no processo de estruturação do sujeito. É a mãe que inicialmente irá dar sentido ao choro, grito da criança, processo necessário para a instauração do circuito pulsional, como diz Laznik-Penot. No entanto nessa relação pode haver perturbações de diversas ordens, na mãe, estruturais ou episódicas e que irão interferir no processo de constituição subjetiva do bebê. Para que se instale no bebê a mãe precisará sustentar certas funções, o que para Kupfer consiste em estabelecer a demanda da criança, supor um sujeito, alternar presença-ausência, instalação da função paterna. Acompanhei durante seis encontros um bebê de três meses, e sua mãe, uma jovem de dezenove anos, intervindo também na relação mãe/bebê, intervenção precoce na perspectiva da psicanálise e da saúde mental.

Palavras-chave: Intervenção precoce. mãe. bebê.

¹ Docente do curso de Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santo Agostinho

Sobre o diagnóstico clínico: diagnóstico médico e psicanalítico

Alderon Marques Cantanhede Silva ¹

O diagnóstico atualmente remete a questões como formação profissional e critérios diagnósticos utilizados por quem acompanha pessoas com grave sofrimento psíquico. O diagnóstico médico está baseado no tripé alterações anatomopatológicas, encontro do agente etiológico e descrição de sinais e sintomas, privilegiando exclusivamente o sentido do olhar médico, e visando a abolição dos sintomas causadores de sofrimento; o diagnóstico psicanalítico leva em consideração aspectos da particularidade de cada do sujeito, sua história de vida, para tal contará com o momento das entrevistas preliminares, momento em que detectará a viabilidade ou não de uma análise, a noção de estrutura clínica e seu referente à psiquiatria clássica em neurose, psicose e perversão e de uma ética em seu trabalho clínico, que permitirá a fala do sujeito, privilegiando o sentido da escuta como ferramenta de trabalho e direcionando à cura.

Palavras-chaves: diagnóstico médico; diagnóstico psicanalítico; sintoma.

1. Docente do curso de Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santo Agostinho

Projeto “em rumo à qualidade na vida”

Ana Maria Batista Correia¹
 Polliana Oliveira Coutinho Melo²
 Delite da Conceição Barros³

O presente artigo discorre sobre o trabalho desenvolvido no eixo da Psicologia Escolar/Educacional utilizando como metodologia uma reflexão teórica acerca dos temas: adolescência e a qualidade de vida. Dentre nossos objetivos indicamos como geral o de construir um manual sobre adolescência, estresse e qualidade de vida. Elencamos como objetivos específicos: oportunizar reflexão sobre a fase da adolescência; discutir a concepção de qualidade de vida e estresse; descrever estratégias para enfrentamento do estresse e promoção da qualidade de vida. Buscamos uma atuação crítica e reflexiva capaz de proporcionar mudanças dialéticas em cada um dos atores da escola. Intencionou-se conhecer mais a respeito do adolescente, o significado de qualidade de vida e estresse nesta fase de desenvolvimento. O adolescente de um modo geral apresenta vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos da família, instituição escola, mídia e sociedade, necessitando, portanto de cuidados preventivos. Manter a qualidade da vida do adolescente compreende investir em um projeto com chances de ter uma vida adulta mais saudável. Qualidade de vida corresponde à percepção do indivíduo, de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas e padrões. Para o enfrentamento ao estresse trabalhamos de acordo com seis dimensões: autonomia, saúde física, saúde psicológica, relações sociais, ambiente e religiosidade. Dessa forma, necessitamos atuar junto aos alunos levando-os a refletir sobre sua vida, junto aos pais e junto aos professores com esse mesmo propósito.

Palavras-chave: Adolescência. Qualidade de Vida. Enfrentamento do estresse.

1 Psicóloga Escolar, especialista em Psicologia da Educação e aluna do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Piauí

2 Aluna do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho e estagiária de Psicologia Escolar no Instituto Dom Barreto

3 Psicóloga Escolar/Educacional e Clínica, Mestre em Educação, Gestalt Terapeuta, Especialista em Saúde Mental e Educação.

O processo de ensino-aprendizagem e as interações sociais em sala de aula: relato de campo em Psicologia da Aprendizagem

Anderson Rubem Guimarães Leal¹
Layna Maria de Carvalho Ferreira Pacheco²
Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho³

A aprendizagem caracteriza-se por ser um processo contínuo, gradativo e cumulativo que ocorre através das relações de ensino-aprendizagem. As interações sociais em sala de aula, seja professor-aluno ou aluno-aluno, também interferem nesse processo e, por isso, merecem compreensão, a fim de otimizá-lo e atender às necessidades dos envolvidos. Este trabalho foi produzido a partir de uma atividade de campo da disciplina Psicologia da Aprendizagem, do curso de Psicologia. Foram realizadas observações e entrevistas; as observações foram realizadas em duas aulas de uma disciplina do curso de Farmácia de uma faculdade privada da cidade de Teresina-PI e as entrevistas semi-estruturadas, foram feitas com um professor e dois alunos da referida turma. As variáveis conceito de aprendizagem, motivação, avaliação, família, interações e papéis em sala de aula, mostraram-se importantes para a compreensão do fenômeno. Foi notório que as relações sociais em sala de aula interferem no incentivo do aluno em aprender. Deve-se pensar no todo, pensando num aprendizado que ocorre dentro de um sistema, e não isolando as partes que o compõem já que elas estão articuladas para formarem o todo.

Palavras-chave: Aprendizagem, professor, aluno, relações em sala de aula.

1. Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial – FACID; Teresina – PI;
2 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial – FACID; Teresina – PI;
3 Psicóloga, Mestra em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-SP; Professora da Faculdade Integral Diferencial – FACID; Teresina – PI;

Humanização no contexto da educação e o papel do psicólogo escolar e educacional: considerações gerais

Anderson Rubem Guimarães Leal¹
Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho²

Humanização constitui um tema que foi amplamente desenvolvido no âmbito da saúde, mas que, devido as incisivas críticas feitas à escola, observa-se a necessidade e a relevância de desenvolver o tema no contexto da educação, uma vez que a saúde é bio-psico-social. Objetivou-se desenvolver o tema humanização no contexto da educação, levantando implicações para o processo de aprendizagem, para a relação instituição-aluno e para a prática do psicólogo escolar e educacional, levantando reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento educacional. O conceito de Humanização implica em compreender a realidade humana, as suas necessidades, o que abre diversas possibilidades de intervenção e compreensão no e do ambiente escolar. Humanizar, é trabalho do psicólogo em qualquer área de atuação, inclusive do psicólogo escolar e educacional. O tema, devido a sua relevância e amplitude, necessita de maior visibilidade e entendimento, principalmente no ambiente escolar, a fim de que intervenções eficazes sejam realizadas criando um ambiente em que há satisfação para professores e alunos.

Palavras-chave: Humanização, saúde, educação, psicologia escolar educacional.

1 Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial – FACID; Teresina – PI
2 Psicóloga, Mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-SP; Professora da Faculdade Integral Diferencial – FACID; Teresina – PI;

Fatores de riscos para reincidência de atos infracionais cometidos por crianças/adolescentes internados no Centro Educacional de Internação Provisória (CEIP)

João Batista Vieira¹

Este estudo tem como objetivo principal pesquisar e analisar os fatores de riscos que podem ser mantenedores de reincidência de adolescentes em conflito com a lei no cometimento do ato infracional que possam ser submetido à medida de Internação Provisória no Centro Educacional de Internação Provisória do sexo masculino – CEIP, no período de 2005 a 2010, a partir da observação de prontuários, tendo como amostra 10 (dez) adolescentes que durante estes anos foram reincidentes. Ao final, constatou-se que o número maior de crianças/adolescentes que reincidem em atos infracionais está na faixa etária de 15 a 17 anos, com predomínio daqueles que estão fora da escola e tiveram como motivo de apreensão o roubo. A maior parte deles utiliza a maconha, o crack e o álcool, moram na zona sul da cidade e apresentam como fator de risco o meio externo influenciador, além de possuir bom relacionamento familiar.

Palavras-chave: Fatores de riscos. Reincidência. Atos infracionais. Crianças/adolescentes.

1. Psicólogo, professor e acadêmico do Curso de Bacharelado em Psicologia

Assistência à saúde mental no Brasil: da reforma psiquiátrica à construção dos mecanismos de atenção psicossocial

Joviane A. Moura¹
Joselson S. Sousa²

O conceito de loucura é uma construção histórica. A população que sofre de algum transtorno mental é reconhecida como uma das mais excluídas socialmente. Este trabalho faz um resgate histórico das políticas em saúde mental no Brasil. Mostra o longo percurso da Reforma Psiquiátrica e as mudanças na regulamentação e nas formas de atendimento ao portador de transtorno mental, que adotam atualmente os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS como dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental o que possibilitou a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país, mas que ainda enfrentam grandes dificuldades em suas implementações e atuações.

Palavras-chave: CAPS. loucura. saúde mental

1 Psicóloga especialista em saúde mental, com atuação no Centro de Atenção Psicossocial CAPS II Norte, Teresina.
2 Psicólogo da Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

A introdução da Internet como mediadora no contexto educacional

José Henrique Cardoso Carvalho da Silva¹
 José Wilson de Oliveira Batista²
 Carlos Eduardo Gonçalves Leal³

Com o advento da globalização, a internet com sua política de muitos para muitos intercalado com sua deslumbrante interatividade gerou inúmeras formas de produção de conhecimento mesmo com a forte divergência social-cultural e geográfica existente. Desde a sua formação no período da Guerra Fria e massificação na sociedade, as relações sociais tornaram-se mais práticas, sobretudo na área da Educação. Com a inserção das grandes redes tecnológicas implantadas principalmente no âmbito escolar devido à liberdade de acesso e intercalado com a publicação, eleva a flexibilidade e a praticidade na discussão de temas escolares tornou-se um aspecto de importante valor e com a propagação da internet no meio educacional, cada vez mais, se emancipa do sistema de aprendizagem tradicionalista. Entretanto, ainda neste universo pouco explorado alguns pontos necessitam uma atenção no qual não podem passar despercebido como a qualificação de docentes que pouco possuem o domínio para usufruir dos recursos tecnológicos que o auxiliaram no planejamento ou execução momento de ministrar aulas, o questionamento das informações publicadas em páginas na internet e a atuação do aluno no desenvolvimento de seu trabalho que talvez o leve a conhecer uma nova fonte de conhecimento. Nesse artigo abordaremos duas visões sobre o manejo da internet como mediadora do contexto escolar, atribuindo perspectivas futuras para um bom desenvolvimento das práticas educacionais anexada a um novo significado para a necessidade do indivíduo dentro da sua realidade na expectativa que ocorra alterações construtivas que manifestem e impulsionem comportamentos positivos para aprendizagem do aluno em uma busca desencadeada para determinado objetivo.

Palavras-chave: Internet; Educação; Conhecimento.

1. Relator. Acadêmico do 3º período do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí – Teresina. Acadêmico do 4º período do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho – Teresina, Piauí.

2. Acadêmico do 4º período do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho – Teresina, Piauí.

3. Professor do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho. Especialista em Psicologia da Educação. Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Psicólogo Educacional da Universidade Federal do Piauí.

Violência doméstica contra a mulher: perfil do agressor

Adriana Rodrigues Alencar¹
 Eridan Gonçalves Lustosa Rosal¹
 Jaelton Jackson Alves Cardoso¹
 Layone Rachel Silva de Holanda¹
 Zenaide Alves Soares¹
 Maria de Fátima Barbosa Emérito²

Este trabalho é uma revisão teórica que envolve dados acerca da violência doméstica contra a mulher, onde serão informados aspectos da relação entre vítima e agressor; os tipos de violência doméstica mais frequentes (física, psicológica ou sócio-econômica); e o tipo de atendimento e/ou encaminhamento realizado. Trata-se, pois, de uma pesquisa bibliográfica, a fim de fazer um levantamento de dados sobre as consequências que este agressor causa às suas vítimas, quais as instituições envolvidas neste processo e como essas ações são refletidas na sociedade, por meio de materiais já publicados. É o tipo mais usado nas ciências sociais. De acordo com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA – Organização dos Estados Americanos - em 1994), a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Palavras-chave: Violência. Agressor. Vítima. Mulher. Doméstica.

1 Acadêmico(a)s do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Santo Agostinho

2 Especialista em Psicologia, integrante do corpo docente do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho

Psicologia em razão da cidadania: a psicologia aplicada em um núcleo jurídico

Ludmilla Muniz Machado¹
Eulineide Lauritzen de Lucena²

O conceito de loucura é uma construção histórica. A população que sofre de algum transtorno mental é reconhecida como uma das mais excluídas socialmente. Este trabalho faz um resgate histórico das políticas em saúde mental no Brasil. Mostra o longo percurso da Reforma Psiquiátrica e as mudanças na regulamentação e nas formas de atendimento ao portador de transtorno mental, que adotam atualmente os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS como dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental o que possibilitou a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país, mas que ainda enfrentam grandes dificuldades em suas implementações e atuações.

Palavras-Chave: CAPS. loucura. saúde mental.

¹ Psicóloga especialista em saúde mental, com atuação no Centro de Atenção Psicossocial CAPS II Norte, Teresina.
² Psicólogo da Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Experiência em psicologia escolar educacional: trabalhando a resolução de problemas, com o enfoque na ansiedade

Laylanne Martins Ribeiro de Souza¹
Máyra Laís de Carvalho Gomes²
Ana Célia Sousa Cavalcante³

O psicólogo Escolar Educacional atua de modo a mediar relações entre atores que fazem o contexto escolar de forma a envolver o ensino e a aprendizagem, considerando a teoria do desenvolvimento humano. Uma intervenção propiciadora de mudanças requer ação contextualizada, conhecimento do ambiente escolar, visualização das necessidades, planejamento na interdisciplinaridade, observação do contexto institucional. O presente trabalho refere-se a uma experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar em uma escola da rede privada de ensino em Teresina-PI. O objetivo principal da intervenção foi modelar os alunos a situações de Resolução de Problemas, com o enfoque direcionado ao enfrentamento de situações desencadeadoras de ansiedade em excesso. Desse modo, teve-se como método a formação de um grupo com alunos de quinto ano do Ensino Fundamental Menor para lidar com as situações ansiogênicas principalmente dentro e também fora da escola. A atuação grupal buscou treinar as habilidades de enfrentamento dos problemas dos alunos que são aversivos e que desencadeiam reações fisiológicas que necessitam de um autocontrole pessoal para se atingir uma maior concentração. Os resultados encontrados foram a compreensão da temática sobre a ansiedade, o treinamento e a aquisição de habilidades que possibilitem um maior enfrentamento das reações desencadeadas pela ansiedade, ocasionadas por situações aversivas, e uma maior concentração diante de ambientes que não podem ser alterados num dado momento. Esses resultados condizem com o objetivo proposto inicialmente, embora o tempo de execução do estágio tenha sido breve.

Palavras-chave: Psicologia. Educação e Ansiedade.

¹ Acadêmicas do 9º período de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e alunas participantes da Liga Acadêmica de Análise do Comportamento do Piauí (LiAAC-PI).

² Supervisora acadêmica do Estágio em Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Psicóloga e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza.

³ Supervisora de campo do Estágio em Psicologia Escolar e Educacional, Coordenadora do Serviço de Psicologia do Instituto Dom Barreto (Apoio Educacional Especializado Santa Clara – AESC), Psicóloga Clínica e Escolar/Educacional. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Especialista em Saúde Mental, Gestalt Terapia, Educação e Docência Superior.

Reflexões sobre a avaliação na escola inclusiva

Ludmilla Muniz Machado¹
 Francisca de Jesus Monteiro¹
 Maria da Glória Santos Ferreira¹
 Maria do Socorro Cardoso Soares Mendonça¹
 Teresinha de Sousa Lopes¹
 Patrícia Melo do Monte²

A partir de uma revisão histórica da Educação Especial versus Educação Inclusiva, percebe-se que este foi um processo lento e gradativo, evoluindo da integração para a inclusão propriamente dita. Esta transição deu-se por diversos fatores, desde pressões internacionais para consolidar a Declaração de Salamanca, como a sensibilização de teóricos da área e sua crescente produção científica. Mas, mesmo assim, ainda permanece a lacuna no tocante à avaliação do aprendiz da pessoa com necessidade educacional especial (PNEE). Este trabalho, portanto, tem como finalidade ampliar a discussão acerca dos Parâmetros Curriculares de Avaliação na Educação Inclusiva, ressaltando o entendimento da singularidade do sujeito que aprende e propondo maior flexibilidade de métodos e objetivos de ensino. Considerando os pensamentos de González Rey (2008), Mitjans Martínez (1997), Vigotski (1999), dentre outros autores, apresentamos uma proposta de revisão metodológica do processo de avaliação da aprendizagem, visto que a necessidade é de compreender o aluno como um sujeito ativo, reflexivo e emocional. Refletimos sobre uma mudança de paradigma em que permita um processo de avaliação não quantitativo, mas qualitativo em vistas a considerar o desenvolvimento integral do aluno. Discutimos como conduzir o ato avaliativo, de forma que o sujeito não seja reduzido aos aspectos funcionais débeis decorrentes da deficiência. Ressaltamos a avaliação como um ato pedagógico que deve valorizar os diferentes contextos em que a criança atua, dimensionando devidamente suas potencialidades para seu crescimento e superação. Portanto, concluímos que se faz necessário revisar objetivos no processo de ensino-aprendizagem, tomando como base a especificidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Inclusão. Avaliação. Aprendizagem. Psicologia.

¹ Acadêmica de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho, Teresina - PI

² Psicóloga Escolar. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Docência no Ensino Superior. Mestre em Educação. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho.

Transtorno bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos: estudo de caso

Pedro César Aprígio de Andrade¹
 Lays Carolinne S. de Carvalho²
 Dafne Beatriz Dias Pereira³
 Bruna Juliane Melo Silva⁴
 Márcia Astrês Fernandes⁵

O psicólogo Escolar Educacional atua de modo a mediar relações entre atores que fazem o contexto escolar de forma a envolver o ensino e a aprendizagem, considerando a teoria do desenvolvimento humano. Uma intervenção propiciadora de mudanças requer ação contextualizada, conhecimento do ambiente escolar, visualização das necessidades, planejamento na interdisciplinaridade, observação do contexto institucional. O presente trabalho refere-se a uma experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar em uma escola da rede privada de ensino em Teresina-PI. O objetivo principal da intervenção foi modelar os alunos a situações de Resolução de Problemas, com o enfoque direcionado ao enfrentamento de situações desencadeadoras de ansiedade em excesso. Desse modo, teve-se como método a formação de um grupo com alunos de quinto ano do Ensino Fundamental Menor para lidar com as situações ansiogênicas principalmente dentro e também fora da escola. A atuação grupal buscou treinar as habilidades de enfrentamento dos problemas dos alunos que são aversivos e que desencadeiam reações fisiológicas que necessitam de um autocontrole pessoal para se atingir uma maior concentração. Os resultados encontrados foram a compreensão da temática sobre a ansiedade, o treinamento e a aquisição de habilidades que possibilitem um maior enfrentamento das reações desencadeadas pela ansiedade, ocasionadas por situações aversivas, e uma maior concentração diante de ambientes que não podem ser alterados num dado momento. Esses resultados condizem com o objetivo proposto inicialmente, embora o tempo de execução do estágio tenha sido breve.

Palavras-chave: Psicologia, Educação e Ansiedade

¹ Graduando em enfermagem pela UFPI, Teresina-PI. Email: phedrocesar@hotmail.com

² Graduanda em enfermagem pela UFPI, Teresina-PI. Email: lays_carollinne@hotmail.com

³ Graduanda em enfermagem pela UFPI, Teresina-PI. Email: bya_hsm3@hotmail.com

⁴ Graduanda em enfermagem pela UFPI, Teresina-PI. Email: brujju2005@hotmail.com

⁵ Enfermeira e Farmacêutica. Mestre em Enfermagem pela EEAN/UFRJ. Doutoranda em Enfermagem pela EERP/USP. Docente da Universidade Federal do Piauí-UFPI. End. Rua Orquídea, 1100. Bairro Jóquei Clube. Teresina PI. E-mail: m.astres@bol.com.br.

Qualidade na vida e o adolescente

Ana Maria Batista Correia
 Polliana Oliveira Coutinho Melo
 Delite da Conceição Barros

O presente artigo discorre sobre o trabalho desenvolvido no eixo da Psicologia Escolar/Educacional utilizando como metodologia uma reflexão teórica acerca dos temas: adolescência e a qualidade de vida. Dentre nossos objetivos indicamos como geral o de construir um manual sobre adolescência, estresse e qualidade de vida. Elencamos como objetivos específicos: oportunizar reflexão sobre a fase da adolescência; discutir a concepção de qualidade de vida e estresse; descrever estratégias para enfrentamento do estresse e promoção da qualidade de vida. Buscamos uma atuação crítica e reflexiva capaz de proporcionar mudanças dialéticas em cada um dos atores da escola. Intencionou-se conhecer mais a respeito do adolescente, o significado de qualidade de vida e estresse nesta fase de desenvolvimento. O adolescente de um modo geral apresenta vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos da família, instituição escola, mídia e sociedade, necessitando, portanto de cuidados preventivos. Manter a qualidade da vida do adolescente compreende investir em um projeto com chances de ter uma vida adulta mais saudável. Qualidade de vida corresponde à percepção do indivíduo, de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas e padrões. Para o enfrentamento ao estresse trabalhamos de acordo com seis dimensões: autonomia, saúde física, saúde psicológica, relações sociais, ambiente e religiosidade. Dessa forma, necessitamos atuar junto aos alunos levando-os a refletir sobre sua vida, junto aos pais e junto aos professores com esse mesmo propósito.

Palavras-chave: Adolescência. Qualidade de Vida. Enfrentamento do estresse.

¹ Psicóloga Escolar, especialista em Psicologia da Educação e aluna do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Piauí.

² Aluna do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho e estagiária de Psicologia Escolar no Instituto Dom Barreto

³ Psicóloga Escolar/Educacional e Clínica, Mestre em Educação, Gestalt Terapeuta, Especialista em Saúde Mental e Educação.

Redução de Danos: Saberes e Práticas

Ricardo Santos de Deus Cruz ¹
 Regina Maria Bomfim Soares²

Este artigo bibliográfico tem por objetivo apresentar a Política de Redução de Danos no Brasil de forma geral. E o seu saber no cuidado dos usuários de substâncias psicoativas possibilitando novos olhares diante a relação homem e uso de drogas. Tendo como principal objetivo o cuidado integral do sujeito não mais reduzindo ao seu uso de drogas, mas compreendendo como cidadão de múltiplas necessidades. Como se pode perceber a proposta da Redução de Danos respeito à liberdade de escolha não “exigir” a abstinência, propõe a relativização com a tradição higienista e asséptica na saúde, permiti uma ruptura com a criminalização do usuário e amplia a definição de drogas saindo da visão conceitual licita e ilícita. Diante de toda essa realidade percebe-se que a forma de ser compreender a relação do Homem e álcool e outras drogas no Brasil inicia um processo de resignificação do modo como percebemos o uso de drogas, os usuários e as praticas adotadas para que se construa uma atenção integral que respeite a individualidade de cada sujeito produzindo assim novos saberes que não mais sejam meramente proibicionistas onde o foco deixa de ser a substância psicoativa e passar a focalizar no sujeito e nas suas múltiplas necessidades como um cidadão, tendo a redução de danos um importante papel nesse processo.

Palavras-chave: Redução de Danos, Políticas Públicas, Álcool e outras Drogas, Cuidado

¹ Estudante de Psicologia do 10º período - Faculdade Santo Agostinho

² Orientadora de trabalho: Docente da Faculdade Santo Agostinho

Principais Conseqüências Psicológicas entre Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual

Aline Spíndola de Oliveira¹
 Carla Karoliny Sousa Oliveira¹
 Jéssica Karol de Aguiar Matos¹
 Juma Rodrigues Frota¹
 Nelyanne da Silva Bezerra¹
 Ronara Silva Fonseca¹
 Stéfanni da Silva Barros¹
 Eleonardo Pereira Rodrigues².

O abuso sexual tem um impacto muito grande na saúde física e mental da criança e do adolescente, deixando marcas em seu desenvolvimento, com danos que podem persistir por toda vida. Sua detecção precoce possibilita o tratamento e acompanhamento adequado, com a minimização das conseqüências. O envolvimento familiar deve ser levado em conta, todas as distorções de relacionamento necessitam ser avaliadas e tratadas para que se interrompa sua continuidade, que será no abuso intergeracional e na possibilidade de revitimização. A identificação da violência doméstica e dos sinais de alerta físicos e psicológicos para o abuso sexual fazem parte da avaliação. Realizou-se uma revisão de literatura publicada sobre o tema do tipo livre e assistemático. A busca foi feita com palavras-chaves no banco de dados do Scielo. Os estudos mostram que esse tipo de violência sexual vem aumentando consideravelmente, daí a importância do diagnóstico e tratamento precoce, bem como de políticas públicas voltadas para o combate do abuso sexual.

Palavras-chaves: Abuso Sexual Infantil, Adolescente, Conseqüências Psicológicas.

¹ Alunas do Curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho. Teresina-PI

² Mestre em Medicina (Neurociências) pela UFBA; Professor de Metodologia da Pesquisa, orientador deste trabalho.

Como as Emoções Influenciam no Percurso do Ensino-Aprendizagem

Yvonne Marie Soares Moutinho¹
 Christiane Melo de Oliveira¹
 Maria do Socorro Lima dos Santos¹
 Liana Dantas²

O artigo apresentado tem como objetivo, detalhar os diferentes tipos de emoções e suas implicações quanto à forma de relacionamentos estabelecidos entre as pessoas com comportamentos e pensamentos peculiares que manifestam-se em determinadas situações resultando no surgimento de emoções podendo ser satisfatórias ou não. Ao direcionarmos estas manifestações que acompanham todo indivíduo, à escola, mais especificamente em sala de aula, nenhum tipo de emoção externalizada ou intimidada deve ser descartada, pois estas influenciam diretamente e podendo comprometer o ensino-aprendizagem no ambiente de classe. O estudo sobre emoções está no ramo da Psicologia e esta importância do educador aprofundar-se neste estudo é que as emoções têm ligações diretas com a nossa estrutura mental e fisiológica, e que o auto-controle deve ser um dos principais focos para manter-se saudável e ensinar a quem está em fase de maturação o domínio próprio, pois se tiverem exercendo o auto-controle de suas emoções, serão adultos centrados, estruturados e principalmente sociáveis. Para a elaboração deste artigo foram estudados os autores DAMÁSIO (1996) e LIMA(1998).

Palavras-chave: emoções. auto-controle e aprendizagem.Cuidado

¹ Acadêmicas do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Santo Agostinho.

² Professora do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Santo Agostinho.

A trajetória e o protagonismo do movimento de saúde no Piauí: o caso da comissão PRÓ-SUS (1988-1996)

Iracilda Alves Braga¹

O presente trabalho é dedicado ao Estudo da Comissão Pró-SUS e tem o objetivo responder às seguintes questões: – Como foi a atuação da Comissão Pró-SUS no processo construção e implementação do SUS em Teresina? – Qual o papel que ela exercia? – Qual o contexto? – Quem eram os atores sociais? Qual a sua contribuição? – Enfim, sua trajetória e protagonismo. Para delimitar a trajetória do Movimento de Saúde no Piauí, apresenta-se, de início, o levantamento da documentação existente junto às entidades populares, sindicais e de assessoria. O levantamento foi dificultado devido à ausência de uma cultura de documentação e sistematização, por parte dos movimentos. Sendo assim, foi necessário contatar entidades e pessoas e construir um acervo de documentos acerca da temática. No estudo desse acervo documental, procurou-se sistematizar o trabalho sob três perspectivas: 1) documentos da Comissão (Estadual de Saúde/Pró-Conselho/Pró-SUS); 2) documentos e atas do primeiro Conselho Municipal de Saúde; e 3) Documentos do Movimento de Saúde em geral (Movimento Popular de Saúde/ Central Única dos Trabalhadores/ Centro Piauiense de Ação Cultura etc.). Com base nesses documentos, constata-se que o Movimento de Saúde do Piauí se organizou desde meados da década de 1980, em espaços públicos de articulação e debate, em que se apresentaram em três momentos diferentes da nossa história com nomenclaturas diferenciadas, porém cada espaço de articulação originou o outro.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Saúde. Comissão Pró-SUS.

¹ Assistente Social (UFPI). Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Técnica da Municipal (Teresina) da Assistência Social. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Santo Agostinho, Instituto Camillo Filho e Faculdade Ademar Rosado.

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de SERVIÇO SOCIAL



TERESINA-PI

A proteção social e a família na realidade brasileira

Luciene Ferreira Mendes de Carvalho¹

O presente artigo originou-se das inquietações provenientes do aprofundamento das condições de risco e vulnerabilidade social nas quais está inserida a maioria das famílias brasileiras. Observa-se que nas sociedades ocidentais, a família vem sendo historicamente reconhecida como importante instituição de proteção social e alvo da atenção do Estado. Nos últimos tempos, tem sido crescentemente resgatada nessa função de regulação e na mesma medida assumido posição destacada no escopo das políticas sociais, especialmente na de assistência social. Tal evidência suscita uma reflexão sobre a família contemporânea – seus formatos, padrões e funções -, sem dizer das transformações da sociedade brasileira, que têm repercutido sobre essa condição de instituição básica de proteção e na ação social do Estado. Neste artigo, pretende-se fazer uma abordagem conceitual sobre o tema, a partir de revisão da literatura especializada, destacando a importância da família como instituição de proteção. Neste estudo, buscou-se compreender a família como instituição privilegiada na esfera da proteção social, a partir de suas transformações na contemporaneidade. Procurou-se ainda, problematizar a família enquanto esfera central de intervenção estatal por meio da implementação de políticas públicas, especialmente, a política de assistência social, no sentido de perceber os resultados obtidos a partir dessas ações.

Palavras-chave: proteção social, família e vulnerabilidade social

¹ Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí-UFPI.

Prática de devoção popular: a dança de São Gonçalo

Márcio Douglas de Carvalho e Silva¹

A atribuição de milagres a determinado santo gera a busca imediata do mesmo por muitos fiéis, todos com o objetivo de encontrar conforto, sentir-se protegido e geralmente ter a solução imediata para seus problemas. Para alcançar o que desejam os fiéis fazem uso de uma forma por onde merecer o milagre: a promessa. Esta é uma maneira de “pressionar” o santo ou mesmo acreditar que com um juramento determinado, certamente será atendido. É como uma troca de favores, onde o santo faz o milagre e o devoto retribui a graça alcançada, que pode ser uma missa, um terço, doações a igreja e mais frequentemente na crença popular a celebração de rituais que diferem do culto cristão oficial da Igreja Católica. Tendo em vista esses aspectos da religiosidade humana, pode-se perceber a dança de São Gonçalo como manifestação religiosa da cultura popular interiorizada na fé do povo piauiense. Em campo Maior-PI essa prática ainda persiste graças aos devotos que depositam no santo toda a sua esperança. Apesar de ser um culto religioso, a Dança de São Gonçalo possui aspectos típicos da cultura popular que são característicos desse tipo de prática devocional.

Palavras-chave: Devoção. Promessa. Religiosidade Popular.

¹ Acadêmico do 6º período do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – Campus Heróis do Jenipapo

A atuação do assistente social na reincidência da gravidez na adolescência: uma experiência no HRANP - Hospital Regional Alarico Nunes Pacheco na localidade de Timon/Ma

Ainoã Melo de Oliveira¹
 Eulenita Alves Goveia Moura¹
 Ingredy Leite Guimarães¹
 Maria Da Conceição Soares de Sousa¹
 Thaisa Prado de Castro¹

Este artigo visa analisar a atuação do Assistente Social na reincidência da gravidez na adolescência: uma experiência no Hospital Regional Alarico Nunes Pacheco – HRANP, na localidade de Timon/MA, onde foi realizada a pesquisa e o Estágio Supervisionado dos acadêmicos do curso de Serviço Social da Faculdade Anhanguera - UNIDERP. Procuramos enfatizar os aspectos fundamentais da realidade da política de atendimento à saúde do adolescente, segundo fundamentos do SUS. A assistência Social, no HRANP tem como linha de trabalho, a construção de canais de acesso à inclusão social, com uma visão crítica dentro de uma nova ordem social, enfocando estratégias dentro de um novo olhar para o atendimento a adolescente grávida recorrente, visando à universalização de todo cidadão aos serviços sociais essenciais à sua cidadania.

Palavras-chave: Assistente Social. Reincidência. Gravidez. Adolescência. HRANP

¹ Acadêmicas do 7º semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera/Uniderp Interativa. Teresina – PI, Brasil.

Comissão de Organização
Comitê Avaliador
Programação do Evento

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO GERAL DA IX SPC

Profa. Ms. Antonieta Lira e Silva - Coordenadora da Comissão (Diretoria de Ensino)

Profa. Dra. Marlene Araujo de Carvalho. (Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão).

Profa. Especialista Maria Monteiro da Silva Ramos (Coordenação do Núcleo de Apoio Pedagógico - NUAPE)

Profa. Especialista Ana Kelma Cunha Gallas (Coordenação do Núcleo de Comunicação -NUCOM)

Profa. Especialista Regina Maria Bomfim Soares (NUAPE)

Profa. Ms. Maria Auxiliadora Pereira da Cruz (Coordenação do Curso de Administração/Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Profa. Especialista Ana Kelma Cunha Gallas – Coordenadora da Equipe (NUCOM)

Juaceli Júnior, Fábio Andrade, Rayara Kelly e Lucas Lins

Bolsistas: Ana Caroline de Sousa Cruz, Ane Carolinne Brandão Vieira, Marília de Oliveira Andrade e Marcelino Araújo Paz.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Marlene Araujo de Carvalho – Coordenadora da Comissão e dos Comitês de Avaliação dos trabalhos Científicos/ Oficinas e mini-cursos (Coordenação de Pós-Graduação, pesquisa e Extensão).

Profa. Ms. Maria Auxiliadora Pereira da Cruz (Coordenação do Curso de Administração/Coordenação da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão).

Profa. Ms. Nilza Maria Silva Resende Leite (Coordenação da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Ms. Antônio Rodrigues de Carvalho Neto – Coordenador da Equipe

Prof. Ms. Raimundo Nonato Moura Rodrigues;

Profa. Ms. Francelena Saraiva Marques Carvalho;

Profa. Ms. Maria Auxiliadora Pereira da Cruz.

CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS

Prof. Ms. Josimar Alcantara de Oliveira – Coordenador da Equipe.

Profa. Ms. Monica Maria Lima Fialho;

Prof. Ms. Manoel Eulálio Neto.

CURSO DE DIREITO

Profª Ms Andrea Cristina de Sousa Fialho - Coordenadora da Equipe

Profª Ms. Marcus Vinicius do Nascimento

Profª Ms. Sergio Romualdo Lima Brandim

Profª Esp. Rogério Saraiva Xerez

Profª Esp. Luciana Pessoa Nunes Santos

CURSO DE ENFERMAGEM

Profª Dra. Silvana Santiago da Rocha – Coordenadora da Equipe.

Profª Ms. Adélia Dalva da Silva Oliveira;

Profª Ms. Maria Enoia dantas da Costa e Silva;

Profª Ms Delviane da Costa Oliveira

Profª Ms. Tatiana Maria Melo Guimarães

Profª Ms Disraeli Reis da Rocha Filho

Profª Mestranda Amanda Lucia Barreto Dantas.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Profª Ms. Francilene Batista Madeira - Mestre em Saúde Coletiva- UFMA – Coordenadora da Equipe.

Prof. Ms. Glauber Castelo Branco Silva - Mestre em Educação Física - UCB

Prof. Ms. Robert Maurício de Oliveira Araújo - Mestre em Educação - UFPI

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Profª Esp. Maria Margareth Rodrigues dos Santos

Profª Ms. Eldelita Aguida Porfírio Franco - Mestre em Gestão Ambiental Prof Esp.

Antony Mercury Rosado Leitão - Especialista em Gestão Empresarial

FISIOTERAPIA

Profª Ms. Michelle Vicente Torres

NUTRIÇÃO

Profª Dra. Regina da Silva Santos – Coordenadora da Equipe.

Profª Dra. Valdílea Tixeira Uchoa

Prof Dr. Glauber Campos Vale

JORNALISMO

Prof Ms Antônio Ailton Ferreira de Cerqueira - Mestre em Letras (UFPI) - Coordenador da Equipe.

Prof. Esp. Jessé Barbosa da Silva (Mestrando em Políticas Públicas UFPI)

SERVIÇO SOCIAL

Profª Ms. Luciene Ferreira Mendes de Carvalho – Coordenadora da Equipe.

Profª Ms. Conceição de Maria Sousa Batista Costa

Profª Ms. Marfisa Martins Mota de Moura

Profª Ms. Maria do Socorro Moura Costa

FARMÁCIA

Msc. Carla Solange de Melo Escórcio Dourado - Presidente da Comissão.

Drª. Alessandra Camillo da S. Castelo Branco

Msc. Fernanda Barroso Cerqueira de Carvalho

Msc. Bernardo de Melo Neto

Msc. Adolfo Marcito Campos de Oliveira

PEDAGOGIA

Profª Dra. Salânia Maria Barbosa de Melo – Coordenadora da Equipe.

Prof. Ms. Assunção de Maria Sousa e Silva

Profª Ms. Francisca Maria Nascimento

Profª Esp. Maria Margareth Rodrigues dos Santos

Prof. Esp. Luiz Vieira De Lima

PSICOLOGIA

Profª Ms. Lêda Maria de Carvalho Ribeiro – Coordenadora da Equipe.

Profª Ms. Patricia Melo do Monte

Profª Ms. Leonardo Sales Lima

Profª Ms. Dyego Carvalho Costa

Profª Ms. Eleonardo Pereira Rodrigues

Profª Esp. Maria de Fátima Barbosa Emérito

Profª Esp. Maria Margareth Rodrigues dos Santos

COMITÊ DE ENCONTRO DE MONITORIA E EXTENSÃO

Profa. Esp. Regina Maria Bomfim Soares – Coordenadora dos trabalhos (Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/NUAPE)

PROGRAMAÇÃO DA IX SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA - 2011

AUDITÓRIO MANOEL CIPRIANO LIRA

SEGUNDA-FEIRA, 3/10

18h - Atração cultural: Marlla e Banda

18h20 às 20h10 - Palestra de Jornalismo: Piauí - aventuras do conhecimento. Palestrante: Alcide Filho – Ambientalista. Especialista em multimídia, produz, dirige e apresenta os quadros Cidade Verde Aventura e Cidade Verde Turismo, na TV Cidade Verde, canal 5, afiliada do SBT em Teresina, capital do Piauí.

20h20 às 22h – Palestra de Jornalismo: Como promover a Educação Ambiental? Um panorama das políticas públicas para o meio ambiente nas esferas do município, do Estado e do Brasil. Palestrante: Deocleciano Guedes. Ambientalista, secretário Municipal de Meio Ambiente de Teresina, professor da UFPI, ex-superintendente da Fundação Desert (Núcleo de Pesquisa e Controle da Desertificação no Nordeste, Recuperação de áreas em desertificação no Estado do Piauí) e ex-superintendente do Ibama-PI.

TERÇA-FEIRA, 4/10

7h às 8h10 – Palestra de Ciências Contábeis: A Importância da perícia contábil no processo de avaliação econômica da empresa. Palestrante: Benedito Ribeiro das Graças Neto. Contador Presidente da APCEPI (Associação dos Peritos Contadores do Piauí).

9h às 11h – Palestra de Farmácia: Aspectos Epidemiológicos Relacionados à Vigilância Sanitária de Medicamentos. Palestrante: Ítalo Sávio. Graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (2004). Professor efetivo da Faculdade de Tecnologia do Piauí (Fatepi). Concluindo mestrado em Farmacologia Clínica pela UFC na área de mutagênese e genotoxicidade.

16h20 às 18h – Palestra de Direito: Direito Ambiental: Aprovação da nova legislação ambiental. Palestrante: Maria Carmem Cavalcanti de Almeida, Procuradora do Meio ambiente, Ministério Público do Estado do Piauí.

18h - Atração cultural: Banda Aclive

18h20 às 20h10 – Mesa-redonda de Psicologia: Qualidade de Vida e Psicologia.

20h20 às 22h – Palestra de Direito: O papel do direito imobiliário na construção de espaço urbano sustentável. Palestrante: João Paulo dos Santos Melo. Advogado, Mestre em Direito Constitucional pela UFRN e professor da UFRN e UNP.

QUARTA-FEIRA, 5/10

8h10 às 10h10 – Palestra de Administração: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho. Palestrante: Eugênio Fortes. Educador Físico. Empresário da área de academias em Teresina (PI).

16h20 às 18h – Palestra de Educação Física: Rally CERAPIÓ-PIOCERÁ, um caso de sucesso e como os esportes radicais contribuem para o desenvolvimento do Estado do Piauí. Palestrante: Ehrlich Manoel Porfírio de Sá Lima Cordão. Criador do Cerapió-Piocerá, maior enduro off road do país.

18h - Atração cultural: Forró Absoluto

18h20 às 22h - Missa de Ação em Graças pela passagem do aniversário da FSA.

QUINTA-FEIRA, 6/10

7h às 8h10 – Palestra de Ciências Contábeis: Os procedimentos contábeis na prestação de contas das entidades do terceiro setor. Palestrante: Gardênia Maria Braga, Mestra em Gestão Pública.

8h10 às 10h10- Mesa-redonda: Educação, Gênero e Afrodescendência – Luciênia Libânia Pinheiro Martins. Tema 1: Saúde da mulher afrodescendente -Haldaci

Regina da Silva. Tema 2: Educação e gênero nas Comunidades Quilombolas - Ranchimit Batista Nunes. Tema 3: Análise estatística das relações de gênero na contemporaneidade - Luciênia Libânia Pinheiro Martins. Tema 4: Educação e Gênero. - Meire Michele dos Santos Rocha.

18h20 às 20h10- Palestra de Pedagogia: Projeto de ensino Interdisciplinar e a sustentação da relação teoria e prática como eixo central da formação do professor. Palestrante: Joana D'arc Socorro Alexandrino de Araújo. Mestre em Educação (UFPI), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UESPI), Graduada em Pedagogia (UFPI) e Coordenadora de Apoio Pedagógico da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí.

18h30 - Culto em Ações de Graças pelo Aniversário da FSA

20h20 às 22h- Palestra de Engenharia de Produção: A importância do relatório de impacto ambiental na implantação de uma organização industrial. Palestrante: Eldelita Águda Porfírio Franco. Mestre em Gestão Ambiental.

SEXTA-FEIRA, 7/10

8h10 às 10h10 – Palestra de Serviço Social: Ética na pesquisa. Palestrante: Iracilda Alves Braga. Mestre em Políticas Públicas pela UFPI.

10h20 às 12h – Palestra de Fisioterapia: Fisioterapia no Japão, diferenças e comparações com a reabilitação brasileira. Palestrante: Maryana Therumy Kabuki. Graduada em Fisioterapia pela Universidade da Amazônia (UNAMA), no ano de 2005. Especialista em Fisioterapia em Neurologia, pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), no ano de 2007, Mestranda pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no departamento de Medicina Interna e Terapêutica, na linha de pesquisa de Fisioterapia em Urgência e Emergência, nos anos de 2007 a 2008. Especialista em Fisioterapia Dermato-Funcional pelo Colégio Brasileiro de Estudos Sistêmicos(CBES), ano de 2010. Aperfeiçoamento em Fisioterapia em Neurologia e Amputados, na cidade de Kagawa-JAPÃO, ano 2010.

16h20 às 17h – Palestra de Educação Física: Atividade física e qualidade de vida. Palestrante: Moisés Tolentino Bento da Silva. Graduado em Educação Física –

UFPI; Especialista em Treinamento Físico Desportivo – UFPI; Mestre em Farmacologia - Faculdade de Medicina – UFC; Doutorando em Farmacologia - Faculdade de Medicina – UFC; Membro da Sociedade Brasileira de Fisiologia – SBFis; Professor da Faculdades INTA, ministrando aulas na graduação e pós-graduação na área de Fisiologia Humana e do Esforço, Avaliação Física e Pesquisa em Educação Física.

17h -18h - Palestra de Educação Física: Atividade Física na natureza. Palestrante: Mauro Fernando Lima da Silva. Especialista em Atividade Física e Saúde (UFPI); Mestrando em Educação Física (UCB)

18h - Atração cultural: DJs F5

18h20 às 20h10- Palestra de Psicologia: A Psicologia Na Atualidade. Palestrante: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro.

20h20 às 22h- Palestra de Engenharia de Produção: Produção mais limpa como fator de produtividade organizacional. Palestrante: Ismeraldo Pereira. Mestre em Engenharia Civil

SÁBADO, 8/10

8h às 10h10 – Palestra de Enfermagem: Toxicologia alimentar e as repercussões. Palestrante: Francisco Honeidy. Atualmente é professor dos cursos da área de saúde da Faculdade Santo Agostinho, sendo representante do Corpo Docente do colegiado do curso Bacharelado em Farmácia. Durante quatro anos ministrou aulas para o ensino médio do Instituto Dom Barreto. Tem experiência nas áreas de Genética Molecular e Clínica, Fármaco-botânica, Imunologia, Biologia Celular e Molecular, Microbiologia, Estudos teórico-metodológicos das Ciências Naturais, Citogenética, Parasitologia e Psicofisiologia. Com ênfase em Genética Molecular e Clínica, Etnobotânica, Imunologia Molecular e Metodologias de Ensino em Ciências.

SALA DE CONFERÊNCIA**SEGUNDA-FEIRA, 3/10**

18h20 às 22h – Educação: Apresentação oral de trabalhos científicos do curso de Pedagogia.

TERÇA-FEIRA, 4/10

C

14h20 às 16h10 – Palestra de Nutrição: Alimentos Orgânicos. Palestrante: Adriana Chagas Barreto. Ministério da agricultura/Comissão da Produção Orgânica no Piauí.

16h20 às 18h - Encontro de Extensão - Regina Bonfim (NUAPE).

18h20 às 20h10 - Comunicação Social: Apresentação oral de trabalhos científicos do curso de Comunicação Social. Coordenação da Mesa: profa. Ms. Cristiane Portela.

20h20 às 22h - Comunicação Social: Apresentação oral de trabalhos científicos de Comunicação Social. Coordenação da Mesa: profa. Esp. Aparecida Caland.

QUARTA-FEIRA, 5/10

14h20 às 16h10 – Nutrição: Apresentação oral de trabalhos científicos de Nutrição.

16h20 às 18h - Encontro de Monitoria.

18h20 às 20h10 – Palestra de Administração: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho. Palestrante: Hélder Eugênio. Empresário da área de comunicação social / Portal 180 graus.

20h20 às 22h – Palestra de Engenharia de Produção: A Contribuição da formação do profissional e pesquisador de Engenharia de Produção para a inovação tecnológica. Palestrante: Ayrton de Sá Brandim. Possui graduação em Licenciatura Plena em Mecânica pela Universidade Federal do Piauí (1982), mestrado em Mestrado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos

QUINTA-FEIRA, 6/10

7h às 10h – Administração: Apresentação oral de trabalhos do curso de Administração.

16h20 às 18h - Educação Física: Apresentação oral de trabalhos científicos do curso de Educação Física.

8h20 às 20h10 – Psicologia: Apresentação oral de trabalhos científicos do curso de Psicologia.

20h20 às 22h – Palestra de Engenharia de Produção: A contribuição da Engenharia de Produção para a inteligência sócio-ambiental estratégica da indústria: fatores a serem considerados nos projetos e pesquisa em Engenharia de Produção para superar os eventos extremos relativos ao aquecimento global. Palestrante: Antony Mercury Leitão. Especialista em Gestão Empresarial – FGV – SP

SEXTA-FEIRA, 7/10

20h20 às 22h – Serviço Social: Apresentação oral de trabalhos científicos do curso de Serviço Social.

SÁBADO, 8/10

8h às 12h- Minicurso de Nutrição: “Nutracêutico: uma nova ferramenta para o emagrecimento. Como prescrever? - Ministrante: Ms.Lyssa Cavalcante de Carvalho Cunha. Farmacêutica, empresária da franquia Farmafórmula em Teresina (PI).

SALA 203**SEXTA-FEIRA, 7/10**

14h às 16h – Nutrição: Palestra: Marketing Pessoal. Palestrante: Tiago Fonseca Costa Peixoto (Consultor do Sebrae-PI)



Semana

DA PESQUISA CIENTÍFICA
Ensino, Pesquisa e Extensão

Inscrições de participantes
Até 30 de setembro | 2011

Submissão de trabalhos
Até 15 de agosto | 2011

03 a 08 | Outubro 2011

Qualidade de vida e meio ambiente:
Construindo saberes e valores”



Informações: www.fsanet.com.br | spc@fsanet.com.br | (86) 3215-8721